

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO
(PPGCulT)

AMARILDO SILVA ARAÚJO

**DESTERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE APINAGÉS EM SÃO JOÃO
DO ARAGUAIA (PA) NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA DE MARABÁ**

ARAGUAÍNA
2017

AMARILDO SILVA ARAÚJO

**DESTERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE APINAGÉS EM SÃO JOÃO
DO ARAGUAIA (PA) NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA DE MARABÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Cimba de Araguaína, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Estudos de Cultura e Território.

Área de concentração: Estudos Interdisciplinares de Cultura e Território.

Linha de Pesquisa: Natureza, Poder e Territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. Airton Sieben

ARAGUAÍNA
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A663d Araújo, Amarildo Silva.

Desterritorialização da comunidade de Apinagés em São João do Araguaia (PA) na perspectiva da construção da Usina Hidrelétrica de Marabá. / Amarildo Silva Araújo. – Araguaína, TO, 2017.

152 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2017.

Orientador: Airton Sieben

1. Atingidos por Barragens. 2. Modo de Vida. 3. Apinagés. 4. Rio Tocantins. I. Título

CDD 306

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AMARILDO SILVA ARAÚJO

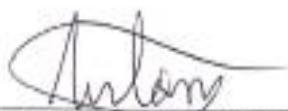
**DESTERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE APINAGÊS EM SÃO JOÃO
DO ARAGUAIA (PA) NA PERSPECTIVA DA CONSTRUÇÃO DA USINA
HIDRELÉTRICA DE MARABÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCuT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Cimba de Araguaína, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientador: Prof. Dr. Airton Sieben

Aprovada em 17/09/2019

BANCA EXAMINADORA



Prof^o. Doutor Airton Sieben (Orientador/UFT)



Prof^o. Doutor João Cleps Júnior (Examinador/UFT)



Prof^o. Doutor Marivaldo Cavalcante da Silva (Examinador/UFT)

A minha querida Mãe, Ivani Silva Araújo; a minha esposa, Celiane Carvalho Costa Araújo e filho, Caleb Carvalho Costa Araújo.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) pela oportunidade de ingresso em um programa de mestrado.

Ao Programa de Mestrado em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) pelas disciplinas ofertadas que contribuíram para a construção teórico-metodológica da dissertação.

Ao orientador Airton Sieben pelas contribuições: orientações, indicações de leituras e bibliografias para a produção dissertativa.

Aos demais professores do programa de mestrado em Estudos de cultura e território (PPGCult/UFT).

Aos entrevistados da comunidade de Apinagés pela paciência, tolerância e informações que contribuíram para construção de conhecimento.

Ao senhor, João Neves Pereira, homem apaixonado pela história de São João do Araguaia, que luta com todas suas forças para preservar a história local.

Ao senhor, José Pereira da Silva, Presidente da Associação de Moradores de Apinagés (AMA) por autorizar a realização da pesquisa de campo na comunidade.

Ao Senhor Raimundo Barbosa pela colaboração no processo de coleta de material informativo do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá.

Aos amigos, Reginaldo Souza Dias e Fábria Oliveira Melo Ignácio pelas correções ortográficas.

A minha esposa, pelas palavras de ânimo, e principalmente pelo companheirismo nos momentos difíceis, no período das disciplinas e o meu filho Caleb que suportou com força a distância do papai nos momentos de ausência.

Ao meu cunhado, Paulo Carvalho Costa, pelas vezes que fez o traslado de 12 km da minha residência até o local de embarque para Araguaína (TO) nas madrugadas.

Ao Luciano Laurindo dos Santos pelas sugestões.

Ao meu amigo e irmão em Cristo, Joelson Raul da Silva Leal pelas informações, mapas e documentos impressos do projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá (AHM).

A minha mãe por sempre me apoiar na minha trajetória acadêmica.

Ao Senhor dos senhores, Yehowah.

Tocantins

*Barraram-me de ser menino
Barraram-me de cumprir o meu caminho
Barraram-me de escolher o meu destino
Agora sou chamado à existência para não mais existir
De quem serão as horas contadas por minha correnteza?
Como discorrer o tempo ao vento se querem me afogar?
São as lágrimas de um mundo doente que vão me inundar?
No verde destas águas que ainda me restam
Reflete um passado infeliz que teima em voltar
Não basta de insanidades?
Deixem que eu seja tribo
Deixem que eu seja vivo
Tenho um sentido com milhões de sentidos
Não vou deixar de ser adulto
Não vou desviar o meu trajeto
Não vou seguir o absurdo
Da ganância de um projeto
Querem me roubar a alma
E justificam isso por escusos fins
Mas permanecerei firme
Às margens de mim Tocantins*

MALHEIRO, 2010

RESUMO

A história das hidrelétricas no Brasil releva inúmeros casos de conflitos envolvendo os atingidos, Estado e os consórcios construtores. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHET) construída na década 1970-80, localizada no baixo Tocantins, no estado do Pará, desterritorializou populações tradicionais em nome do progresso. Hoje, a comunicação da construção da Usina Hidrelétrica de Marabá (UHEM) à montante da UHET, trás apreensão as populações tradicionais pelos impactos socioambientais. A investigação se debruçou em entender o sentimento da comunidade de Apinagés, em São João do Araguaia (PA), ante a futura saída do território e a fragilização da identidade pela comunicação da UHEM no período de 2010 a 2017. Por causa das incertezas que se desenhou no imaginário dos apinagesenses, o objetivo foi a compreensão de sua percepção no contexto da futura desterritorialização e (des) construção da identidade pela notícia da UHE e o posicionamento do Estado, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE) e Camargo & Corrêa. A pesquisa é quali-quantitativa e optou pelas orientações filosóficas, a dialética e fenomenologia para compreensão da situação investigada. As técnicas usadas foram à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, observação pessoal, e roteiro de entrevista. Aplicou-se o roteiro de entrevista contendo perguntas abertas e fechadas sobre: identificação e história dos moradores, produção e rendimento, impactos do empreendimento, saída do território e perspectivas dos moradores. Foram entrevistados 30 chefes de família (13%) de universo amostral de 231 domicílios da vila de Apinagés no mês de abril de 2017. A categoria social de análise foi comunidade tradicional. Os conceitos de território, territorialidade, lugar e identidade contribuíram para uma visão interdisciplinar das características que tornam os apinagesenses, tradicionais e revelou uma cultura baseada na relação com rio, e ameaçada por essa nova hidrelétrica. Em síntese almeja-se evidenciar a relação conflituosa estabelecida entre os atingidos, o Estado e Consórcio construtor, responsável pela materialização no território de empreendimentos que alteram os ciclos naturais e o modo de vida tradicional. Os Apinagesenses sentem-se ameaçados com a notícia e as transformações previstas no seu espaço vivido, pelas decisões do governo em função do crescimento econômico, que não respeita a cultura, identidade, lugar e os territórios das comunidades tradicionais. Os sujeitos da pesquisa temem a desterritorialização porque pensam nas alterações no seu modo de vida, pois impedirá a pesca de peixes, quelônios e impossibilitará a relação com o rio Tocantins. Essa situação se constrói no pensamento apinagesense, e revela a sociedade e comunidade científica que a notícia da construção de hidrelétricas coloca os sujeitos na condição de atingidos. As hidrelétricas põe em perigo o modo de vida das comunidades tradicionais, pois o limitará à memória no período de pós desreterritorialização.

Palavras-chaves: Atingidos por barragens. Modo de Vida. Apinagés. Rio Tocantins

ABSTRACT

The history of hydroelectric dams in Brazil highlights numerous cases of conflicts involving those affected, state and construction consortia. The Tucuruí Hydroelectric Power Plant (UHET), built in the 1970-80 period, located in lower Tocantins, in the state of Pará, deterritorialized traditional populations in the name of progress. Today, communication of the construction of the Marabá Hydroelectric Power Plant (UHEM), upstream of UHET, brings back to the traditional populations the socio-environmental impacts. The investigation focused on understanding the feelings of the community of Apinagés, in São João do Araguaia (PA), before the future exit of the territory and the fragilization of the identity by the communication of the UHEM in the period of 2010 and 2017. Because of the uncertainties that are the objective was the understanding of its perception in the context of the future deterritorialization and (dis) construction of the identity by the news of the HPP and the position of the State, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S / A (ELETRONORTE) and Camargo & Corrêa. The research is qualitative-quantitative and opted for philosophical orientations, the dialectic and phenomenology for understanding the situation investigated. The techniques used were bibliographic research, documentary research, personal observation, and interview script. We applied the interview script containing open and closed questions about: identification and history of the residents, production and income, impacts of the enterprise, exit of the territory and perspectives of the residents. We interviewed 30 family heads (13%) of a sample universe of 231 households in the village of Apinagés in April 2017. The social category of analysis was a traditional community. The concepts of territory, territoriality, place and identity contributed to an interdisciplinary view of the characteristics that make the Apinagesenses, traditional and revealed a culture based on the relation with river, and threatened by this new hydroelectric. In summary, it is hoped to highlight the conflictual relationship established between those affected, the State and the Consortium, responsible for the materialization in the territory of undertakings that alter the natural cycles and the traditional way of life. The Apinagesenses feel threatened with the news and the transformations foreseen in their lived space, by the decisions of the government due to the economic growth, that does not respect the culture, identity, place and territories of the traditional communities. The subjects of the research fear deterritorialization because they think about the changes in their way of life, since it will prevent the fishing of fish, chelonians and will prevent the relation with the Tocantins river. This situation is built on the Bolivian thought, and reveals the society and scientific community that the news of the construction of hydroelectric plants puts the subjects in the condition of reached. The hydroelectric dams endanger the way of life of traditional communities, as it will limit it to memory in the postreterritorialization period.

Keywords: Affected by dams. Lifestyle. Apinagés. Tocantins river

LISTAS DE MAPAS

Mapa 1- Localização da Vila de Apinagés no contexto brasileiro	20
Mapa 2- Projeção da área atingida pela Hidrelétrica de Marabá.....	23

LISTAS DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Área desmatada com a presença de babaçuais e gramíneas	27
Fotografia 2- Porto da Vila Espírito Santo (Marabá): local da futura instalação da UHEM ...	28
Fotografia 3- Encontro dos Rios Tocantins e Araguaia na divisa do PA, TO e MA	29
Fotografia 4- Barcos de pesca no Porto dos Homens em Apinagés.....	31
Fotografia 5- Rodovia de acesso à vila de Apinagés em São João do Araguaia.....	32
Fotografia 6- Paisagem da comunidade de Apinagés: casas e ruas.....	33
Fotografia 7- Equipamentos de pesca e peixes: símbolos em Apinagés	105

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1- A naturalidade dos Apinagesenses.....	100
Gráfico 2- O tempo e o pertencimento ao território de Apinagés	103
Gráfico 3- As manifestações religiosas na comunidade de Apinagés	107
Gráfico 4- A origem da renda de Apinagés	116
Gráfico 5- A renda mensal dos Apinagesenses	119
Gráfico 6- Os apinagesenses e a notícia do deslocamento pela UHEM.....	124
Gráfico 7- O nível de informação fornecido pelo Grupo Diálogo aos apinagesenses	127
Gráfico 8- Os valores justos das indenizações: segundo opinião dos apinagesenses.....	130

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1- Cartografia das UHEs em operação, em obras e planejadas para a região Norte.....65

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1- Assentamentos a serem atingidos pela UHE Marabá.....24

Tabela 2- Terras indígenas ameaçadas pela UHE Marabá 80

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHEM - Aproveitamento hidrelétrico de Marabá
ALPA - Aços Laminados do Pará
AMFORP - American Foreign Power Company
ANA - Agência Nacional de Águas
ANAEE - Agência Nacional de Energia Elétrica
APB - Atingidos Por Barragem
AMA - Associação dos Moradores de Apinagés
BASA - Banco da Amazônia S/A
CELPA - Centrais Elétricas do Pará S/A
CELUSA - Centrais Elétricas de Urubupungá S/A
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais S/A
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
CEPEN - Centro de Estudos e Planejamento Energético
CGSE - Câmara de Gestão do Setor Elétrico
CHERP - Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo
CHESF - Companhia Hidrelétrica São Francisco S/A
CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNPE - Conselho Nacional de Política Energética
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DAEE - Divisão de Águas e Energia Elétrica
DIM - Distrito Industrial de Marabá
EIA - Estudo de Impactos Ambientais
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
FAHESA - Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FURNAS - Furnas Centrais Elétricas S/A
GCE - Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica

GEOTEC - Engenharia, Fundações e Sondagens
GW - Gigawatt
HMMM - Hospital Municipal Mário Martins
HR - Hospital Regional do Sudeste do Pará Dr. Geraldo Veloso
HRB - Hospital Regional de Belém
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária
ITERPA - Instituto de Terras do Pará
IUEE - Imposto único Sobre Energia Elétrica
JK - Juscelino Kubitschek
KM - Kilômetro
KW - Kilowatts
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MARATOP - Marabá Topografia
MME - Ministério de Minas e Energia
NATURATINS - Instituto Natureza do Tocantins
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCH - Pequenas Centrais Elétricas
PCT - Parque de Ciência e Tecnologia de Marabá
PGC - Programa Grande Carajás
PNCS - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
RIMA - Relatório de Impactos Ambientais
SAMUSJA - Sistema de Abastecimento Municipal de São João do Araguaia
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SIN- Sistema Integrado Nacional
SJA - São João do Araguaia
SUDAM - Superintendência Desenvolvimento da Amazônia
TCLE - Termo de Esclarecimento Livre e Consentimento
TI - Terra Indígena
TO - Tocantins
UHE - Usinas Hidrelétricas

UHEBM - Usina Hidrelétrica de Belo Monte

UHEI- Usina Hidrelétrica de Itaipu

UHEM - Usina Hidrelétrica de Marabá;

UHET - Usina Hidrelétrica de Tucuruí;

USELPA- Usinas Elétricas de Paranapanema S/A

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. COMUNIDADE DE APINAGÉS E A TRAJETORIA DA PESQUISA	19
1.1 A Localização da área de estudo	20
1.2 Caracterização ambiental e socioeconômica do município de São João do Araguaia	26
1.3 Histórico de ocupação da comunidade de Apinagés	34
1.4 O caminho da pesquisa.....	39
1.5 O Teórico e o empírico na comunidade de Apinagés.....	44
1.6 Procedimentos e etapas da pesquisa	47
2. O ESTADO E O EMPREENDEDOR: UHE MARABÁ E OS ATINGIDOS	51
2.1 A Política energética no Brasil: observações e considerações	52
2.2 O Estado e o capital privado no setor de energia elétrica no Brasil	59
2.3 Estado e Capitalismo na Amazônia: a produção hidrelétrica	64
2.4 A Amazônia e a “monocultura” das águas	68
2.5 Estado do Pará: a construção de UHEs e reflexos sociais	73
2.6 O Estado e o empreendedor: os atingidos pela comunicação da UHE Marabá	77
3. O TERRITÓRIO E O LUGAR: A IDENTIDADE DE APINAGÉS	85
3.1 O Território e a vila de Apinagés	86
3.2 Territorialidade e identidade da comunidade tradicional de Apinagés	90
3.3 O Lugar e a territorialidade: o pertencimento à Apinagés	101
3.4 A comunidade de Apinagés: a relação com o ambiente e os bens naturais.....	110
3.5 A Produção econômica e renda na comunidade de Apinagés	115
3.6 Plano de Remanejamento e perspectivas dos atingidos pela UHEM	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	138
ANEXO 1- Aprovação do projeto de pesquisa no CEP	146
APÊNDICE 1– Roteiro de entrevistas	149
APÊNDICE 2- Cronograma de aplicação do Roteiro de Entrevista	151
APÊNDICE 3– Termo Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	152

INTRODUÇÃO

A matriz energética brasileira é múltipla, tendo em vista a matéria prima, tais como carvão, gás natural, petróleo, água, entre inúmeras outras. Todavia, a força hidroenergética é incontestável como matéria prima para geração de energia. Os argumentos que sustentam essa ideia é o baixo custo na geração de energia em detrimento a outras formas de produção de energia elétrica e o grande potencial hidroenergético dos rios brasileiros.

O potencial hídrico para o Estado é uma fonte energética inesgotável, entretanto essa afirmação não se fundamenta, uma vez que a hidrografia brasileira tem o seu volume reduzido em virtude do uso excessivo pela agricultura mecanizada, desmatamento de matas ciliares e florestas circundantes das nascentes de rios pelas madeireiras, e pecuaristas etc. Por fim, o governo, através de sua política energética, direciona os recursos hídricos a produção de energia, para atender a demanda energética industrial, ao passo que às populações atingidas, só restam a desterritorialização.

A construção de hidrelétricas provoca impactos ambientais, culturais e sociais às comunidades atingidas: populações deslocadas compulsoriamente e desreterritorializadas pelos reservatórios. A tese que sustenta a construção desses empreendimentos hidrelétricos é desenvolvimento econômico à região e ao país.

O governo aponta as necessidades sociais da população como prioridade, mas suas ações provam que a primazia é a necessidade em gerar energia para atender a crescente demanda industrial. O sudeste paraense materializou em seu território essa lógica com a construção da UHET em virtude do grande projeto minerador da Companhia Vale, e as indústrias siderúrgicas de minério de ferro, contudo precisam de mais energia para maximizar suas atividades. Neste caso a UHEM será construída para este fim.

Nesta trama, como ficam os atingidos pela barragem da Usina Hidrelétrica de Marabá? Conjectura-se com base na literatura sobre as hidrelétricas que eles serão amparados com indenizações insignificantes e reterritorializados em lugares estranhos, em residência popular, em muitos casos, longe do local de sustento, no caso dos ribeirinhos e pescadores da comunidade de Apinagés longe do rio. Como irão sobreviver sem a diversidade de peixes, quelônios e agricultura nas ilhas e vazantes?

A história de geração de energia hidráulica no Brasil releva inúmeros casos de conflitos envolvendo os atingidos, Estado e os Consórcios responsáveis pelas obras. A UHET construída na década 1970-80, localizada no rio Tocantins, no estado do Pará, desterritorializou populações urbanas, camponesas e indígenas em nome do progresso

nacional, estes receberam indenizações irrisórias. O que seria para futuros atingidos por barragens uma indenização justa?

A informação do projeto de construção da UHEM localizada no sudeste paraense traz à tona, para esta região, pensamentos relacionados a tais empreendimentos, pelos impactos culturais, ambientais e sociais ocasionados em várias partes do território nacional. Para a viabilidade do estudo foi realizado um recorte geográfico para eficácia dos resultados de averiguação. A investigação se debruçou em compreender o sentimento da comunidade de Apinagés, em São João do Araguaia (PA), ante a futura saída do território e a fragilização da identidade pela comunicação (2010 a 2017) e posteriormente construção da UHEM.

Diante dessa realidade na Amazônia brasileira, se propôs a responder o problema: Qual a percepção e/ou compreensão da comunidade de Apinagés, no contexto da desterritorialização e desconstrução da identidade pela notícia da UHEM e o posicionamento do Estado e Camargo & Corrêa, responsáveis pelo estado de “atingidos” dos apinagesenses?

O motivo pela pesquisa, sobre o assunto, levou em consideração a história de construção de empreendimentos hidroelétricos nas bacias hidrográficas em todo território nacional, a desterritorialização de povos tradicionais de seu lugar para atender uma demanda energética industrial e o fato de não se considerar a percepção dos povos a serem desreterritorializados longe do seu Habitat.

Essa história se repete em território paraense, o interessante é que a universidade pública, na maioria das vezes, realiza trabalhos abordando a temática após a construção das UHEs. Pensando neste fato, surgiu à necessidade de compreender a percepção dos apinagesenses, no período de comunicação da UHEM, alicerçado na literatura da história de construções de hidrelétricas no Brasil e o no processo de des-reterritorialização.

Para a sociedade, a construção de usinas hidrelétricas significa crescimento econômico e geração de emprego para região. Mas os empreendimentos energéticos são sinônimos de perdas materiais e imaterias. Em detrimento do Antônio criado em volta do significado das hidrelétricas e seus benefícios e malefícios é proposto apreensão do momento que a comunidade de Apinagés encontra-se no contexto da comunicação da UHE Marabá.

Foi reforçado o desejo de compreensão do fenômeno em curso no ano de 2010, quando a cidade de São João do Araguaia foi tomada por técnicos de empresas terceirizadas pela Eletronorte e a Camargo & Correa, responsáveis pelo levantamento dos valores patrimoniais. Mas não saiu da memória a visita dos técnicos à minha casa para aferir o perímetro do lote e as indagações se possuía título definitivo.

Neste momento comecei a sentir o coração palpitar intensamente na possibilidade de deixar o meu lar. E imaginei como os pescadores e ribeirinhos de Apinagés sentiam em razão da notícia da UHEM, pois o seu modo de vida foi construído com base em seu relacionamento com um rio em curso e não “barrado”.

Então, houve a necessidade da compreensão das expectativas e percepções da vila de Apinagés durante a comunicação da UHEM, pela possível desreterritorialização. De acordo com a investigação dessa situação emblemática, os resultados da pesquisa são para servir como ferramenta de luta da comunidade em estudo e populações futuramente obrigadas de alguma forma deslocarem-se devido a empreendimentos similares.

Revoltante é ideia que circunda a construção UHEs no país, que este meio de geração de energia não polui o meio ambiente, ou seja, é “energia limpa”. Entretanto, o reservatório libera gases nocivos na atmosfera em virtude da decomposição de matéria orgânica pelas bactérias aeróbicas.

A produção de energia de origem hídrica provoca grandes impactos ambientais, sociais e culturais, à fauna/flora e à sociedade, mas é irrelevante para o Estado e o empresariado nacional/internacional. Por conseguinte, as populações de áreas a serem afetadas devem se organizar para discutir a relevância deste modelo energético. Por isso, a importância deste trabalho, por ser um documento que esclarece esse fato.

O problema: por que o governo brasileiro não utiliza fontes de energia menos impactantes? Por que não ampliar a geração de energia eólica? Por que as comunidades próximas dos rios caudalosos devem ser desterritorializadas? A justificativa não é o baixo custo da energia hidráulica, mas os interesses das empreiteiras (burguesia) ligadas ao Estado desde o governo militar e os valores irrisórios das compensações.

Por estas indagações, torna-se importante efetuar a pesquisa, para conhecer a percepção da comunidade de Apinagés com relação ao fato de serem forçadas a deixar para trás seu território, as raízes de sua história e os laços construtores de sua identidade.

A pesquisa é quali-quantitativa e determinou a amostra de 30 sujeitos (chefes de famílias) que correspondem 13% dos domicílios de Apinagés de uma população de 856 habitantes residentes 231 casas. As técnicas adotadas foram estas: pesquisa bibliográfica, documental, observação e para a aquisição de informação dos sujeitos da pesquisa foi aplicado o roteiro de entrevista (Apêndice1) com perguntas abertas e fechadas no mês de abril de 2017, com objetivo de conhecer a sua percepção em relação à construção da UHE Marabá.

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar a relação conflituosa entre o consórcio construtor da UHEM e os atingidos da comunidade de Apinagés. Propôs-se a

discussão teórico-metodológica a respeito do projeto da UHEM e a percepção dos apinagesenses, mediante os conceitos de território, territorialidade, lugar e identidade, alicerçados nas orientações filosóficas: fenomenologia e a dialética.

Os objetivos específicos são estes: (a) caracterizar e desenvolver uma trajetória teórico-metodológica que subsidiasse a pesquisa na compreensão de Apinagés impactada pela notícia da UHEM; (b) analisar e investigar a atuação do Estado (esfera federal) através de sua política energética e sua materialização no território pelos grandes projetos hidrelétricos em especial UHEM; (c) descrever e compreender a percepção feita pelos agentes sociais ante ao processo de comunicação da UHEM, a futura desterritorialização e desconstrução da identidade.

A pesquisa e os seus objetivos foram trabalhados e expostos em capítulos. O capítulo 1 trabalhou a fundamentação teórico-metodológica e a caracterização da área de estudo. Neste capítulo, informou a localização de São João do Araguaia e de Apinagés; a caracterização ambiental e socioeconômica; o histórico de ocupação a margem esquerda do Rio Tocantins. Em seguida, no mesmo capítulo descreveu-se o caminho percorrido na pesquisa, a metodologia e procedimentos adotados para alcançar os resultados.

O capítulo 2 discutiu a ação do Estado através de sua política energética, que não se preocupa com os territórios das comunidades urbanas, rurais e tradicionais, mas sim em gerar energia para atender a demanda crescente das empresas nacionais e internacionais. No contexto desta afirmativa, discutiu-se a ação do Estado e capital no país e na Amazônia, e como estes, através das grandes hidrelétricas, em nome de um desenvolvimento nacional e regional, vêm desterritorializando as comunidades tradicionais.

O capítulo 3 abordou o sentimento da comunidade de Apinagés durante a comunicação da Hidrelétrica de Marabá. A afeição dos apinagesenses foi analisada a partir da compreensão das informações oriundas do roteiro de entrevista. A fenomenologia proporcionou a descrição e interpretação da percepção frente a possível desterritorialização. Assim, foi possível compreensão do sentimento da população frente às construções de hidrelétricas. E denuncia a comunidade científica e a sociedade o impacto de empreendimento dessa envergadura no emocional de comunidades de hábitos tradicionais.

Em síntese, a dissertação almeja tornar evidente a relação conflituosa entre os atingidos da comunidade de Apinagés e o Consórcio, e a materialização nos territórios de grandes UHEs que alteram os ciclos naturais e o modo de vida de populações locais. Os apinagesenses se sentem impotentes ante as transformações no seu espaço vivido, pelas decisões tomadas pelo governo em função do crescimento econômico nacional.

1 COMUNIDADE DE APINAGÉS E A TRAJETORIA DA PESQUISA

Neste capítulo localizou-se e caracterizou-se a comunidade em estudo. Em seguida, foi apresentada a metodologia utilizada na pesquisa e descritos os procedimentos e técnicas empregados para construção do conhecimento.

Este texto é de caráter crítico-reflexivo, pois se debruça ao conhecimento da comunidade de Apinagés¹ e região, futuramente impactadas pela Usina Hidrelétrica de Marabá. São apresentadas informações de localização geográfica, aspectos físicos e uma breve história da ocupação na região sudeste do estado do Pará, à margem esquerda do Rio Tocantins, com ênfase à ocupação de São João do Araguaia e Apinagés.

É necessário ter uma noção geográfica, histórica e cultural da área em estudo, para aferir a importância do território e a identidade apinagesense atingida pela comunicação da UHEM. A Usina Hidrelétrica de Marabá será capaz de alterar o modo de vida das populações rurais, urbanas e tradicionais da microrregião de Marabá.

O caminho da pesquisa foi construído alicerçado nas orientações filosóficas: fenomenologia e a dialética. A dialética possibilitou a análise da relação conflituosa entre os atingidos pela informação da construção da UHE Marabá, o Estado e Camargo & Corrêa. A fenomenologia subsidiou a descrição da percepção dos apinagesense ante a futura desterritorialização pela UHEM.

Os procedimentos e técnicas responsáveis pelo desenho e o desenvolvimento da pesquisa foram a pesquisa bibliográfica e documental, observação e roteiro de entrevista. Essas técnicas, unidas, construíram um caminho para aquisição de informações para construção de argumentos para redação científica. A técnica central foi o roteiro de entrevista, pois oportunizou a ida a campo e o contato com os sujeitos da pesquisa.

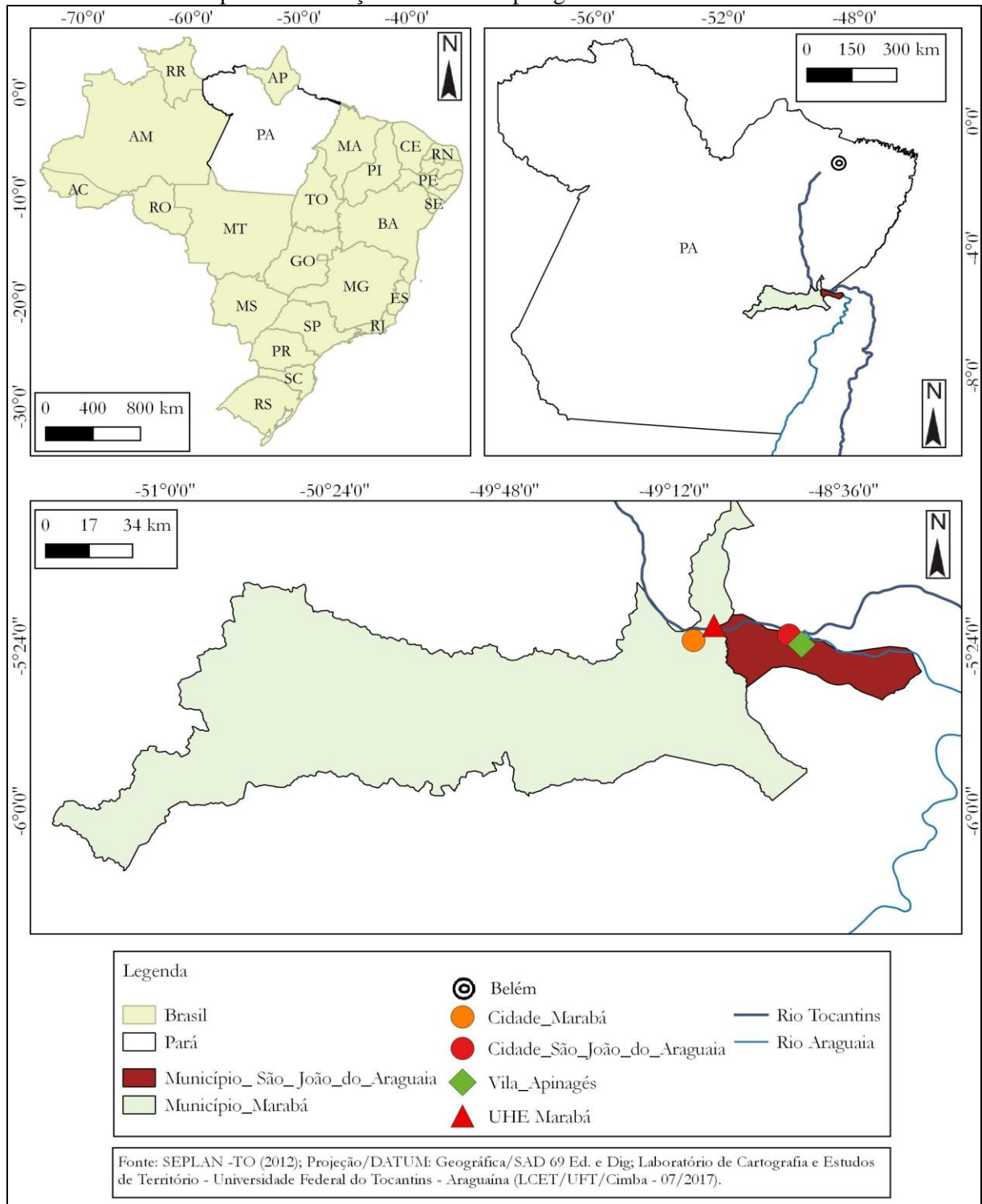
A trajetória da pesquisa foi uma etapa fundamental no processo de construção do conhecimento. Em virtude de sua relevância na validação do conhecimento científica foi apresentado de forma sucinta a metodologia, o método, as técnicas e os obstáculos enfrentado para na aquisição de conhecimento. A metodologia foi o norte na caminhada investigativa. As características ambientais, sociais e históricas foram apresentadas com propósito de evidenciar a importância funcional e afetiva do território a comunidade de Apinagés.

¹ A palavra Apinajés escrita no texto com a letra “J” refere ao povo indígena Apinayé que significa “Canto”, classificados como Timbira Ocidental; ao passo que a palavra Apinagés escrita com a letra “G” refere-se a vila de Apinagés em São João do Araguaia (ISA,2015).

1.1 A Localização da área de estudo

A área em análise, a vila de Apinagés foi oficialmente considerada área urbana do município de São João do Araguaia com emancipação política em 1961. A área de estudo situa-se na microrregião de Marabá, sudeste paraense e pertence à região Norte (Mapa 1).

Mapa 1- Localização da Vila de Apinagés no contexto brasileiro



Fonte: SEPLAN-TO. Elaboração cartográfica: Lab. Cart. Est. Território (LCET) 07/2017

A cidade de São João do Araguaia encontra-se distante aproximadamente 595 km da capital Belém e tem as seguintes coordenadas geográficas de latitudes 05° 21' 28'' sul e longitude de 48° 47' 27'' oeste (PARÁ, 2010). O município de São João do Araguaia possui uma área territorial de 1.279,889 Km² e faz limites com os municípios de Bom Jesus do Tocantins (PA) e São Pedro da Água Branca (MA) ao norte, à leste, localiza-se o Rio Araguaia, fazendo divisa com estado do Tocantins e com os municípios de Esperantina e Araguaatins, São Domingos do Araguaia (PA) e Brejo Grande do Araguaia (PA) ao sul e Marabá (PA) a oeste.

A vila de Apinagés localiza-se 5 km a leste da cidade de São João do Araguaia e a margem do Rio Tocantins após a sua confluência com Rio Araguaia (Mapa 1). Ao leste, limita-se ao Rio dos Veados que deságua no rio Tocantins e possui as seguintes coordenadas geográficas de latitudes 05° 23' 37'' sul e longitude de 48° 44' 58'' oeste (PARÁ, 2010).

Devido à sua proximidade com o rio, a comunidade tem a pesca² como uma das principais atividades de subsistência e essa relação com o rio possui uma dimensão cultural. A atividade econômica é complementada com a agricultura em terra firme/vazante e prestação de serviços. Essas atividades econômicas revelam características urbanas, rurais e tradicionais.

As características culturais definem a comunidade como tradicional, em razão da pesca (dependência do rio), mesmo que a vila possua aspectos urbanos e rurais. A comunidade de Apinagés é interpretada como tradicional devido à sua cultura ser resultado de uma relação de dependência aos ciclos naturais (DIEGUES, 1994) e (ARRUDA, 1999). Contudo, o IBGE definiu comunidade de Apinagés como sede distrital (urbana), mas essa nomenclatura reflete uma visão do Estado e descaracteriza a identidade apinagesense.

A bacia hidrográfica do Rio Tocantins possui grande potencial hidroelétrico, a qual, o território são-joanense inseri-se, tem inúmeras usinas hidrelétricas construídas ao longo de seu curso: UHE Tucuruí (1985), UHE Lajeado (2002), UHE Peixe (2006) e UHE Estreito

² A principal fonte de alimento e renda da população de Apinagés é o pescado. Os peixes economicamente desejados são: Dourado (*Salminus brasiliensis*), Jaú (*Paulicea luetkeni*), Mandiaçu (*Duoplatinus emarginatus*), Fidalgo (*Ageneiosus brevifilis*), Pacu, Caranha (*Piaractus mesopotamicus*), Piau-cabeça-gorda (*Schyzodon fasciatum*), Pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), Piracanjuba, Matrinxã (*Brycon hilarii*), Piraíba, Filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*), Piraputanga (*Brycon microlepis*), Pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*), Tambaqui (*Colossoma macropomum*), Tucunaré (*Cichla* spp.), Cachorra (*Hydrolycus scomberoides*), Cachara, Surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), Pescada (*Plagioscion squamosissimus*), Corvina (*Pachyurus francisci*), Curimatã (*Brycon breviceauda*) e Quelônio: tracajá (*Podocnemis unifilis*) e tartaruga de rio (*Peitocephalus dumerilianus*).

(2011) e etc, e outras em estudo de viabilidade em análise para serem construídas: UHE Serra Quebrada (TO/MA) e UHE Marabá (PA) (BRASIL, 2006).

O Estado legitima a construção de UHEs na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, através do discurso que é para o bem da nação brasileira, ou seja, a energia traz progresso para o país; contudo as hidrelétricas desterritorializam populações urbanas, rurais e tradicionais. É um enigma o discurso do Estado, pois os atingidos por barragem não fazem parte da nação brasileira?

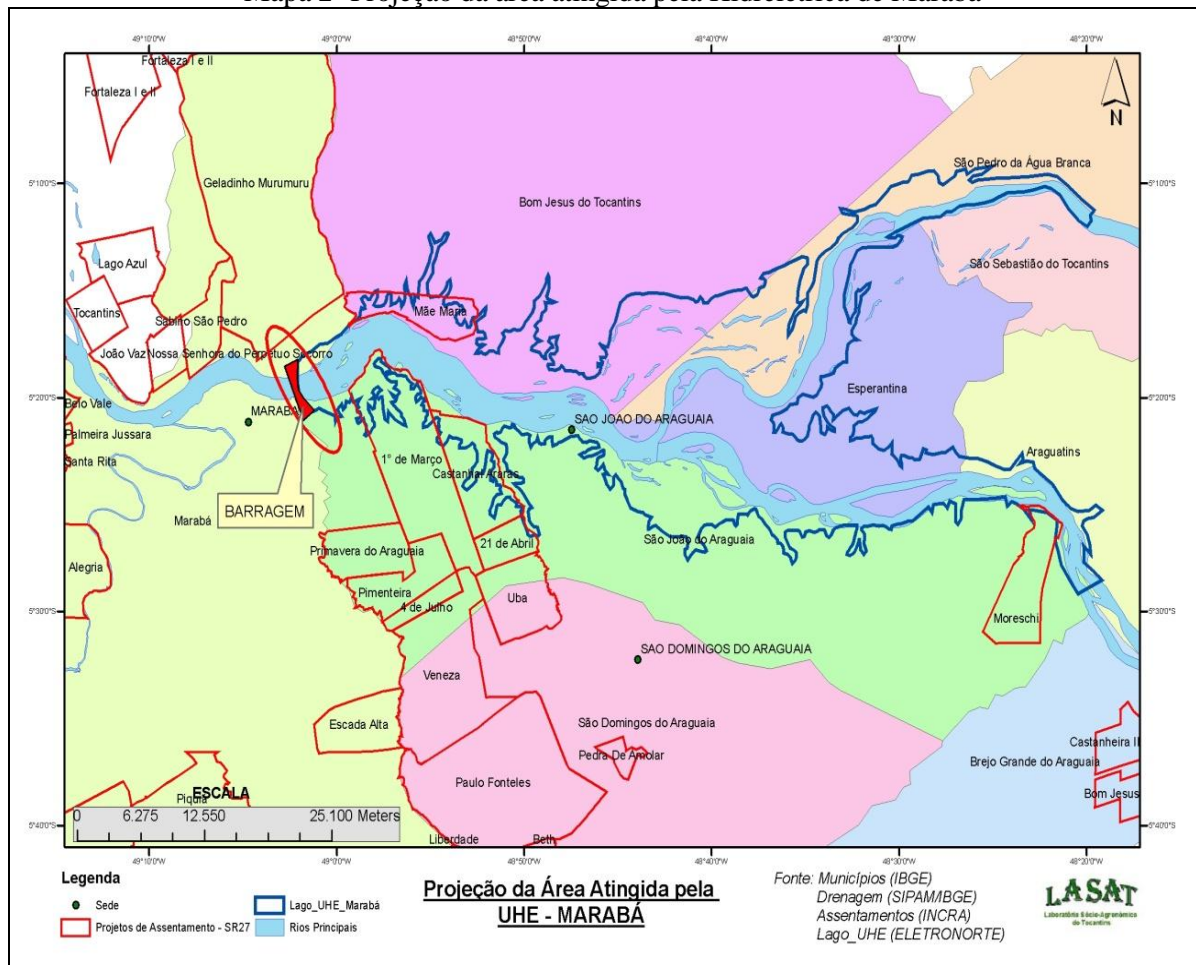
Para a pesquisa, torna-se relevante o estudo da construção da UHEM projetada para ser construída nas coordenadas geográficas de latitude 05° 19' sul e longitude de 49° 04' oeste, entre as comunidades Vila Espírito Santo (Marabá) e Landy (São João do Araguaia) à 4 km da ponte rodoferroviária no Rio Tocantins que liga a área urbana de São Felix à Cidade Nova, um dos principais núcleos urbano de Marabá (BRASIL, 2007) e (ALMEIDA *et al.*, 2010).

Segundo Almeida *et al.*, (2010) o projeto de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá terá o custo de US\$ 12 bilhões, com prazo de aproximadamente oito anos. Sua capacidade de produção será 2.160 MW, voltadas para fornecer energia para empreendimentos siderúrgicos, ampliação das minas de ferro, cobre e projeto do Parque de Ciência e Tecnologia de Marabá; mas essa energia será inserida no Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHEM formará um reservatório de 3.055 k m², com nível de água de 96 metros, e volume de 5.575.000,000 m³ e inundará 1.115 km² de terras, incluindo mais de 110 mil hectares de terras férteis (ALMEIDA *et al.*, 2010) e (BRASIL, 2007). Esta atingirá dois estados da região Norte e um estado da região Nordeste; no estado do Pará: os municípios de Marabá, São João do Araguaia, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Nova Ipixuna e Palestina do Pará; no estado do Tocantins: Ananás, Esperantina e Araguatins e Estado do Maranhão: São Pedro da Água Branca e Santa Helena (Mapa 2).

O mapa 2 mostra a dimensão do impacto socioambiental que a construção UHEM provocará nas comunidades tradicionais, rurais e urbanas no Pará, Maranhão e Tocantins. As populações tradicionais do rio e da floresta terão seu modo de vida alterado, os assentados expropriados da terra e os cidadãos expulsos de seus lares em virtude dessa necessidade energética do Estado para atender o desejo do capital nacional e internacional de explorar as riquezas da Amazônia. A projeção da área atingida pela Usina Hidrelétrica de Marabá revela a dimensão das áreas a serem inundadas nos municípios localizados nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Mas não estimam os prejuízos provocados indiretamente às populações residentes nas proximidades do rio Tocantins.

Mapa 2- Projeção da área atingida pela Hidrelétrica de Marabá



Fonte: Lasat, 2009

Essa nova Hidrelétrica deslocará um número expressivo de pessoas nos três estados; os atingidos serão privados de seus territórios, dos seus lares, e de sua história construída ao longo de anos. Para as comunidades de pescadores e agricultores de vazante, o reservatório diminuirá a diversidade de peixes e terra férteis. Além dessas situações, o lago da UHE, após sua formação, será um agente de inúmeras doenças transmissíveis por insetos, desoxigenação e aumento de bactérias na água pela decomposição da matéria orgânica residual.

Segundo Brasil (2007a) na versão preliminar do Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) calcula-se que nesses três estados sejam atingidos 112 assentamentos rurais e define que aproximadamente 10 mil pessoas serão expulsas com a construção. Conforme o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, 2009), Almeida *et al* (2010) e Silva (2014) o número de pessoas que serão impactadas pela AHE Marabá é superior ao divulgado pela Eletronorte e a Camargo & Correa.

As informações acerca da dimensão real dos impactos são maquiadas e ofuscadas pelos investimentos financeiros a serem aplicados na região de Marabá e a geração de

empregos durante a construção da obra, de 14.000 empregos diretos, 7.700 empregos indiretos e 27.400 empregos efeito-renda, chegando o total 49.100 empregos (BRASIL, 2007a). Essas informações tornam a construção da UHEM um empreendimento desenvolvimentista para sudeste paraense e oculta a desterritorialização e fragilização da identidade das populações residentes nas proximidades do rio (ALMEIDA *et al*, 2010).

O mapa 2 e a tabela 1 demonstram os assentamentos localizados nos três estados a serem impactados pela UHE Marabá e essa situação releva o descaso do Estado em relação aos trabalhadores rurais que lutaram há anos pelos assentamentos para continuarem a vida no campo. O Estado com essa ação desenvolvimentista visa favorecer o capital, possibilita a intensificação da exploração mineral na região sudeste do Pará, ao gerar energia elétrica a custo da desterritorialização de assentados rurais e populações tradicionais.

Tabela 1- Assentamentos a serem atingidos pela UHE Marabá

Nome do PA	Ano de criação	Nº de famílias	Localização/Municípios	Área (ha)
Castanhal Araras	4 -08 -1987	92	São João do Araguaia (PA)	5.084,84
21 de Abril	9-11-2000	48	São João do Araguaia	1.699,9892
1 de Março	15-06-1998	350	São João do Araguaia	1.0960,292
Mãe Maria	09-12-1999	92	Bom Jesus do Tocantins (PA)	3.876,7200
Prata	22-12-2009	79	São João do Araguaia	3.064,258
Bom Jesus	22-12-2003	48	Brejo Grande (PA)	1.506,5284
Angical	27-05-1998	97	Palestina do Pará (PA)	4.822,7145
Açaizal	27-05-1998	85	Palestina do Pará (PA)	3.216,9550
Rio Mar	09-12-1998	90	Palestina do Pará (PA)	3.636,1100
Lago Azul	30-12-1999	96	Nova Ipixuna (PA)	3596,5006
Castanheira II	14-01-1999	156	Brejo Grande (PA)	3894,8209
Moreschi	27-05-1998	122	São João do Araguaia	3.820,3000
Bacabal Grande	22-12-2009	43	Bom Jesus do Tocantins (PA)	2.850,7500
Sabino São Pedro	22-09-1999	75	Marabá (PA)	2.3148861
N S Perpetuo Socorro	24-12-1999	60	Marabá (PA)	1593,6640
Primavera do Araguaia	16-09-1998	174	São João do Araguaia	3.600.0000
Pimenteira	16-09-1998	137	São João do Araguaia	3468,2471
4 de julho	2-09-2002	62	São João do Araguaia	1350,0000
Ubá	17-06-1997	62	São Domingos do Araguaia (PA)	4289,5955
Água Branca	12/01/2007	42	S. P. da Água Branca (MA)	3.576,9730
Novo Horizonte I	20/02/2006	65	Santa Helena (MA)	1.841,0800
Campo Novo	25/09/2001	34	Santa Helena (MA)	96,0000
Tambor Centro Velho	20/02/2006	206	Santa Helena (MA)	5.773,0910
Deus Proteja	09/05/2005	138	Vila Nova dos Martírios (MA)	3.326,7090

Fonte: ALMEIDA *et al.*, 2010

Org. Araújo, 08/2016

Observando a tabela 1, muitos assentamentos têm mais de 20 anos e já constituíram raízes com a terra. O Projeto de Assentamento (PA) Castanhal Araras, o primeiro do sudeste paraense (1987), os assentados já residem há 30 anos e possuem uma ligação com a terra e será difícil o deslocamento, por causa do apego ao lugar. O lugar foi construído na territorialidade funcional e afetiva pelo modo de vida baseado no extrativismo vegetal e a agricultura familiar.

Com base nessas informações, também se intensificam os trabalhos realizados pelo MAB nas comunidades, com formação da coordenação regional e de grupos de bases nas vilas, povoados e populações tradicionais (MAB, 2009). Além da ameaça da UHEM, outro agravante segundo os moradores de alguns assentamentos e da vila de Apinagés é a falta de regularização fundiária de lotes urbanos e rurais, que impedirá o pagamento das indenizações, porque a Eletrobrás reconhece como atingido somente os proprietários de lotes rurais e urbanas titulados, prevalecendo a visão territorial-patrimonialista e hídrica (VAINER, 2003).

A ausência de regularização fundiária é histórica no sudeste do Pará. Os atingidos pela hidrelétrica de Marabá terão dificuldades para serem ressarcidos pela falta de títulos de áreas rurais e lotes urbanos, ao mesmo tempo serão obrigados a deixarem o seu território e temem não ser reconhecidos como atingidos pela ausência de títulos (MAB, 2009).

Um problema singular é a falta de informação, o Grupo Diálogo AHE Marabá, empresa responsável pela comunicação social do empreendimento, não disponibiliza as comunidades atingidas (MAB, 2009). Estes seguem vivendo e sobrevivendo do rio e das vazantes, sem compreender que a sua territorialidade é ameaçada pelo capital. Neste mesmo contexto uma parcela da população da vila de Apinagés, de igual modo, não se preocupa com relação à sua situação diante da execução da UHEM. Serão expulsos de seu território, construído historicamente e delimitado a partir do poder exercido no espaço (RAFFESTIN, 1993).

Situação problemática será a desterritorialização! Doloroso é deixar para trás o seu território base de construção da identidade e não ter para onde ir. Esta é a situação de quase 10 mil famílias residentes em 11 municípios, de três Estados atingidas pelo projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá (AHM). Nesta situação, encontra-se a vila de Apinagés (ALMEIDA *et al.*, 2010).

Segundo o MAB (2009), o grande problema no Brasil é inexistência de um marco legal que defina o conceito de atingido por barragem; quem define se o sujeito é atingido e quanto vale cada indenização é o consórcio construtor. Existem casos de pessoas desterritorializadas na década de 1980 pela UHEM, e nunca receberam indenizações, hoje

moram no Assentamento 1º de Março em São João do Araguaia e agora serão despejadas novamente pela UHE Marabá.

Defende-se a noção de atingido que ultrapassa aspectos fundiários e assume uma visão social, cultural e ambiental. Noção defendida pela International Financial Corporation (IFC) e Comissão Mundial de Barragens (CMB). Assim, Atingido é o indivíduo impactado, antes da construção, na execução das obras e após a conclusão do empreendimento, no seu modo de vida, na perda de acesso aos recursos produtivos, os deslocados compulsórios, os remanescentes e cidades receptoras dos deslocados (VAINER, 2003).

A identidade, a cultura, o território das comunidades tradicionais não é respeitada pelo Estado e a burguesia nacional e internacional! Se não fosse assim, não se deslocaria compulsoriamente milhares de pessoas no Brasil para construção de Hidrelétricas. Pensando nesse assunto, defende-se a ideia que a vila de Apinagés não precisa desaparecer para atender a necessidade da política energética federal, que segue construindo grandes hidrelétricas pelas bacias hidrográficas brasileiras.

A comunidade de Apinagés será impactada pela UHEM prevista para ser construída em 2015, mas o início da obra foi adiado pela impossibilidade de concluir o EIA/RIMA na Terra Indígena Mãe Maria do povo Gaviões da Montanha. As obras não iniciaram, mas a população encontra-se apreensiva, pois a UHE Belo Monte em Altamira (PA), esteve com suas obras paradas por vários motivos. No entanto entrou em operação em 20 de Abril de 2016.

1.2 Caracterização ambiental e socioeconômica do município de São João do Araguaia

Os aspectos físicos: cobertura vegetativa, geomorfologia, solos, hidrografia e clima, influenciaram os primeiros habitantes a escolherem esse território. As territorialidades funcionais e afetivas construíram São João do Araguaia e Apinagés, e revela uma relação intrínseca com meio ambiente. O bioma amazônico cobre todo o estado do Pará e tem inúmeras subdivisões feitas a partir de variações nas características das plantas. No município a ocorrência da floresta equatorial latifoliada, Floresta Aluvial e Cerradão (PARÁ, 2014).

A floresta Equatorial latifoliada em São João do Araguaia apresenta os seguintes subtipos: Floresta Densa Submontana nos territórios aplainados e floresta Aberta Mista (Mata dos Cocais ou Mata Secundária). Na direção leste, nas proximidades do rio Araguaia, em razão da geomorfologia da área a recorrência de Cerradão.

O povoamento no final do século XIX e até a metade do século XX deu-se em virtude do extrativismo vegetal, da mineração de diamante e cristal pelo seu valor expressivo no mercado nacional e a proximidade com rio Tocantins em função do deslocamento fluvial para as maiores cidades da região: Imperatriz (MA) e Marabá (VELHO, 2009).

A cidade de São João do Araguaia e a vila de Apinagés localizam-se na margem do Rio Tocantins, onde há presença da floresta aluvial dominado pelos terraços inundáveis e as ilhas de uma paisagem peculiar, principalmente no período de estiagem, atraindo turistas pela riqueza ambiental expressa na fisionomia formada por dunas de áreas (praias paradisíacas), vegetação e pássaros de plumagem e cânticos exóticos, típicos ao longo do rio (PARÁ, 2014).

A floresta no município é ameaçada pelo desmatamento oriundo das práticas de agropecuária e madeireira, pois retira a cobertura vegetativa e expulsa os animais para territórios distantes. Em algumas localidades ocorrência de palmeiras de babaçu (*Attalea speciosa*) em função do desmatamento e plantio de capim (*Andropogon gayanus*) para pecuária bovina, principalmente nas proximidades da Sede e Distrito (Fotografia 1) .

Fotografia 1- Área desmatada com a presença de babaçuais e gramíneas



Fonte: Araújo, 27/09/2016

Antes dos grandes desmatamentos da década de 1970-80 na região eram características as seguintes espécies: Castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*), Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), Cacau (*Theobroma bicolor*), Bacuri (*Platonia esculenta*), Copaíba (*Copaifera langsdorfii*), Andiroba (*Carapa guianensis*) entre outras (PARÁ, 2014). O desmatamento continua, fato justificado pela paisagem antropizada na fotografia 1.

O relevo é constituído por rochas de idades Pré-cambrianas, pertencentes ao Grupo Tocantins: filetos, xistos, gnaisses, quartzitas. Na direção oeste há rochas sedimentares de idades Paleozóicas, representadas pela formação Pimenteiras: folhetos e siltitos escuros; e

Pedra de Fogo: arenitos, siltitos, folhetos e calcário. No Mesozóico, pela Formação Sambaíba: arenitos finos e médios. O Cenozóico, pelos Litotipos da Formação Barreiras e Quaternário subatual, principalmente nas proximidades do rio Tocantins (PARÁ, 2014).

Há áreas dissecadas formadas por rochas sedimentares, com superfícies aplainadas e com algumas áreas apresentam pequenas serras, colinas e tabuleiros. As formas de relevo fazem parte da unidade morfoestrutural do planalto Setentrional Pará-Maranhão e Depressão Periférica do Sul do Pará. Os níveis topográficos possuem cotas medias de 190 a 223 metros em decorrência de suas formas de relevo ser envolvidas em superfície aplainada. Estas características topográficas facilitam a maquinificação da agropecuária no município (PARÁ, 2014).

A geologia da região proporcionou o crescimento populacional de São João do Araguaia e Apinagés em função da existência de diamantes explorado na década de 1940 e de quartzo na comunidade de Apinagés em 1950 (VELHO, 2009). A fotografia 2 mostra o local que será construída a UHE Marabá e a estrutura geológica foi fundamental para escolha da área. O local é formado pela unidade geológica: Grupo Tocantins constituído por quartzitos, xistos e filitos, principalmente no leito do rio (PARÁ, 2014).

Fotografia 2- Porto da Vila Espírito Santo (Marabá): local da futura instalação da UHEM



Fonte: Araújo, 27/09/2016

A comunidade do Espírito Santo encontra-se apreensiva em função que a barragem rasgará a vila ao meio (SILVA, 2014). O solo são-joanense caracterizado pela presença dos Podzólicos Vermelho-Amarelos, litólicos distróficos, Cambissolo distrófico, Gleys antróficos e distróficos. Há solos Aluviais eutróficos, Areia Quartzosa distrófica, Latossolo Vermelho-Amarelos distróficos e por fim Gley pouco Úmido distrófico (PARÁ, 2014).

O solo possui uma fertilidade considerável nos primeiros anos após a retirada da cobertura vegetativa em função da alta taxa de decomposição de matéria orgânica que, em virtude disso, é usada para o cultivo de arroz (*Oryza sativa L.*), feijão (*Phaseolus vulgaris L.*), fava (*Vicia faba*) e milho (*Zea mays*), entre outras (MOURA, 2012). O método de cultivo é a roça, consiste na derrubada da cobertura vegetal, depois queimada e por fim “encoivarada” para ser cultivada na área de Apinagés e “São Domingos da Lata” (VELHO, 2009). A roça é noviça em função da liberação de gás carbônico, mas faz parte da cultura dos habitantes locais.

O município faz parte do território drenado pela bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia. A área territorial de São João do Araguaia é banhada pelo baixo curso do Rio Araguaia, e estende-se até sua foz com Rio Tocantins (Fotografia 3), onde localiza o Parque Estadual do Encontro das Águas. A área de preservação ambiental, sob a responsabilidade do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), apresenta uma biodiversidade de espécies animais e vegetais (PARÁ, 2014).

Ao norte, o Rio Araguaia serve de limite natural com estado do Tocantins. O município é banhado pelos afluentes da margem esquerda do Rio Araguaia: Córrego Fortaleza, o Rio Água Branca, o Igarapé do Carmo, o Igarapé Surubim e Rio dos Viados, que banha Apinagés a leste. Estes pequenos cursos de águas são responsáveis pelo aumento do volume hídrico do rio Araguaia, e são áreas de berçários, pois recebem peixes de inúmeras espécies no período de reprodução. Após este período retornam para o rio Araguaia e são capturados de forma predatória em redes com pequenas malhas.

Fotografia 3- Encontro dos Rios Tocantins e Araguaia na divisa do PA, TO e MA



Fonte: Panoramio, 2016

Org. Araujo, 30/09/2016

A fotografia 3 mostra a paisagem formada pelo encontro das águas do Rio Tocantins e Araguaia e marca um aumento considerável no volume de água do Rio principal (Tocantins), e eleva o potencial energético e turístico em virtude da paisagem. Exibe, ainda, a exuberância deste rio e sua importância para as comunidades ribeirinhas e pesqueiras, em relação ao seu modo de vida porque proporciona aos povos locais renda durante ano.

O clima é equatorial superúmido em consideração a classificação de Köppen. A região apresenta temperaturas médias anuais de 26°C, sendo as mínimas 22°C e máximas 32°C. A umidade relativa do ar oscila em torno de 78%. O município possui duas estações bem definidas: uma chuvosa de dezembro a maio, e a outra seca de junho a novembro, com o índice pluviométrico anual de 2.0000 mm/ano (PARÁ, 2014).

A população de ribeirinhos e pescadores do sudeste paraense, residentes à margem do rio Tocantins e Araguaia possuem uma relação estreita com rio. Estas populações pescam (peixes e quelônios), plantam nas vazantes e exercem trabalhos ligados ao turismo no mês de julho (se relacionam com o rio o ano inteiro).

Em Apinagés no período de estiagem, nas praias no rio Tocantins, os apinagesenses lucram com a fabricação de cabanas, venda de peixe, “alugueis” de barcos e canoas a turistas para pescarem e passearem pelo rio. Os apinagesenses possuem seu modo de vida ligado intimamente ao rio, ou seja, suas atividades oscilam em volta do rio e a comunicação da UHE Marabá ameaça esse *modus viventi*.

As características econômicas de Apinagés são heterogêneas, ao passo que sua população exerce a pesca como principal atividade econômica, mas são exercidas outras atividades: a agricultura em terra firme/vazante, pecuária, serviços, indústria de cerâmica e quartzo. Essas práticas espaciais revelam na paisagem a manifestação dos três setores da economia de forma microscópica. Mas é conveniente reiterar que a pesca é a atividade econômica praticada em grande escala na comunidade.

A fotografia 4 mostra o porto de Apinagés que foi a principal porta de entrada e saída da comunidade e ligava as cidades de Imperatriz e Marabá que abastecia a vila com alimentos no períodos do garimpo de cristal. Esse porto durante mês de julho é o local onde os turistas alugam barcos para irem até as praias do rio Tocantins e Araguaia. Com base na fotografia 4, conjectura-se que existe uma relação estreita com o rio, pois demonstra na parte superior muitos barcos, casas de pescadores, geleiras na margem direita do Lago de Apinagés, que serve de apoio a atividade pesqueira. Essa imagem expressa à dependência da comunidade ao rio, pois esses barcos são utilizados na pescaria e as casas localizadas na margem, são utilizadas para armazenagem do pescado.

Fotografia 4- Barcos de pesca no Porto dos Homens em Apinagés



Fonte: Araujo, 27/09/ 2016

A pesca na comunidade de Apinagés é artesanal³ e predatória⁴, exercida intensamente como fonte de renda em canoas, rabetas⁵, e em grandes barcos (fotografia 4). O pescado é armazenado em câmeras frias e são comercializados em mercados externos. A pesca é a principal atividade da família em Apinagés. É conveniente afirmar que a pesca faz parte do modo de vida apinagesense. A fotografia 4 mostra o rio como lugar e construtor do sentimento de pertencimento na relação dos apinagesenses e a pesca ao longo de anos.

O IBGE (2016) não define a quantidade exata de habitantes em Apinagés e faz referência a população total do município de 13.569 habitantes com densidade demográfica de 10,28 Hab./Km². Mas segundo os moradores de Apinagés a população é de mil habitantes, no entanto segundo Secretaria Municipal de Saúde é de 856 habitantes (SJA, 2016). A formação étnica é por descendentes de europeus, nativos, e afrodescentes, fato observado empiricamente na cor da pele, olhos e cabelos.

A religião exercida pela população são-joanense é a Cristã. A maioria da população declara-se Católica (66.71% da população), a outra parcela da população são protestantes

³ A pesca é feita em família em barcos pequenos e canoas com equipamentos: linha e anzóis, tarrafas, armadilhas, arrasto e redes.

⁴ A prática consiste em retirar dos rios bem mais do que consegue repor de maneira natural. Em Apinagés a pesca predatória é praticada após o fim da Piracema, quando os cardumes de peixe estão retornando dos rios menores para o rio Tocantins, com a técnica denominada de **Arrastão**. Esta técnica consiste na utilização de uma rede arrastada por vários homens que captura os cardumes, quando estão descendo o rio próximo das margens. Depois selecionam os peixes de valor comercial e os demais são deixados na margem do rio. O arrastão é uma prática exercida por muitos pescadores de Apinagés e região.

⁵ Rabetas são vergões de ferro que, em uma extremidade contem um leme e na outra uma hélice, acopladas aos motores para realizar a movimentação de pequenos barcos e canoas. Mas na vila Apinagés e região a palavra rabetas se refere a barcos ou canoas que tem motores.

tradicionais: Adventista da Reforma, Adventista do Sétimo Dia e protestantes pentecostais: Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Assembleia de Deus-Missão (23.19% da população), 10.1% não declarou sua religião e não há manifestação de religião africana declarada (IBGE, 2016). Em Apinagés a Igreja Assembleia de Deus é a denominação protestante com maior número de fieis.

A circulação de pessoas e mercadorias é realizada pelo Rio Tocantins em pequena escala em comparação ao período antecedente a construção da rodovia transamazônica (BR-230) no ano de 1972, após esta data o deslocamento passou para a rodovia estadual Pedro Carneiro (PA-405) que conecta Apinagés via São João do Araguaia ao Km 40 da BR 230.

A fotografia 5 relewa que a Apinagés possui uma rodovia municipal (Miguel David), na direção sul conecta a comunidade à BR-230 no km 48 à cidade de São Domingos do Araguaia, na direção norte conecta a São João do Araguaia e liga PA-405 até a BR-230. A expansão das grandes rodovias alterou o deslocamento de pessoas e mercadorias a partir da década de 1950 (BALLOU, 2001). As rodovias provocaram estagnação econômica de muitas cidades e povoados ribeirinhos em virtude da distância das vias de integração.

Fotografia 5- Rodovia de acesso à vila de Apinagés em São João do Araguaia



Fonte: Araujo, 27/09/ 2016

A voz comunitária é outro veículo de comunicação, usada pelo líder da Associação dos Moradores de Apinagés (AMA) e população em geral para vinculação de informações de utilidade pública. Constatou através da observação empírica que algumas residências, disponibilizam de internet, Televisão via parabólica (sinal aberto) e por assinatura. Há sistema de telefonia pública (orelhões) da OI telecomunicações e sinal de telefonia móvel da TIM telecomunicações (Telecom Itália).

A comunidade é assistida com energia elétrica pelas Centrais Elétricas do Pará S/A (CELPA), no entanto, a iluminação nas vias públicas é precária. A água tratada e encanada é fornecida pela empresa Odebrecht Ambiental, através de um contrato licitatório de 20 anos que adquiriu o Sistema de Abastecimento Municipal de São João do Araguaia no ano de 2015. Contudo é alvo de inúmeras reclamações e críticas pela população de Apinagés devido à qualidade da água.

A assistência médica na comunidade é precária. O atendimento é feito por técnicos de enfermagem no posto de saúde. Nas residências não há um acompanhamento pelos agentes de saúde e de endemias periodicamente. Os casos não resolvidos na comunidade são encaminhados à sede do município para Hospital Municipal Mário Martins, e a Marabá para Hospital Regional do Pará Dr. Geraldo Veloso e por fim ao Hospital Regional de Belém.

O poder público municipal é responsável pelo sistema educacional e oferece educação a partir de três anos de idade na modalidade creche e ensino fundamental. O Ensino Médio é oferecido na sede do município e os alunos utilizam o transporte escolar. Não há no município instituições de ensino superior. Algumas vias são asfaltadas e acessam as escolas municipais, creche, igreja católica, protestante e as ruas mais periféricas não são pavimentadas (Fotografias 6 A, B). A fotografia 6B mostra a paisagem da comunidade de Apinagés onde a maioria das residências é construída de tijolos, rebocadas e pintadas. Essas residências foram construídas com recurso da pesca de peixes e quelônios.

Fotografia 6- Paisagem da comunidade de Apinagés: casas e ruas



Fonte: Araujo 27/09/2016

A fotografia 6A demonstra as residências são fabricadas de madeira e a cobertura de telha de cerâmica e folhas de palmeira de babaçu. Observou *in loco* grandes lotes, onde são

feitas pequenas plantações de arroz, feijão, milho e hortaliças para complementarem a alimentação e em outros a criação de galinhas, cabras, porcos e alguns casos há pequenas fazendas integrada à vila.

As fotografias 6A e 6B evidenciam que a vila de Apinagés apresenta na sua composição espacial aspectos inerentes ao espaço urbano e ribeirinho: vias asfaltadas, energia elétrica, água encanada, posto de saúde, creches, escolas, casas simples, criação de animais e cultura da pesca. Sua cultura releva uma ligação afetiva com o rio. As características culturais de Apinagés revelam nas práticas cotidianas adjetivos que a define como tradicional, porque as características tradicionais emergem do cotidiano da população e se entrelaçam originando peculiaridades culturais endêmicas.

1.3 Histórico de ocupação da comunidade de Apinagés

Faz-se necessário contextualizar a história de ocupação de Apinagés, São João do Araguaia a ocupação portuguesa do Estado do Pará no século XVII. A história de ocupação da margem esquerda do Rio Tocantins na região sudeste do Pará foi incentivada pelo governo do Grão-Pará, no fim do século XVIII. É reflexo de políticas da união das Coroas Ibéricas (1580-1640), para a defesa do território de investidas estrangeiras e evasão de divisas. Neste período iniciou ocupação da região mais extrema da Amazônia brasileira, nas mediações do rio Amazonas e oceano atlântico com a fundação de Belém (TAVARES, 2008).

Segundo Tavares (2008), no século XVII a coroa portuguesa criou inúmeros povoamentos militares na região para proteção do território de investidas estrangeiras, e das tentativas de dominá-lo por causa das drogas do sertão⁶.

A política portuguesa, visando ao exercício de sua soberania no mundo físico-político imerso que estava criando, formou-se com ereção de pequenas fortificações, que representavam o poder militar português e asseguravam o exercício de sua soberania com maior segurança [...] (REIS, 1984, *Apud* TAVARES, 2008, p.59).

A coroa conseguiu assegurar a soberania do território conquistado durante as grandes navegações do século XVI. E para reforçar a sua soberania na Amazônia brasileira, criou em 1621 a província do Maranhão e Grão Pará, com sede em São Luis e com desenvolvimento de Belém fundou em 1751 a província do Grão Pará e Maranhão com sede em Belém (TAVARES, 2008).

⁶ São especiarias (folhas de árvores, resinas, leites, raízes, caule, cacau, canela, castanha, cravo, pimenta, guaraná entre outros) extraídas no interior do Brasil no período colonial.

Segundo Braga (1915, p.52, *Apud* TAVARES, 2008) a colonização na margem esquerda do rio Tocantins no Pará iniciou com a fundação da vila de Cameté (Vila Viçosa de Santa Cruz de Cameté) em 1633. Neste mesmo ano passou a condição de capitania. A vila de Cameté no século XVIII tornou-se um grande centro de cultivo de cacau, devido às medidas de Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, através de estímulo a agricultura para exportação, levando expansão da agricultura na região do baixo Tocantins (TAVARES, 2008).

Os povoados, os fortes e as vilas começaram a surgir ao longo da margem esquerda do médio curso do Rio Tocantins no sudeste do estado do Pará no final do século XVIII e nasceram com propósito de manter a hegemonia portuguesa no território amazônico. O povoamento e hoje cidade de São João do Araguaia nasceu nesse período.

Conforme o IBGE (2016) e PARÁ (2014), este povoamento nasceu em caráter de manutenção do domínio do território português em 1779, tendo como precursor o governador do Grão Pará Capitão-general José de Nápoles Telles de Meneses, situando-o na margem esquerda do rio Tocantins, com o propósito defender o território de investidas estrangeiras e coibir a saída de ouro contrabandeado das minas auríferas do interior do Brasil.

Conforme o IBGE (2016) a história de fundação de São João do Araguaia é marcada inicialmente pela fundação de São Bernardo da Pederneira e um mocambo⁷ nas proximidades, chefiado por Maria Aranha, ambos fundados no final do século XVIII, estes por sua vez, representam o princípio de povoamento no território que hoje é município de São João do Araguaia.

Neste mesmo século, em 1781 o engenheiro João Vasco Manuel de Braum cria a povoação de Alcobaça⁸ na margem esquerda do rio Tocantins, posteriormente por investidas de nativos foi destruído, e somente em 1797 foi reconstruído. Neste mesmo ano foi construído o Registro de Itaboca, colônia militar que reunia alguns habitantes dos povoados de Alcobaça e São Bernardo da Pederneira (IBGE, 2016).

O processo de colonização continuou pelo alferes Joaquim Maximino reconstruindo o forte de Nossa Senhora de Nazaré e criando o registro de Itaboca e muda-o duas vezes até localizar-se na margem esquerda do rio Tocantins após a confluência com rio Araguaia.

⁷ Este termo é usado para definir o local de refúgio usado pelos negros que fugiam do trabalho escravo nas fazendas de cana-de-açúcar e de café no período do Brasil colonial e imperial.

⁸ “Criada pela lei nº 63, de 31 de dezembro de 1947, desmembrado de Baião. Localiza-se à margem esquerda do rio Tocantins. Originário do povoado de Alcobaça, fundado em 1781. Em 1870, cria-se a Freguesia de São Pedro de Alcântara. Em 19 de abril de 1875, passa a denominar-se de São Pedro de Alcobaça e em 30 de dezembro de 1943 de Tucuruí” (TAVARES, 2008, p.79).

Tavares (2008) concorda que o presídio instalado no Itaboca foi restabelecido para o local atual em 1855, constituindo o núcleo de povoamento de São João do Araguaia.

A povoação, em seguida, registro de Itaboca, e por fim, colônia militar passou a se chamar de São João do Araguaia na metade do século XIX (VELHO, 2009). Contudo, Emmi (1999) refere-se a São João do Araguaia como sendo uma colônia militar fundada em 1850 pelo governo provincial do Pará, com intuito de impedir evasão das drogas do sertão da região, e assegurar a tranquilidade do trânsito, constantemente atacado por nativos Apinajés. No entanto, não faz alusão se houve outras tentativas de povoamento no local.

Segundo o IBGE (2016) no início do século XX (1901) São João do Araguaia foi elevado à categoria de povoado. Tavares (2008) acrescenta em 05 de novembro de 1908 pela lei estadual nº1. 069 tornou distrito e sede municipal, desmembrada territorialmente de Baião em função do desenvolvimento da economia regional extrativista, com base no Caucho (*Castilla ulei*) e Castanha (*Bertholletia excelsa*). Contudo perde uma porção do seu território com emancipação política de Marabá em 1913 (TAVARES, 2008). Em 1922, voltou à categoria de distrito anexando seu território a Marabá (VELHO, 2009).

O município de São João do Araguaia foi extinto e alterado o seu topônimo para São João da Ponta e com a lei estadual de 1938 o distrito voltou à denominação de São João do Araguaia. Durante 39 anos ficou anexado ao município de Marabá. E com a lei estadual nº 2.460, de 12 de dezembro de 1961, o distrito de São João do Araguaia retornou o status de município composto pelos distritos de Apinagés⁹ e São Raimundo do Araguaia no ato de sua criação (PEREIRA, 2004).

A histórica de colonização do sudeste paraense tem como objetivo inserção na discussão a origem da ocupação área de Apinagés¹⁰ ligando-a a história humana em São João do Araguaia em 1779 e concomitantemente ao povo Apinajés e seus primeiros contatos com colonizador (ISA, 2015). A comunicação não foi amistosa em 1791, levando ao confronto

⁹ “O distrito é uma subdivisão do município, que tem como sede a vila, que é um povoado de maior concentração populacional. Ele tem organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município” (PINTO, 2003, p.57).

¹⁰ “Os rios Araguaia e Tocantins tiveram várias expedições coloniais a percorrer suas águas no primeiro quartel do século XVIII, vindas não apenas do sul, mas também do Maranhão e Pará, que disputavam a posse da rica região aurífera recentemente descoberta pelos bandeirantes de São Paulo no sul de Goiás. Até o final do século XVIII os Apinajé entraram diversas vezes em contato hostil com os “civilizados”, empreendendo “correrias” pelo Tocantins para apoderarem-se de ferramentas. Em consequência dessas correrias foi fundado, em 1780, o posto militar de Alcobaça, que apesar de suas seis peças de artilharia foi abandonado devido as incursões dos Apinajé. Em 1797 foi fundado o posto São João das Duas Barras, atual São João do Araguaia. Esse fato marcou a entrada dos Apinajé em contato permanente com a sociedade nacional”(ISA, 2015).

entre os Apinajés e a população de Alcobaça e São João do Araguaia (PEREIRA, 2004), (ISA, 2015).

Este recorte da história regional legitima a fala da população local em pensar que área de Apinagés foi ocupada pelo povo Apinajés no século XVIII (ALMEIDA *et al.*, 2010). Mas o argumento não sustenta a presença desses nativos na localidade no início do século XX, pois a história atesta, os Apinajés retornaram para no norte do estado do Tocantins na primeira década do século XIX (ISA, 2015). As informações sobre Apinagés é restrita, sendo mencionado como vila em meados de 1950 (VELHO, 2009); (EMMI, 1999) e como distrito urbano em 1961 (IBGE, 2016).

Evidências provam que o povo Apinajés habitou o território de São João do Araguaia, Marabá e Tucuruí, no final do século XVIII. A história regional registra nos antigos povoamentos de Tucuruí, Marabá e São João do Araguaia foram marcados por lutas constantes com nativos locais, em especial os Apinajés. Estes confrontos, em alguns casos provocaram o deslocamento desses povoamentos, principalmente no final do século XVIII (ISA, 2015) e (PARÁ, 2014).

Segundo Emmi (1999) e Pará (2014) a economia de Marabá nas primeiras décadas do século XX era voltada para extrativismo vegetal, primeiramente a exploração do Caucho e em seguida a extração da Castanha do Brasil e São João do Araguaia sendo distrito de Marabá incluía-se nesta lógica econômica. O território que compreende Apinagés na direção de São Domingos do Araguaia, possuía muitas castanheiras, tornando-se área de extração da família Seixas, pertencentes às oligarquias de Marabá.

Conforme Pereira (2004) a economia de São João do Araguaia na primeira metade do século XX, além da extração da Castanha do Brasil, extrai Cocco Babaçu das áreas de matas secundárias e a mineração diamante no leito do Rio Tocantins. Na década de 1950 o distrito de São João do Araguaia dedicou-se a extração de Cristal na área de Apinagés¹¹. Posteriormente nas áreas ribeirinhas, às populações dedicaram-se a pesca para subsistência.

A história é a narrada pelos habitantes da cidade de São João do Araguaia que a área do distrito de Apinagés era um retiro pertencente à família Seixas na primeira metade do século XX (1908), e foi apropriada através da força, expulsando os povos nativos da região (PEREIRA, 2004). O crescimento populacional foi instigado com a descoberta de quartzo (*feldspatos formado de dióxido de silício-SiO₂*), por um habitante da sede do município.

¹¹ A comunidade de Apinagés comemora o aniversário de fundação da vila no dia 29 de abril de 1950, data esta que marca a migração de pessoas do distrito São João do Araguaia para a localidade em função da descoberta de cristal. Neste ano de 2017 a vila fez 67 anos.

Em abril de 1951¹² chegaram primeiros garimpeiros, compradores e exportadores de cristal. A mineração ocasionou o surgimento de um povoamento à margem do Igarapé Cabeça Dantas e distante um km do primeiro núcleo de povoamento denominado Apinagezinho na margem esquerda do rio Tocantins. A extração durou até as minas exaurirem em 1952, quando os mineradores migraram para uma mina em Xambioá no estado do Tocantins (PEREIRA, 2004).

Este fato condicionou uma diminuição da população residente no local em função da mineração, mas muitos permaneceram, dedicando-se a outras atividades: a pesca, a agricultura, pecuária e extrativismo vegetal. Posteriormente em 1961 passou a categoria de vila e distrito com a criação do município de São João do Araguaia.

Apinagés recebeu esse nome pela presença de uma família de descendentes dos índios Apinajés migrados de Araguatins para vila na década de 1950. Esse fato opõe se a argumentação de alguns moradores que defendem a ideia que na década de 1940 a vila era aldeia do povo Apinajés.

Antes de 1950, aqui só era um castanhal, e os índios Apinagés moravam aqui, local hoje onde é o campo de futebol, perto dos pés de manga, ali era a aldeia. Em 1945 com a construção da estrada dos bois, que passava perto de sua aldeia, eles foram embora para Tocantinópolis, eles eram uns 50 índios. Eles estavam aqui a muito tempo desde a fundação de São João do Araguaia, quando era colônia, a vila de São João não podia crescer por causa que topava nos índios; ai veio o frei Gil Vila Nova que conversava com os índios que se afastassem do homem branco. Escolheram o nome da vila porque aqui só tinha benefício feito por eles, pés de manga, plantado por eles, casa de farinha, então colocaram os índios para correr para extrair castanha. Onde hoje é Apinagés era Castanhal de Exúpero Seixas (Entrevistado 05, J. P. S.; 06/04/2017, 88 anos).

Mas segundo o entrevistado 06: “onde era a vila era um sitio do Exúpero Seixas. Aqui em Apinagés não teve aldeia de índio. Aqui existia os índios Suruí nessa região, essa área não era grande para eles percorrer, eles migravam para acampamento de pesca” (J. B. S.; 06/04/2017, 61 anos). Esse relato é legitimado por Velho (2009) e ISA (2017) que afirmam no século XX a história registra somente o povo Gavião na área onde hoje é o município de São João do Araguaia e o povo Suruí Sororó em Apinagés.

¹² “Em 1951 surgiu um garimpo 7 km acima de São João, mas ainda no encontro do Araguaia com o Tocantins. Esse garimpo atraiu muitos indivíduos, especialmente de Goiás, Maranhão e Piauí, mas também da própria vila de São João. Mesmo algumas figuras políticas de projeção local mudaram-se para lá, dedicando-se ao comércio, no que foram estimuladas ainda por vicissitudes da luta política. O garimpo foi de curta duração (praticamente até 1952), mas serviu para o arranque inicial que daria origem à vila de Apinagés; apesar de muitos se retirarem para os garimpos de Goiás. Embora ainda próximo a São João, por perto já havia alguma terra devoluta; mas o que a favoreceu particularmente foi o fato de seu porto ser de melhor qualidade do que o de São João” (VELHO, 1999, p. 97).

A tradicionalidade de Apinagés não é a origem indígena, e sim sua relação com floresta, o minério e rio de forma perene. É evidente que a identidade da população de Apinagés e as demais populações tradicionais da região estão com o seu modo de vida afetado pela comunicação da UHE Marabá. A desterritorialização é inevitável em virtude da necessidade de energia, pois o capital exige para a expansão da capacidade de maquinofatura. Mas com isso destruirá as territorialidades tradicionais do sudeste paraense que possui uma relação de dependência com Rio Tocantins.

1.4 O caminho da pesquisa

É importante tecer esclarecimentos acerca da metodologia utilizada em virtude de sua importância na construção do conhecimento científico. Pretende-se discutir a orientação filosófica, procedimentos e técnicas adotados para produção de conhecimento. O procedimento metodológico adotado é de orientação quali-quantitativa por causa de sua relevância para compreensão da área em estudo.

Os objetivos são o norte da pesquisa e a teoria é a lente que permite o pesquisador compreensão do fenômeno em estudo. A metodologia vem ao encontro deste processo científico ao proporcionar caminhos à construção de conhecimento. A metodologia é o caminho, ou seja, rota traçada para respaldar os resultados da pesquisa, porque ao ler o trabalho científico, o leitor tem interesse de conhecer a metodologia: orientação filosófica, procedimentos e técnicas empregadas para alcançar os resultados expostos na redação científica.

Para a compreensão dos impactos socioambientais no território, territorialidade, identidade e o lugar na comunidade de Apinagés ameaçada pela notícia da UHE Marabá, optou-se pela dialética e a fenomenologia. Assumiu esse risco em virtude das peculiaridades da pesquisa e os objetivos desenhados não serem explicados a partir de uma única orientação filosófica (SIEBEN, 2012).

O Território na concepção de Haesbaert (2004) e Saquet (2007) surge das relações de apropriação sociedade-espço em escala de dominação político-econômica (concreta) e cultural-simbólica (funcional). Nessa perspectiva os territórios são diferenciados de acordo com a ação dos sujeitos no espaço e no tempo, são eles sujeitos, grupos sociais, comunidades tradicionais, o Estado, empresas, instituições etc (HAESBAERT, 2004).

O conceito de identidade de Hall (2009) e Woodward (2000) possibilitou a compreensão da essência dos Apinagesenses que é a ligação com o rio. O conceito de lugar de

Tuan (1983) demonstrou o espaço geográfico em uma dimensão imediata, vivida, ou seja, experienciada. Neste caso o lugar é vivido pelos apinagesenses e se enquadra na concepção de comunidade tradicional e de atingida pela comunicação da UHE Marabá.

A dialética e a fenomenologia possibilitaram a compreensão do interesse do Estado e capital pelo território amazônico (riquezas minerais e hídricas); e o descaso pela territorialidade, identidade e lugar na complexa realidade de Apinagés no período de comunicação da UHE Marabá e criou uma situação no imaginário dos sujeitos de “atingidos”.

A união de orientações filosóficas deixa clara a complexidade da realidade social. Por conseguinte, pretende se valer da dialética e da fenomenologia para a compreensão da comunidade de Apinagés futuramente desterritorializada pela UHEM. Segundo Haesbaert (2006, p.127) “[...] a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território [...] e a reterritorialização e o movimento de construção do território [...]”.

A dialética e a fenomenologia são as orientações filosóficas que, melhor explicam a relação entre sujeito e objeto de estudo. As ciências sociais interpretam que, no positivismo, há “certo” distanciamento entre pesquisador e sociedade pesquisada e assim se perde muito das percepções que relações mais próximas poderiam fornecer. Essa relação mais próxima poderia ser, por exemplo, a interatividade entre pesquisador e pesquisados, pois o pesquisador necessita auxiliar nas tarefas diárias das sociedades para, no final do dia, conseguir sua entrevista e obter os dados para sua pesquisa (SIEBEN e CLEPS JUNIOR, 2013, p. 244).

A dialética e a fenomenologia, unidas, são o caminho para o entendimento da realidade investigada. “A dialética é interpretativa e se fundamenta em três princípios: unidade dos opostos, quantidade e qualidade e negação da negação” (GIL, 2006, p. 31). A dialética possibilitou uma discussão crítico-reflexiva da realidade investigada.

A dialética propiciou à compreensão do real objetivo da construção da hidrelétrica de Marabá, responsável pela futura desterritorialização da vila de Apinagés e que UHEM se insere em processo econômico, político e cultural maior e complexo, ligada às políticas energéticas do Estado voltadas para subsidiar o processo de exploração do capital nacional e internacional. “Em relação à totalidade [...] dialética recomenda que nós prestemos atenção ao recheio de cada síntese, quer dizer, às contradições e mediações concretas que a síntese encerra” (KONDER, 1981, p.42).

A dialética fornece as bases para interpretação dinâmica e **totalizante da realidade**, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc (GIL, 2006, p. 32, grifo nosso).

A dialética proporcionou a sapiência do fenômeno de desterritorialização que é real no imaginário da população de Apinagés, pois impele o pesquisador ao conhecimento global

dos eventos e permite um olhar para todos os interessados no processo de construção e funcionamento da UHEM. Neste caso, o Estado, os Empresários e os atingidos da comunidade de Apinagés.

A dialética possibilitou a compreensão do conjunto em que se insere a construção da UHEM. Essa totalidade é formada por partes contraditórias e harmônicas (KONDER, 1981). Os anseios das partes são contraditórios, exemplo os pescadores de Apinagés não concordam com construção da UHE Marabá, pois se opõe a seu modo de vida, tal como é, ao passo que o Estado e o empresariado anseiam pela construção do empreendimento para atender a lógica capitalista, então as ações desses atores são opostas. Mas são harmônicas, pois fazem parte do mesmo fenômeno. Para Konder (1981, p.46) “[...] os objetos com os quais lidamos existe uma dimensão imediata (que nós percebemos imediatamente) e existe uma dimensão mediata (que a gente vai descobrindo, construindo ou reconstruindo aos poucos)”.

As conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias. Em tais unidades, a contradição é essencial: não é um mero defeito do raciocínio. Num sentido amplo, filosófico, que não se confunde com o sentido que a lógica confere ao termo, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem (KONDER, 1981, p.48).

A orientação dialética viabilizou a compreensão da totalidade, das contradições inseridas na totalidade do fenômeno em análise. A dialética possui um terceiro princípio conhecido como a negação da negação, ou seja, a síntese oriunda do conflito entre teses (afirmação) e antíteses (negação). Konder (1981) esclarece que a dialética possui três leis gerais: lei da passagem da quantidade à qualidade (e vive-versa), lei da interpenetração dos contrários e lei da negação da negação.

As leis gerais da dialética orientaram compreensão do fenômeno em estudo, criando caminhos para o entendimento da investigação, e ultrapassa a localidade e insere-se em um contexto nacional e internacional (totalidade). A dialética revelou a totalidade formada pelas contradições de ações, que se opõem e corroboram e manifesta ação estatal oposta ao modo de vida apinagesense. A dialética oportunizou a compreensão dos impactos sociais são reflexos de políticas energéticas. O fenômeno em estudo se materializou no território apinagesense com a comunicação do AHEM e atribui-lhe a condição de atingidos, pois já alterou seu modo de vida.

A fenomenologia foi importante, uma vez que proporcionou ferramentas para compreensão dos sentimentos da comunidade em relação ao território e à construção da UHEM, porque esta arrebatará seu lugar e os desterritorializará. A fenomenologia não é de

caráter dedutivo e empírico: “[...] consiste em mostrar o que é dado e em esclarecer esse dado” (GIL, 2006, p.32). Destarte este seria um procedimento substancial para descrição.

A comunidade de Apinagés encontra-se apreensiva, pois o fato de serem deslocados futuramente traz insegurança para suas famílias. Surgem sentimentos de tristeza, melancolia e estranhamento no imaginário. Através da fenomenologia foi possível de descrevê-los e compreendê-los e ratificar que, a saída forçada de seu território, não é fácil, para a população tradicional. “O método fenomenológico começa com uma descrição, uma situação vivida no cotidiano” (GIORGI, 1986, *apud* SADALA, 2004, p. 02).

A fenomenologia possibilitou uma descrição da experiência. Nesse caso foi possível descrever o sentimento da comunidade ante a saída forçada de seu território em razão da UHEM e seu respectivo reservatório, que inundará parte da Vila e diminuirá ictiofauna do Rio Tocantins e Araguaia na região. Para Bicudo (2011, p. 42-43) “[...] a experiência vivida é o ponto de partida e o ponto de chegada da pesquisa fenomenológica [...]”.

O Estado através de sua política energética preocupa-se em produzir energia para o crescimento econômico, mas não se incomoda com o espaço vivido das comunidades desterritorializadas. Contudo para esta pesquisa a realidade vivida é relevante por ser a essência de um povo postergado pelo Estado. Assim a fenomenologia é um método pertinente na busca do conhecimento de um fenômeno e o como ele é vivido (BICUDO, 2011).

Por serem importantes os sentimentos e emoções da comunidade de Apinagés, é que se utilizou a fenomenologia por que: “[...] busca conhecer o que determinado fenômeno significa e como ele é experienciado” (BICUDO, 2011, p.49). A fenomenologia foi relevante para compreender, como os apinagesenses sentem-se ante a desterritorialização. Segundo Sadala (2004) a fenomenologia: “[...] investiga um fenômeno - partindo das experiências vividas pelos sujeitos da pesquisa - obtém as descrições desses sujeitos a respeito da sua experiência [...]”.

Segundo Sadala (2004) a fenomenologia possui três passos: descrição, redução e interpretação. A descrição fenomenológica apresenta características especiais, retrata e expressa à experiência consciente do sujeito. A redução fenomenológica consiste na crítica reflexiva dos relatos escritos e segue três etapas: mantém a descrição na sua forma original para análise da experiência vivida sem interferência dos conceitos pessoais e teóricos do pesquisador, e a descrição gestáltica consiste na criação de pontos focais de descrição a partir do observador e o sujeito, e por fim focaliza as fontes pré-reflexivas do tema e expressa o significado. A interpretação dos resultados da redução fenomenológica.

Pesquisa feita em livros de metodologia científica aponta a relevância da utilização de ferramentas de mais de uma orientação filosófica para compreensão da realidade. A dialética e a fenomenologia foram relevantes, juntamente com a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, roteiro de entrevistas (perguntas abertas e fechadas) e observação. Essas orientações, e os procedimentos e técnicas formaram o caminho da pesquisa.

A dialética e a fenomenologia em companhia dos procedimentos constituíram uma etapa importante da pesquisa. Os procedimentos foram voltados inicialmente à pesquisa bibliográfica: livros, dicionários, artigos, teses e dissertações; e, ainda, pesquisa documental: jornais, boletins informativos, documentos oficiais impressos e on line (internet), entre outros.

A importância do uso de instrumentos de pesquisa (técnica) no desenvolvimento de trabalhos acadêmicos na pesquisa de campo é porque permite conhecer e descrever as informações para a construção da redação científica do trabalho desenvolvido.

A observação direta intensiva: observação assistemática¹³ e roteiro de entrevista completam o procedimento adotado na inquirição, por serem técnicas que proporcionam conhecimento *a posteriori* e *in loco*. Nesta investigação a compreensão da relação dos apinagesenses com o território e sua percepção ante a desterritorialização pela UHEM. A observação é uma técnica usada para conhecer a realidade investigada através dos sentidos (LAKATOS; MARCONI, 2003).

O roteiro de entrevista foi à técnica principal, sem desmerecer a documentação direta e a observação assistemática. É importante reiterar a relevância do roteiro de entrevista, para Gil (2006), Lakatos e Marconi (2003; 2008) é considerada a técnica principal da pesquisa social.

Muitos pesquisadores das ciências naturais não adotam o roteiro de entrevista e criticam os trabalhos científicos que a utilizam, como meio de conhecimento, esta técnica tem suas deficiências como outros procedimentos utilizados nas ciências naturais. Contudo, essa carência não desmerece sua excelência na investigação social (GIL, 2006).

O roteiro de entrevista proporcionou ao pesquisador o encontro com pessoas que fazem parte da área em estudo, neste caso, os habitantes da comunidade de Apinagés. Possibilitou ao pesquisador conhecer os apinagesenses e levou a obter informações diretamente da fonte. O acúmulo de informação induziu a pensar em alguns momentos como

¹³ A observação assistemática é a técnica de investigação que não adota regras específicas. É livre, ou seja, espontânea no processo de recolher e registrar as informações observadas na área de estudo. A técnica é frequentemente empregada em pesquisas exploratórias e não possui um planejamento prévio (LAKATOS; MARCONI, 2008).

o investigado diante do fenômeno vivenciado. O roteiro de entrevista tem como meta obter informações dos entrevistados.

a) Averiguação de “fatos” [...]. b) Determinação de opiniões sobre os “fatos” [...]. c) Determinação de sentimentos [...]. d) Descoberta de plano de ação [...]. e) Conduta atual ou do passado [...]. f) Motivo consciente para opiniões, sentimentos, sentimentos e conduta (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.196).

O roteiro de entrevista é amplo e permitiu compreender e conhecer as informações relevantes ao desenvolvimento da pesquisa, e proporcionou conhecimento de aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais sobre a comunidade de Apinagés. O roteiro de entrevista tem um itinerário de perguntas onde pesquisador fará ao sujeito da pesquisa acerca do tema e com isso se desenha a chance de ter respostas consistentes para o trabalho. Optou-se por perguntas objetivas e subjetivas para assim ter informações em duas dimensões.

O roteiro de entrevista tem inúmeras vantagens, permite obter informações de pessoas analfabetas e não instruídas, flexibilidade ao pesquisador ao ponto de repetir as perguntas até o sujeito compreendê-las, oferece a oportunidade de fazer a leitura da postura do entrevistado, é fonte de informações não documentadas e por fim permite quantificação e tratamento estatístico (GIL, 2006) e (LAKATOS; MARCONI, 2003; 2008).

1.5 O Teórico e o empírico na comunidade de Apinagés

Inquirição, ora em ação, tornou o tema da pesquisa, quando se teve conhecimento do Boletim informativo do Projeto da Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA): O direito de dizer “não” à construção da Hidrelétrica de Marabá, publicado em 2010, na região sudeste do Pará escrito por ALMEIDA *et al.*

Almeida *et al.*, (2010), no PNCSA descreve uma fala de um morador da vila de Apinagés residente a mais de cinco décadas na comunidade. Este externava a sua insatisfação na possibilidade de sair da comunidade pela frase: “Apinajés, a maior paixão que eu tenho”. Esta frase sensibiliza, induz ao questionamento acerca da política energética adotada pelo governo brasileiro, uma vez que a construção de usinas hidrelétricas desreterritorializa comunidades em “não lugares” (TUAN, 1983).

Não lugares, este termo não é em sentido de ausência de existência, pois isso não é possível. Não lugar é no sentido que este novo espaço geográfico não tem sentido para estas populações reterritorializadas, pois o lugar (sentimento de pertencimento) é construído nas relações com o local e mediada pelas técnicas no tempo (TUAN, 1983).

A fundamentação teórica ancora-se no conceito de cultura de Geertz: “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...] a cultura como sendo essas teias [...]” (GEERTZ, 1987, P.04). Assim a cultura é simbólica, os signos culturais são usados cotidianamente por um grupo, tem significado dentro daquele contexto e para compreendê-la é preciso conhecer o sujeito e suas relações sociais cotidianas.

Conforme Sahlins (1990), a cultura é uma organização histórica criada a partir de diversas formas de agir em diferentes povos e de acordo como estes significam as coisas. A cultura é vivida diariamente e repassada à geração futura nessa relação, contudo é passível de ser alterada nesse processo, sofrendo alterações de outras culturas e dando origem a novas culturas.

Em função das territorialidades impostas na construção dos territórios em virtudes dos diferentes agentes sociais que exercessem o poder é conveniente adotar o conceito de território de Raffestin (1993), Souza (1995), Saquet (2007) e Haesbaert (1997; 2004; 2005) que possibilita a compreensão de como os territórios são construídos e dominados pelo Estado, capital e comunidades tradicionais.

Os processos de desterritorialização e reterritorialização sustentam-se nas abordagens de Haesbaert (2006) e Saquet (2007) que compreendem o movimento como o processo de abandono e criação de novos territórios em virtudes de ações políticas, econômicas e culturais. Segundo Haesbaert (2006, p.138): “[...] a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos”.

O conceito de identidade de Hall (2009) e Woodward (2000) compreendem a identidade como a essência cultural de povo, que não é fixa, imóvel e eterna; formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais é representada ou interpolada.

O conceito de Lugar trabalhado foi de Tuan (1983, p.151) que diz: “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado [...] das experiências diretas e íntimas para aquelas que envolvem cada vez mais apreensão simbólica e conceitual”. Para Tuan (1983) o lugar é o espaço “vivido”, é o lar, a comunidade, o território, as pessoas e emoções delimitadas pela experiência (sentidos). No sentido de completude adotou os conceitos (secundários): comunidade tradicional e atingidos para que fosse possível ter uma noção abrangente nos fenômenos que perpassam na comunidade.

Os termos, comunidade tradicional e povos tradicionais são expressões polêmicas no meio acadêmico em virtude de não chegarem ao consenso sobre o significado. Aqui, essas duas expressões tem o mesmo significado, significam, grupo de pessoas culturalmente

diferentes que usam os recursos naturais historicamente voltados para subsistência e fraca comercialização, com formas próprias de organização social, que ocupam e usam os territórios com baixo impacto ambiental (ARRUDA, 1999), (BRASIL, 2007b), (DIEGUES et, al., 2000) e (DIEGUES, 2002)

O conceito de atingido por barragens precisa ultrapassar aspectos fundiários e assumir uma visão social, cultural e ambiental. Atingido é o sujeito impactado na comunicação, execução e operação do empreendimento no seu modo de vida e falta de acesso aos recursos produtivos, os deslocados compulsórios, os remanescentes, enfim todos os sujeitos que têm sua vida alterada até mesmo as cidades que receberão os deslocados (VAINER, 2003).

As discussões teóricas primaram na apresentação de algumas conceituações acerca destas categorias essenciais para compreensão da dinâmica da comunidade de Apinagés em seu território. A relação do homem com o território é ameaçada pelas influências culturais exógenas, os grandes projetos hidrelétricos que impossibilitam e mutilam os processos culturais endógenos.

A teórica em consonância com a metodologia uniu-se com a finalidade de compreender a concepção da comunidade de Apinagés diante da relação conflituosa que se desenha com a comunicação da UHE Marabá, prevista para ser construída na microrregião de Marabá.

O roteiro de entrevista foi um procedimento significativo para aquisição de informações para composição da pesquisa. Este instrumento foi composto de 35 perguntas (abertas e fechadas), estruturadas com propósito de levar o pesquisado a responder as questões voltadas para atender os objetivos da averiguação.

O roteiro de entrevista foi destinado aos moradores da vila de Apinagés. No tópico 1: Identificação e história dos moradores (território/lugar), constituído por 14 perguntas; objetivou-se, através de perguntas voltadas a respeito da origem do povoado, conhecer a formação do território, lugar, naturalidade e sua relação com rio.

Assim, a pesquisa adquire informações históricas, geográficas e antropológicas acerca da população apinagesense, para ter ciência da relação com território, pois a afetividade é construída historicamente no tempo. Na segunda parte do roteiro de entrevista, se propôs investigar junto à comunidade a produção e rendimento (questões 15 a 23), e através destas questões descobriu a origem da produção e renda familiar.

Através destas questões foi possível constatar a importância da pesca como atividade econômica e cultural praticada pela maioria da população e responsável pela alimentação das famílias apinagesenses.

Na terceira parte do roteiro de entrevista propôs a investigação dos impactos do empreendimento, saída do território e perspectivas dos moradores (questões 24 a 35); para conhecer através dos moradores, qual seria sua opinião acerca dos impactos sociais da usina hidrelétrica na comunidade. Neste trecho do roteiro de entrevista foi possível conhecer a opinião da população apinagesense acerca da possibilidade de sair do território e a incerteza futura, ou seja, para onde irão após a desterritorialização.

A observação pessoal oportunizou ao pesquisador informações diretamente da comunidade em estudo. Foi possível por intermédio dessa técnica a aquisição de informações sobre o território, o lugar e a identidade. A pesquisa de campo impôs necessidade de encaminha-se inúmeras vezes à comunidade e esse relacionamento com espaço possibilitou a construção de intimidade com o território e os sujeitos da pesquisa.

O caminho da pesquisa tem finalidade de esclarecer as etapas adotadas na investigação e demonstrar a seriedade do trabalho acadêmico. A metodologia descreve e explica a orientação filosófica, os procedimentos, técnicas empregadas, narra sucintamente a trajetória de observação *in loco* e a fidelidade às informações.

1.6 Procedimentos e etapas da pesquisa

Nas pesquisas com pessoas ocorrem percalços e riscos porque os seres humanos são imprevisíveis. O seu pensamento sempre é sujeito à mudança, por isso a pesquisa que adota o roteiro de entrevista é sujeita ao inesperado. Para aplicação do roteiro de entrevista, primeiro assumiu uma postura de respeito à situação do entrevistado e, segundo lugar, à aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) (Anexo 1), para amenizar as situações que atentasse contra os sentimentos dos interlocutores.

O roteiro de entrevista foi empregado para aquisição de informações dos sujeitos em Apinagés (856 sujeitos residentes em 231 domicílios). Foi necessário determinar o universo amostral antes de ir a campo e estimou uma amostra de 30 sujeitos que corresponde 13% dos domicílios. As informações adquiridas através do roteiro de entrevista foram descritas, analisadas, interpretadas e utilizadas para construção do texto, tabelas e gráficos na análise quantitativa e qualitativa.

Os trinta domicílios foram selecionados aleatoriamente através de um sorteio. Os 231 domicílios foram numerados de 01 a 231 de acordo com informações da Secretaria de Saúde de São João do Araguaia (SJA, 2016) e escrito em um papel, colocados em um recipiente e misturados. Em seguida de olhos vendados retirou 30 papeis com os seguintes números: 101, 54, 12, 06, 33, 203, 188, 109, 29, 56, 231, 225, 81, 22, 10, 190, 133, 222, 22, 01, 55, 144, 161, 209, 17, 38, 99, 177, 143 e 214. Os números retirados correspondem aos domicílios dos chefes de família submetidos à entrevista.

A amostra é uma parcela da população que se almeja investigar. Segundo Pessôa e Ramires (2013, p. 118) a amostragem selecionada e os procedimentos adotados pelo pesquisador na condução de uma pesquisa são importantes para a validação dos resultados. Para a abordagem qualitativa a amostra é definida no campo (TURATO, 2003). Definiu antes o desenho da amostra em função do roteiro de entrevista para gerar informações para construção do texto, gráficos e tabelas usadas quali-quantitativamente para explicação do fenômeno.

Nesta linha de raciocínio, a definição do universo amostral antes de ir a campo vem de encontro à necessidade de usar os dados quali-quantitativamente, ou seja, com objetivo de descrever e explicar o fenômeno investigado.

A amostra foi definida aleatoriamente de forma a selecionar um subgrupo da população baseado não em informações e sim em um sorteio aleatório. Este sistema de amostragem tem a probabilidade de representar as características culturais e sentimentais da população investigada. Neste caso o universo não foi separado através das peculiaridades pertinentes para averiguação (*a posteriori*) e sim na aleatoriedade (*a priori*).

A pesquisa de abordagem quali-quantitativa objetiva a intensidade dos fenômenos e preocupa-se com o tamanho da amostra. Segundo Pessôa e Ramires (2013) a pesquisa qualitativa e quantitativa trabalha com pequenas quantidades, mas tem a preocupação generalizar os resultados. Definiu-se amostra antes de ir a campo com o objetivo de utilizar as informações quantitativas e qualitativas com o propósito de aprofundar o conhecimento do objeto em análise. A definição do universo amostral *a priori*, foi em virtude de ser uma exigência do CEP e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), órgão ligado ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde.

A pesquisa científica através da aplicação do roteiro de entrevista foi respaldada com submissão ao CEP da Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína (FAHESA), para consentimento da população em estudo e comunidade científica, através da Plataforma Brasil, com universo amostral de 30 chefes de famílias.

As entrevistas foram realizadas no mês abril de 2017 (Apêndice 2), em dias agendados pessoalmente com os moradores de Apinagés e ocorreu normalmente no dia agendado. Solicitou a permissão ao entrevistado para o uso de gravador, 23 deles não se sentiram confortáveis com uso do aparelho, então foi desligado para o entrevistado não sofresse influência por causa do nervosismo.

No ato da entrevista entregou-se para leitura do entrevistado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em Apêndice 3, para ter ciência da importância e relevância das suas respostas e informações a serem utilizadas para a composição de um texto crítico-reflexivo sobre a comunidade de Apinagés afetada pela comunicação da UHEM.

O TCLE foi lido para os moradores com problema de visão, não alfabetizados e os que exigiram esclarecimentos. Após a leitura do termo de consentimento fez-se a entrevista, a duração oscilou entorno de uma hora, dependendo das pessoas e da ocasião. Após a entrevista uma cópia do TCLE foi entregue para o entrevistado e outra via assinada ficou com o pesquisador.

Algumas informações do roteiro de entrevista foram utilizadas pelo pesquisador como fonte para construção das seções 1.2 e 1.3 do primeiro capítulo. Contudo, a maioria das informações adquiridos foi para construção do 3º capítulo, que abordou a situação da comunidade e seus sentimentos com relação à comunicação e possível desterritorialização pela UHE Marabá. As informações advindas do roteiro de entrevista são riquíssimas e proporcionou ao pesquisador bastante material para ser interpretado.

O roteiro de entrevista fornece uma variedade de informações, as quais podem ser utilizadas de diversas formas no contexto da pesquisa. Mediante a tabulação de dados e informações oriundas desse instrumento de pesquisa, é possível elaborar quadros, tabelas, gráficos, mapas, textos transcritos de entrevistas, entre outras possibilidades que enriquecem o trabalho do ponto de vista científico. As ilustrações, como tabelas, gráficos, mapas, entre outros, reforçam, facilitam e instrumentalizam a pesquisa científica (SIEBEN; CLEPS JUNIOR, 2013, p.244).

O roteiro de entrevista assegurou aquisição de conhecimento para conclusão do trabalho de pesquisa. As informações adquiridas foram selecionadas, codificadas e tabuladas, e depois analisadas e interpretadas para em fim, juntamente com a teoria de base responsável pela compreensão do objeto em estudo e conseguinte a produção de conhecimento científico.

As entrevistas proporcionaram a confecção do texto, citações, tabelas e gráficos. Baseadas nas informações dos entrevistados foram selecionadas e transcritas algumas falas, com o objetivo de descrever e explicar o fenômeno corrente na comunidade de Apinagés em função da futura construção da UHEM.

As transcrições de algumas falas, relatos e sentimentos dos moradores de Apinagés possibilitou a construção de uma visão do sentimento dos atingidos pela comunicação da UHE Marabá, em relação ao valor das indenizações, desreterritorialização, renda familiar e perspectiva de futuro. Essas informações foram trabalhadas com objetivo de compreender a percepção dos atingidos, a partir da fenomenologia e a dialética.

Os gráficos demonstraram as perdas econômicas para os futuros atingidos pela UHE Marabá, em relação ao valor das indenizações e valor da renda familiar antes do represamento do rio. Essas informações dos gráficos foram trabalhadas com objetivo de compreender a percepção dos atingidos a partir da fenomenologia.

Os mapas objetivaram espacializar o fenômeno em análise, por mais que os mapas sejam considerados modelos sistêmicos. O seu significado para a pesquisa é a forma como as informações são trabalhadas, ou seja, compreensão de forma profunda de uma situação. Assim, os mapas foram construídos a partir de base de dados cartográficos do IBGE e SEPLAN para descrever e explicar o fenômeno em estudo.

Nesta seção descreveu e explicou o caminho da pesquisa, os instrumentos usados e a forma de análise empregada na averiguação, para amenizar as possíveis dúvidas. O objetivo é demonstrar como foi aplicado o roteiro de entrevista, os meses, e como ocorreu a interação entre pesquisador e entrevistado. E por fim, a interpretação das informações e sua inserção na construção da dissertação.

Na sequência, o capítulo 2, foi realizado uma discussão sobre o papel do Estado e como este agente através de sua política energética instala grandes empreendimentos hidroelétricos para atender a necessidade do capital. Essa ação traz impactos sociais aos atingidos. Neste contexto, insere-se na discussão do caso da UHE Marabá, na região sudeste paraense e seus futuros impactos sociais.

2 O ESTADO E O EMPREENDEDOR: UHE MARABÁ E OS ATINGIDOS

A seção intitulada o Estado e o empreendedor: UHE Marabá e os atingidos, discutiu a princípio a história da política energética no Brasil no final do século XIX e início do século XX na região sudeste. Em seguida, discorreu acerca da geração de energia produzida por empresas estrangeiras e a criação de estruturas pelo Estado em meados de 1930, para assumir o controle da produção hidroelétrica.

A ação estatal consolidou-se através dos estados e intensificou na década de 1960, com a criação da Eletrobrás e assumiu o controle da produção de energia de base hidráulica. Mas na década de 1990, o Estado optou pela criação de consórcios de capitais mistos (públicos e privados) para a expansão da produção de energia elétrica.

Na terceira subseção, abordou a presença do Estado e do capital na região amazônica, com intuito de aproveitar os recursos hídricos (geração de energia) para expansão do capitalismo e a exploração econômica da Amazônia. Na quarta subseção, discutiu a “monocultura das águas” na região amazônica, impossibilitando as comunidades tradicionais, rurais e urbanas de exercerem suas territorialidades.

Na subseção seguinte voltou os olhos para o estado do Pará, com três usinas hidrelétricas construídas em seu território. A UHE Curuá-Una construída no oeste, UHE Tucuruí no sudeste, esta última foi pensada para atender a necessidade do Programa Grande Carajás (PGC) da Companhia Vale; e em 20 de abril de 2016 entrou em operação Usina Hidrelétrica de Belo Monte e então fez-se uma rápida discussão dos impactos sociais dessas UHEs nas comunidades tradicionais.

Expôs-se na última seção, o desejo do Estado em construir oito UHEs no Pará, sete na sub-bacia do rio Tapajós e uma na bacia Tocantins-Araguaia. Em seguida, analisou a construção UHE Marabá que afetará diretamente mais de 40.000 mil pessoas: assentados, povos tradicionais, populações rurais, urbanas e em especial a comunidade de Apinagés que seguem uma vida apreensiva com relação à construção desse empreendimento (ALMEIDA *et al*, 2010).

Neste capítulo, objetivou mostrar um panorama a nível nacional, regional e estadual de políticas energéticas e suas consequências, à materialização de uma situação-problema nas comunidades tradicionais e rurais atingidas pelo barramento das águas pelas hidrelétricas. No caso da comunidade de Apinagés em São João do Araguaia atingida pela notícia da Usina Hidrelétrica de Marabá projetada para ser construída no rio Tocantins no município de Marabá.

2.1 A Política energética no Brasil: observações e considerações

A produção de energia é fundamental para o crescimento econômico do país. No caso brasileiro, a energia elétrica é de origem hidráulica, pelo fato que o país possui um grande potencial hídrico, distribuído no território nacional, em especial na região norte, na bacia hidrográfica Amazônica. O Brasil encontra-se entre os países em que a energia elétrica é volumosamente de origem hidroelétrica (BRASIL, 2007c). “Essas usinas correspondem a 75% da potência instalada [...]” (BRASIL, 2007c, p.73).

A importância da hidreletricidade no Brasil tem base no vasto potencial de energia hidráulica de que o país dispõe e resultou de uma opção estratégica feita ainda nos anos 50 do século passado [...]. Porém, apenas cerca de 30% do potencial hidrelétrico nacional já foi explorado, proporção bem menor do que a observada nos países industrializados. Nesse contexto, muitos defendem que a base da expansão da oferta de energia elétrica no Brasil seja, mesmo em uma perspectiva de longo prazo, a hidreletricidade [...]. O desenvolvimento do potencial hidráulico de um país está relacionado com seu desenvolvimento econômico. [...] De uma forma geral, países economicamente desenvolvidos apresentam uma taxa de aproveitamento de seu potencial hidráulico bastante superior à dos países em desenvolvimento. [...] reconhece, conforme já salientado, a oportunidade que o desenvolvimento das facilidades hidrelétricas oferece para países pobres (BRASIL, 2007c, p. 73).

O argumento do Estado é que o aproveitamento hidrelétrico dos rios brasileiros proporciona o desenvolvimento econômico. Este assunto é relevante para a indústria, o Estado, população urbana e rural beneficiada pela energia elétrica, e para as comunidades a serem atingidas pelas hidrelétricas. Mas na realidade as hidrelétricas são a materialização das políticas energéticas nos territórios que provoca o deslocamento compulsório e a desreterritorialização.

Os territórios são objeto de disputas de poder, pois as territorialidades impostas pelas comunidades tradicionais vivem em parceria com meio ambiente e difere da territorialidade imposta pelo Estado. O Estado impõe uma territorialidade que desterritorializa os povos tradicionais. Para Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Souza (2006) o território é formado a partir do espaço, fruto da ação do homem que se apropria do espaço material e então o territorializa através do poder (político, econômico e cultural). “O território, nessa perspectiva um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Torna-se pertinente tecer alguns comentários acerca da história das hidrelétricas no Brasil que desreterritorializou aproximadamente um milhão de pessoas (MAB, 2009). As políticas energéticas foram gestadas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, com objetivo de fomentar a geração de energia elétrica para indústria

em ascensão na região Sudeste. O setor de petróleo, no início, teve a intervenção direta do Estado, mas a hidroeletricidade foi desenvolvida pelo capital privado (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2003).

A princípio, as políticas energéticas direcionavam-se para geração de energia elétrica para o crescimento do parque industrial concentrado no Sudeste. As políticas não priorizavam as territorialidades das comunidades tradicionais e rurais a serem desreterritorializadas pelas hidrelétricas. A história da hidroeletricidade no Brasil iniciou com a construção da primeira hidrelétrica no estado de Minas Gerais.

A primeira usina hidrelétrica nacional entrou em operação em 1883, na bacia do Jequitinhonha, no município de Diamantina, na então província de Minas Gerais, e era chamada de Ribeirão do Inferno, inaugurando, assim, a hidroeletricidade brasileira [...]. A energia gerada em Ribeirão do Inferno destinava-se a acionar bombas d'água do garimpo, mas, pouco depois, a usina estava também fornecendo energia para iluminação. Há relatos da construção de muitas outras usinas de pequena potência, a partir de então, destinadas a usos privados em moinhos, serrarias e tecelagens, instaladas, principalmente, nos estados de Minas Gerais e São Paulo (FERREIRA, 2006, p. 21).

As empresas estrangeiras eram responsáveis pelo fornecimento de energia hidroelétrica e com o tempo aumentaram o número de hidrelétricas instaladas. No ano de 1889 foi inaugurada a Usina Hidrelétrica de Marmelos, no rio Paraibuna em Minas Gerais (BRASIL, 2007c). Essas hidrelétricas foram responsáveis pelas primeiras interferências nos territórios, territorialidades de comunidades rurais, autóctones e urbanas ocasionando grandes deslocamentos compulsórios. O Estado, em virtude da ausência de tecnologia e equipamentos abriu concessão às empresas estrangeiras para serem responsáveis pela produção, transmissão e fornecimento de energia elétrica nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Autorizado a operar no Brasil a partir de 1899, o grupo canadense The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited, firmou contrato com a prefeitura do município de São Paulo para a produção, utilização e venda de eletricidade. Já no ano de 1901, a empresa inaugurou a Usina Hydroelétrica de Parnaíba, no rio Tietê [...]. Esse sistema aproveitava parte da água do Rio Tietê e do Rio Pinheiros por meio de bombeamento para a represa Billings, através do sistema de barragens e bombeamentos de Pirapora, Edgard de Souza, Rasgão, Traição e Pedreira. Em 1905, a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company Limited, vinculada ao mesmo grupo canadense, assumiu serviços similares na então capital federal, colocando em operação, já em 1907, o primeiro grupo gerador de 850 kW para atendimento emergencial (FERREIRA, 2006, p.22).

Para Ferreira (2006), a companhia Light do Rio de Janeiro inaugurou a usina hidrelétrica de Fontes em 1908. “Enquanto isso entrava em funcionamento a Usina da Ilha dos Pombos, no rio Parnaíba, com capacidade nominal de 167.000 Kilowatts (KW), para atender à cidade do Rio de Janeiro” (FERREIRA, 2006, p. 23). Instalou-se, no país, a American Foreign Power Company em 1924, cuja atuação ocorreu no interior paulista, juntando

pequenas empresas e criando a Companhia Força e Luz, mais tarde, renomeada Companhia Paulista de Força e Luz. “Em 1926, a Light de São Paulo colocou em operação comercial a Usina Hidrelétrica Henry Borden em Cubatão [...]” (FERREIRA, 2006, p. 23).

Até meados da década 1930 o mercado de energia foi comandado pelas empresas: grupo Americano-canadense Light, que dominava a oferta de energia no sudeste e a American Foreign Power Company (AMFORP), responsável por cidades menores nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte e Espírito Santo (ARAUJO; OLIVEIRA, 2003). A literatura sobre as hidrelétricas no Brasil atesta que, esses empreendimentos foram responsáveis por grandes mudanças no modo de vida de comunidades ribeirinhas e pesqueiras.

Acredita-se a princípio, o processo de desreterritorialização foi intenso e bárbaro, pela inexistência de leis socioambientais e a noção de atingidos, para regularização das ações compensatórias. As empresas responsáveis pela geração e abastecimento de energia eram estrangeiras, não se preocupavam com o meio ambiente, cultura e o social das comunidades rurais e tradicionais ameaçadas pelas hidrelétricas, e sim com a acumulação de capital.

Conforme Araujo e Oliveira (2003) no governo de Vargas o Estado interviu na produção e fornecimento de energia elétrica no sudeste ao lado de empresas estrangeiras. Ao longo de décadas, a participação do Estado aumentou, ao passo que, no final do século XX era responsável pelo maior percentual de produção de energia hidrelétrica. O elevado potencial hidroelétrico próximo à região sudeste levou o governo de Vargas a criação do Código de Águas em 1934 e a fundação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica em 1939 (CNAEE), com objetivo de orientar a exploração dos recursos hidráulicos (FERREIRA, 2006).

O Estado e o capital privado formaram consórcios para a produção de energia e não se preocupavam com cultura e a identidade dos povos desterritorializados pelas hidrelétricas. As populações eram vistas como expropriadas e não como atingidas por barragens (VAINER, 2003). E hoje em nível de discurso o Estado manifesta preocupação, mas a contratação de empresas para construção de UHEs é baseada em tomadas de preço, e a vencedora da licitação é a que apresenta o menor custo – benefício.

No período do pós-guerra, o Estado aumentou a participação no setor de geração de energia elétrica, e houve uma evolução da indústria hidroelétrica brasileira. As estatais públicas tornaram-se grandes empresas ao longo dos anos ao lado do setor privado instalado.

A presença do Estado no setor era representada por alguns estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, a maioria possuía órgãos reguladores a semelhança da

Divisão de Águas e Energia Elétrica (DAEE), e foi através destes estados que apresentou as primeiras intervenções na produção e transmissão de energia elétrica (ARAUJO; OLIVEIRA, 2003).

Conforme Araujo e Oliveira (2003), Ferreira (2006), nesse período de expansão da produção e transmissão de energia elétrica, o estado de Minas Gerais criou em 1952, a Companhia Energética de Minas Gerais S/A (CEMIG), com capital misto (público e privado), a maioria das ações pertencia ao Estado Mineiro.

Na década de 1950, no estado de São Paulo foram criadas empresas para exploração do potencial hidroelétrica dos rios: Paranapanema, Pardo e Paraná. Respectivamente as seguintes empresas para explorem esses rios: Usinas Elétricas de Paranapanema S/A (USELPA), a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo (CHERP) e as Centrais Elétricas de Urubupungá SA (CELUSA), para geração de energia elétrica e o maior percentual de energia fornecida era pelas empresas estrangeiras: Grupo AMFORP e São Paulo Light (FERREIRA, 2006).

Para Araujo e Oliveira (2003), o projeto estatal de eletrificação era formado por empresas de atuação regional até meados de 1954. No segundo governo de Vargas foi proposto a criação do plano nacional de eletrificação e o projeto de criação das Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRAS). O plano: “[...] previa duplicação da capacidade instalada, interligações regionais e a unificação das correntes elétricas em 10 anos” (ARAUJO e OLIVEIRA, 2003, p. 640). O financiamento viria do fundo federal de eletrificação e oriundo do Imposto Único Sobre Energia Elétrica (IUEE).

A Eletrobrás¹⁴ seria responsável pelas empresas regionais: subsidiárias e associadas. Em 1954 a Eletrobrás foi submetida ao Congresso Nacional, mas engavetada e criada na década de 1960, no governo Juscelino Kubitschek (JK). A Eletrobrás atuou com sessão responsável pelo setor elétrico, controlava diretamente as empresas federais e era sócio minoritário das subsidiárias estaduais (FERREIRA, 2006).

A Eletrobrás alterou a estrutura do setor elétrico, expandindo a sua participação e estagnando o setor privado. Segundo Araujo e Oliveira (2003, p. 641) esta: “[...] assumiu o controle acionário de empresas geradoras federais CHESF e FURNAS [...]”. A Companhia Hidrelétrica São Francisco SA (CHESF) e Furnas Centrais Elétricas SA (FURNAS), ambas

¹⁴ “[...] a primeira grande iniciativa governamental para a organização e modernização do Setor Elétrico no Brasil tenha sido a constituição das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.– ELETROBRÁS, através da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961. Concentrando nesta empresa e em suas subsidiárias a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica em todo o país [...]” (BRASIL, 2005, p.09).

foram aprovadas a sua construção, respectivamente em 1940-50 e suas construções iniciaram na década de 1950 (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2003).

A Eletrobrás expandiu-se ao longo de anos e conduziu ao atendimento intensivo de 90% dos domicílios urbanos e rurais em 1993. A concentração financeira e a centralização das decisões nas mãos da Eletrobrás possibilitou a criação de grandes mercados interconectados do Sul-Nordeste e do Norte-Nordeste (FERREIRA, 2006).

A Eletrobrás possuía grandes UHEs e companhias regionais de energia: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte)¹⁵, Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A (Eletrosul)¹⁶, CHESF e Furnas. Essas possuem a metade da geração de energia comercial e correspondia a 52 Gigawatt (GW) de capacidade nominal instalada (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2003).

Na década de 1970, a Eletrobrás monopolizava o setor de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, com objetivo de atender a industrial em crescimento. Em 1973 assinou o Tratado de Itaipu com o Paraguai, que previa a construção da Hidrelétrica de Itaipu (UHE Itaipu) no rio Paraná. As obras de UHE Itaipu iniciaram em 1976 e a formação do reservatório em 1982. Entrava em operação a maior hidrelétrica do mundo, desreterritorializando inúmeras comunidades tradicionais, rurais e urbanas, em território brasileiro e paraguaio, ocasionando profundas mudanças na territorialidade desses grupos.

A territorialidade possui um valor particular, porque releva multidimensionalidade do espaço vivido pelas comunidades que formam a sociedade. Os seres humanos vivem a territorialidade, ou seja, o ato de construir os territórios por meio de um sistema relações existenciais e produtivas (RAFFESTIN, 1993). Assim os processos de desterritorialização são ações que incidem diretamente na territorialidade das comunidades tradicionais ameaçadas pelas usinas hidrelétricas.

Em 1980, a Eletrobrás passou por um período de estagnação, provocando na década seguinte à privatização de algumas subsidiárias. A criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)¹⁷, para regularização da geração de energia elétrica e fiscalização da iniciativa privada nos consórcios construtores de empreendimentos hidroenergéticos.

¹⁵ Eletronorte criada em 1972 para gerenciar e operacionalizar produção, transmissão e comercialização de energia da região Norte (FERREIRA, 2006).

¹⁶ A Eletrosul criada em 1968 para gerenciar e operacionalizar os sistemas interligados das regiões Sul e Sudeste, subordinada à Eletrobrás (FERREIRA, 2006).

¹⁷ A ANEEL foi criada pela lei 9.427 de 26 de Dezembro de 1996 e subordinada ao MME e atuaria com órgão regulador e fiscalizador da qualidade dos serviços prestados à população. “As atribuições: regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, defendendo o interesse do consumidor, mediando os conflitos de interesse entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores e, ainda, conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia [...]” (FERREIRA, 2006, p.26).

O Estado, na década de 1990 iniciou a privatização do setor elétrico, em virtude das dívidas contraídas pela Eletrobrás/subsidiárias e a pressão do capital privado. A falta de recurso financeiro levou a estagnação da produção de energia para atender a necessidade urbano-industrial. Então, se inicia a privatização de empresas ligadas à Eletrobrás, a concessão para empresas privadas nacionais e estrangeiras para geração de energia elétrica. Para isso ANEEL alterou os procedimentos e autorizações para exploração da água pelas centrais elétricas.

A resolução ANEEL nº 395, de 04 de dezembro de 1998, estabelece os procedimentos gerais para Registro e Aprovação de Estudos de Viabilidade e Projeto Básico de empreendimentos de geração hidrelétrica, assim como para a autorização para exploração de centrais hidrelétricas até 30 MW. Na avaliação dos estudos de viabilidade e de projeto básico, será considerada a articulação com os órgãos ambientais e de gestão de recursos hídricos, nos níveis Federal e Estadual, bem como outras instituições com interesse direto no empreendimento, quando for o caso, visando à definição do aproveitamento ótimo e preservando o uso múltiplo (BRASIL, 2005, p.14).

A flexibilização dos procedimentos e autorizações da ANEEL para setor privada não impediu o colapso na produção de energia, ao ponto do Estado sugerir medidas extremas para amenizar a situação. A crise levou a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica (GCE) no de 2001, e de sua sucessora, a Câmara de Gestão do Setor Elétrico (CGSE).

O Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, subordinado a essas Câmaras, executou importantes trabalhos, como os resultantes do grupo de trabalho “Revisão dos Certificados de Energia Assegurada”, que foi criado tendo como principal atribuição definir metodologia de cálculo e regras para as revisões das energias asseguradas, especialmente no que tange ao tratamento a ser dado a eventos externos ao setor, por exemplo, novas restrições quanto ao uso da água, que resultou na nota técnica "Metodologia de cálculo da energia firme de sistemas hidrelétricos levando em consideração usos múltiplos da água" (BRASIL, p.14, 2005).

O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em 2003 aprovou normas básicas para a: “[...] implementação do Novo Modelo do Setor Elétrico, reconhecendo que o modelo até então vigente não havia obtido resultados favoráveis no tocante à modicidade tarifária, à continuidade e à qualidade da prestação dos serviços [...]” (BRASIL, 2005, p.14). No ano de 2002, o CNPE determinou que MME criasse um órgão responsável de apoio as atividades de planejamento. O órgão foi nomeado de Centro de Estudos e Planejamento Energético (CEPEN), em 2003, em seu lugar, cria a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A EPE é responsável pela prestação de serviços nas áreas de: “[...] estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica [...]” (BRASIL, 2005, p.14). As atribuições do EPE são voltadas para o aproveitamento

hidrelétrico dos rios brasileiros pelo Estado e empresas privadas, deste que cumpram as normas das autarquias ligadas ao MME e MMA.

A EPE foi criada para atender a necessidade do Estado, em desenvolver estudos e planejamentos para a expansão do setor energético. Em virtude de importância para o crescimento econômico do país. Em função da falta de energia elétrica, no início do século XXI, o EPE voltou os olhos para a região Norte, principalmente, para as duas maiores bacias hidrográficas: A Amazônica e a Tocantins-Araguaia¹⁸.

O subsistema Norte apresenta uma capacidade instalada em agosto de 2004 de 5.770 MW, exclusivamente de usinas hidrelétricas, sendo 99% desse montante correspondente à usina hidrelétrica de Tucuruí, que se encontra em ampliação. Esse sistema possui um potencial hidrelétrico já inventariado de cerca de 51 GW, considerando apenas as bacias do Tocantins/Araguaia, Xingu e Tapajós. É de se esperar, portanto, um maior aproveitamento do potencial hidrelétrico dessas bacias hidrográficas nos próximos 10 anos, para o atendimento ao Sistema Interligado Brasileiro. O subsistema Norte também se encontra interligado ao subsistema Sudeste/Centro-Oeste por meio da Interligação Norte-Sul. Esta interligação aumentou a confiabilidade da operação do Sistema Interligado e prevê-se sua ampliação após a entrada em operação da segunda etapa da UHE Tucuruí, o que aumentará ainda mais os benefícios advindos das interconexões regionais entre os diversos sistemas elétricos (BRASIL, 2005, p.22).

O aproveitamento hidrelétrico na região norte é modesto, mas possuem as duas maiores hidrelétricas nacionais: UHET (8.000 Mw) e UHE Belo Monte (11.233 Mw) que desterritorializaram comunidades tradicionais na Amazônia. O Estado, através dos consórcios (capital público e privado) tem inúmeras UHEs projetadas, e em concessão a serem construídas na bacia Tocantins-Araguaia. Questiona-se o cenário energético, em detrimento as territorialidades construídas no tempo e espaço pelas comunidades tradicionais, rurais, vilas e cidades amazônicas a serem desterritorializadas com a materialização desses empreendimentos hidrelétricos.

A comunidade de Apinagés é interpelada por incertezas, em virtude do “fantasma” da desterritorialização, pois não sabem ao certo o início das obras, e sentem a sua territorialidade ameaçada pela certeza da construção da UHEM, pelo fato da visita de técnicos terceirizados no ano de 2010, que avaliaram o valor das propriedades urbanas e rurais, e o levantamento de topográfico, geológico e as sondagens, cravou no pensamento a sensação de atingido. A certeza, é que, a construção da hidrelétrica é inevitável no contexto da política

¹⁸ Os maiores potenciais hidrelétricos do país, respectivamente são: região Amazônica (41%), mas corresponde 1% do potencial instalado do Brasil; região do Paraná com 60% do potencial do país; em seguida a região do São Francisco respondendo por 15 % do total e por fim a região do Tocantins-Araguaia que é responsável por 10% da potência implantada (BRASIL, 2005).

energética nacional, para atender a demanda crescente do país, da oligarquia local e regional. O que assombra é dúvida do início das obras da UHE Marabá.

O Diário do Pará online (2015) confirma a informação, a energia produzida na UHE Marabá será anexada a SIN, e uma parte destinada a Aços Laminados do Pará (ALPA), substituída pela empresa Aços do Pará, prevista para ser implantada em 2019 no Distrito Industrial de Marabá (DIM) e projetos do Parque de Ciência e Tecnologia de Marabá (PCT-Marabá). Expecula-se que essas informações são vinculadas nos meios de comunicação para justificar a construção desse empreendimento na região.

Esse panorama acerca das políticas energéticas adotadas pelo Estado, em favor do crescimento econômico, evidencia o descaso histórico que os territórios das comunidades atingidas por barragem são submetidos, desreterritorialização e enfraquecimento da identidade, em nome de suposto progresso, que beneficia o capital privado nacional e internacional.

É importante concatenar uma indagação, acerca da construção da UHE Marabá e os impactos oriundos do barramento das águas do rio Tocantins. O consórcio Camargo & Corrêa oferecerá uma compensação financeira justa para as comunidades tradicionais e rurais do sudeste paraense? Tendo por depoente a história das hidrelétricas que atesta o contrário!

2.2 O Estado e o capital privado no setor de energia elétrica no Brasil

O Estado e o capital privado no setor de energia no Brasil andam de mãos dadas, com o objetivo de produzir energia elétrica para produção, transmissão e comercialização. O Estado é órgão responsável pela gestão do território nacional. O Estado, através do MME e Ministério de Meio Ambiente (MMA) e autarquias ligadas a esses ministérios são responsáveis pela gestão dos recursos hídricos brasileiros.

O Estado e o capital privado, juntos produzem energia elétrica para o consumo domiciliar e industrial. O Estado argumenta, a produção de energia é importante para economia e a expansão da capacidade de produção de energia hidroelétrica é vital para o país, em virtude de menor custo-benefício para sua geração¹⁹.

Conforme Sieben (2012), o Estado é vital na atuação do capital privado nacional e internacional, criando condições adequadas para sua ação. O Estado fornece infraestrutura e

¹⁹ O Estado cria a ideologia que a produção de energia hidrelétrica possui o menor custo-benefício em detrimento de outras formas de geração de energia. O argumento é falso porquanto os consórcios construtores não pagam indenizações justas, e em certos casos não indeniza os atingidos, exemplo são alguns atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí que nunca foram compensados devido as perdas materiais e imateriais.

incentivos fiscais, para as empresas privadas se instalem no território, tecendo um novo ordenamento espacial a partir da lógica capitalista.

A nova lógica no local altera as territorialidades existentes, a implantação de usinas hidrelétricas e as interferências ocorrem antes da implantação, através dos levantamentos socioambientais; e durante, em detrimento das migrações, do aumento da criminalidade, doenças contagiosas e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). A formação do reservatório na região cria um vazio demográfico, em função da desterritorialização de inúmeras populações rurais, urbanas e tradicionais.

O Estado legitima o processo com argumento que, a usina hidrelétrica foi corretamente construída, e por isso, aos atingidos há três alternativas: a primeira - o recebimento de uma indenização pelas perdas materiais e imateriais; e a segunda - o recebimento de uma nova propriedade rural ou residência urbana e a terceira - o reassentamento. Nos três casos, os atingidos são obrigados a deixarem seus territórios e invisibilizando sua identidade.

A pergunta que se faz, com relação à comunidade de Apinagés, ante a construção da UHEM é: qual a atitude do Estado diante da futura desterritorialização de comunidades a serem atingidas? A legitimação através das leis de empreendimentos destruidores de culturas e identidades, ou irá se posicionar a favor dos atingidos diante desse crime, procurando alternativas energéticas menos impactantes, formulando medidas mitigadoras justas e ampliando as medidas compensatórias.

Para Sieben (2012), o Estado é o meio que o capital internacional encontrou para acessar o espaço nacional. O governo no período da ditadura militar, no ano de 1964, iniciou a reorganização econômica e espacial. As novas medidas facilitaram a entrada do capital internacional, condicionada aos anseios nacionais.

O Estado, prima pelo econômico, e em seguida, social e cultural. Se não fosse assim, o Estado, através do MME e MMA e suas autarquias incentivaria, investiria e autorizaria os empreendimentos energéticos que investissem grande quantidade de recursos financeiros em medidas compensatórias, que minimizassem os impactos ambientais, sociais e culturais.

Sieben (2012) enfatiza o país por não possuir tecnologia no período do governo militar, facilitou a implantação do modo de produção capitalista alicerçada na tecnologia, para o crescimento econômico do Brasil. “[...] Esta opção incorporou o espaço nacional na fronteira econômica. Esta inovação tecnológica [...] resultou [...] no deslocamento compulsório de classes desfavorecidas do sistema” (SIEBEN, 2012, p. 60).

O Estado capitaliza os recursos hídricos com a construção de usinas hidrelétricas na produção de energia para o crescimento econômico. Todavia, o capital privado nacional e internacional foi privilegiado no processo e o povo brasileiro perdeu com isso duas vezes: primeiro - os seus territórios para lagos das UHEs e segundo- comprando a 5ª energia mais cara do mundo, que foi produzida com empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Estado é complexo, pois em seu seio conflitam forças políticas conservadoras e liberais. O Estado assume posturas a desagradar uma dessas correntes, ambas estão voltadas para o crescimento econômico do país e inseridos nesse jogo econômico estão às comunidades tradicionais que sofrem com a implantação de grandes empreendimentos hidrelétricos. São desreterritorializados em não lugares que não fazem sentido a esses atingidos (SAQUET, 2007).

O Estado, de forma geral legisla para o povo. Contudo, o Estado a serviço do capital, representado pela classe burguesa, pelas oligarquias latifundiárias e empreendedores estrangeiros são os detentores do poder. O poder estatal torna-se agente incentivador da produção e da produtividade e com suas políticas modernas e progressistas alcança isto (SIEBEN, 2012, p.61).

Os liberais e conservadores formam a força conflitante que compõem o Estado e regem suas ações. É importante salientar presença de governos populistas, outros formados pela burguesia conservadora, alguns por aqueles que acreditavam na introdução de capital internacional na economia nacional e governos militares e ditatoriais (1964 a 1985), voltados para atender os anseios da burguesia e aristocracia do país. “A função do Estado reside no fato de manter e atender aos diferentes interesses intraclasses, acudindo preferencialmente os setores que estão no poder [...]” (SIEBEN, 2012, p. 61).

Na década de 1970, no período dos governos militares brasileiros houve uma crise mundial de petróleo e ocasionou o aumento assustador do barril de petróleo. O Estado ansiava pelo desenvolvimento urbano-industrial e necessitava de energia para esses projetos. E incentivou pesquisas na área petrolífera na estatal Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), intensificou a construção de UHEs nas bacias hidrográficas brasileiras e assim nasceu o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O Estado e o capital privado se relacionam com propósito respectivamente de desenvolvimento econômico e exploração dos recursos naturais. Essa união, Estado e capital privado foi gestado no final do governo Vargas na década de 1940. Segundo Oliveira (1988, p.16) foi o: “[...] ideário que acabou por garantir a hegemonia norte-americana o controle dos recursos minerais no Brasil e em praticamente toda a América Latina”.

No governo JK, a união das forças do Estado e capital privado foram tomando corpo, culminando no golpe militar de 1964. Os representantes desse novo Estado chancelaram um acordo com o capital nacional e internacional para fomentar a integração nacional no país. “Não havia mais duvida de que as forças ocultas eram o produto do entendimento entre empresários nacionais e estrangeiros e os militares [...]” (OLIVEIRA, 1988, p.23).

Conforme Mello (2006) e Oliveira (1988) o movimento de ascensão dos militares ao poder não foi exclusivo ao Brasil, mas a muitos países da América Latina, em virtude do crescimento do comunismo. Os Norte-Americanos, através da política imperialista e aristocracia nacional patrocinaram ascensão dos militares ao poder, ao passo que estes fossem beneficiados com a possibilidade de explorarem os recursos naturais. O Estado militar foi criando medidas, projetos, leis e infraestrutura, para entregar as riquezas ao capital estrangeiro e nacional, baseada no slogan “integrar para não entregar” (OLIVEIRA, 1988, p.29).

Segundo Oliveira (1988), o governo militar, baseado no argumento “integrar para não entregar” ao comunismo, abria as portas para exploração das riquezas brasileira aos estadunidenses e aos empresários nacionais. O Estado tornou-se legitimador da exploração dos recursos naturais, ao passo que retirou da população brasileira o direito de relacionar-se com o rio e o meio ambiente; ocasionando a fragilização da cultura e identidade das comunidades tradicionais.

[...] todas as estratégias do desenvolvimento capitalista estavam atravessadas de expedientes da ideologia da segurança nacional. [...] Nessa estratégia, coube lugar de destaque para a geopolítica da integração nacional, onde o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras -Centro-Sul, Noroeste e Amazônia- era visto sob o ângulo de estratégias diversas [...] e da ocupação, via “Operação Amazônia”, da região Norte do país [...] (OLIVEIRA, 1988, p.29).

A integração nacional era slogan do Estado, ocultava os interesses reais, a criação de condições para o capital privado nacional e estrangeiro fosse capaz de explorar as riquezas nacionais alicerçada na ideia vinculada na grande mídia. As grandes obras de infraestruturas estavam sendo construída para desenvolvimento do país e a possibilidade de aumentar as ofertas de emprego.

Conforme Porto-Gonçalves (2005) e Mello (2006), o Estado foi responsável pela criação de condições infraestruturais que romperia os obstáculos à exploração das riquezas nacionais e a circulação de mercadorias. O governo investiu na construção de rodovias, comunicação e geração de energia, para subsidiar a expansão do capital e seu desejo em

explorar as riquezas naturais. Essas medidas possibilitaram um crescimento econômico do Brasil, mas sem igualdade social.

A exportação dessas matérias-primas cumpria um papel extremamente importante no novo padrão de Acumulação de capital do chamado milagre brasileiro, pois servia para o pagamento da dívida externa que se acumulava exatamente com o endividamento decorrente das obras de infra-estrutura (estradas, hidrelétricas e comunicações), tanto na região norte (Rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Cuiabá- Porto Velho-Rio Branco; Hidrelétricas de Tucuruí e Balbina; Ferrovia ligando as jazidas da Serra de Carajás ao Porto de Itaqui no Maranhão, a construção do próprio complexo portuário de Itaqui) [...] (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.58).

O crescimento econômico era vinculado à dívida externa, em virtude dos empréstimos contraídos do Banco Mundial. O país possuía um Produto Interno Bruto (PIB) elevado, mas um percentual da riqueza produzida pela construção de grandes hidrelétricas era direcionado ao pagamento da dívida adquirida dos agiotas internacionais. E parcela dessa riqueza não conseguia alcançar as camadas carentes da população; em alguns casos, restavam aos atingidos, um triste destino, a desterritorialização e fragilização da identidade pelo Estado.

O Estado, em virtude de sua formação, no seu seio, há forças que representam os empresários brasileiros, e seu objetivo é favorecer os interesses da classe a qual pertence. Nesta lógica, criou a idéia que, as regiões sudeste, sul e nordeste estão com seu potencial hidroelétrico esgotado e por isso é necessário explorar a região norte.

Por trás desse discurso se encontram, sem duvida, as grandes empresas de construção civil que, desde o governo JK, se encastelaram no âmago do aparelho do Estado brasileiro fazendo coincidir os seus interesses particulares na construção de grandes obras com os interesses nacionais. Elas tinham se apoderado de um complexo tecnológico, com um enorme capital mobilizado, o qual exige, sempre, que novas grandes obras sejam construídas lá na frente. Relacione-se essa lógica, própria das grandes empresas da construção civil, com a ideologia dos gestores territoriais civis e militares, com o discurso do Brasil Grande, e teremos o caldo de cultura autoritário que o Banco Mundial e outras instituições financeiras privadas sancionaram. (PORTO- GONÇALVES, 2005, p.160).

Assim é sensato firmar, o Estado é responsável pela exploração intensa dos recursos naturais²⁰, porque criou e cria as condições para a destruição das riquezas minerais e naturais do país. O Estado objetiva, em primeiro lugar, o crescimento econômico. Essa atitude deixa as comunidades atingidas pelos empreendimentos em situações desconfortáveis física e sentimentalmente.

²⁰ “Os recursos naturais podem ser renováveis e são renováveis. Exemplos de recursos renováveis são: flora, fauna e todos os ecossistemas cultivados. Já os recursos naturais não renováveis, são os que não podem ser produzidos, embora possam a longo prazo serem substituídos por outros, como por exemplo o petróleo substituindo o carvão”(DULLEY, 2004, p. 22).

2.3 Estado e Capitalismo na Amazônia: a produção hidrelétrica

A política energética brasileira objetiva expandir a produção de energia, e por isso, os olhares do Estado e o do capital privado voltam-se para Amazônia. O MME, Eletrobrás e sua subsidiária a Eletronorte objetivam construir inúmeras usinas hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) na região norte, para atender a necessidade de energia elétrica das indústrias do país.

Além da geração de energia, o Estado, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e PGC na região amazônica, em especial, no estado do Pará, investirá em infraestruturas: hidrovias Tocantins-araguaia, UHE Marabá, Parque Industrial de Marabá. Essas medidas demonstram o desígnio do Estado em explorar as riquezas da região, com o discurso desenvolvimentista. Neste caso, voltar-se-á o olhar para geração de energia na Amazônia, com medida estratégica para o desenvolvimento regional e nacional²¹ (PORTO-GONÇALVES, 2005).

A questão regional do uso da água e da produção de energia hidrelétrica é, sobretudo, uma questão amazônica porque os grandes projetos hidrelétricos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão localizados na Amazônia brasileira, e os projetos da Eletrobrás foram previstos para a Amazônia sul-americana [...] (BECKER, 2012, p.785-786).

Segundo Becker (2012) a intenção do Estado é direcionar a geração de energia para Amazônia, porque nesta região estão concentradas as maiores bacias hidrográficas brasileiras. Este fato esclarece, a Amazônia é uma reserva a ser explorada pelo Estado e o capital privado (nacional e estrangeiro), mas nessa região encontra-se o bioma amazônico e multiplicidades de territorialidades tradicionais.

O potencial hidrelétrico já inventariado de cerca de 51 GW, considerando apenas as bacias do Tocantins/Araguaia, Xingu e Tapajós. É de se esperar, portanto, um maior aproveitamento do potencial hidrelétrico dessas bacias hidrográficas nos próximos 10 anos, para o atendimento ao Sistema Interligado Brasileiro [...] grande parte do potencial hidrelétrico encontra-se na região Amazônica (41%), entretanto com apenas 1% do potencial já instalado do país. (BRASIL, 2005, p.22).

A EPE por intermédio dos relatórios do Plano Nacional de Energia 2030 (PNE) e Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (PDEE) planeja a construção de 21 usinas

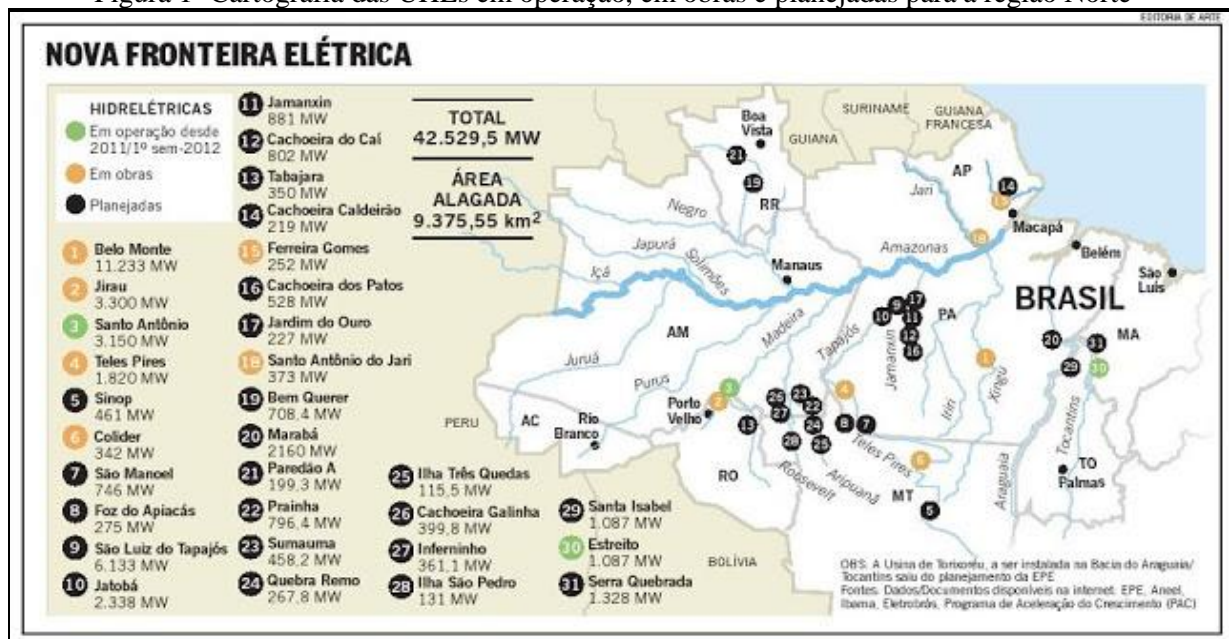
²¹ “O argumento para a construção de tantas hidrelétricas, particularmente no Brasil, é de que há um consumo crescente de energia que deve ser propiciado pela hidroeletricidade, partindo de aspectos como: o Brasil só explora 25% do seu potencial, enquanto os Estados Unidos cerca de 80% [...] as hidrelétricas são fontes renováveis e o custo da obra é financeiramente mais viável [...]” (BERGER, 2015, p.08).

hidrelétricas na região norte do país para atender a demanda nacional e desenvolvimentista da Amazônia até 2030.

A região amazônica possui cinco UHEs em construção, três em operação e 21 previstas a serem construídas. A figura 1 mostra que, futuramente, a região amazônica será um território ocupado por usinas hidrelétricas nas principais bacias e sub-bacias. Mas como ficam as comunidades tradicionais e rurais que dependem da floresta e dos rios para continuarem seus modos de vida? Provavelmente acontecerá às comunidades tradicionais amazônicas, o que ocorreu com outros povos autóctones que foram deslocados compulsoriamente dos seus territórios.

Conforme Haesbaert (2004) a desterritorialização levará a reterritorialização de um novo espaço sem referencial funcional e afetivo e Tuan (1983, 2012) acrescenta esse fenômeno no emocional dos sujeitos constrói a noção de “não-lugares” sem pertencimento ao espaço vivido. Essa realidade se materializou na região sudeste e sul do país pela construção de usinas hidrelétricas para atender a necessidade das indústrias em ascensão.

Figura 1- Cartografia das UHEs em operação, em obras e planejadas para a região Norte



Fonte: BRASIL, 2007c

A figura 1 ilustra a quantidade de projetos hidrelétricos: em operação, em obras e planejados para os rios amazônicos e induz a conjecturar, sobre as consequências desses empreendimentos modificará o modo de vida das comunidades tradicionais amazônicas. As políticas energéticas do Estado não se preocupam com os povos atingidos pelas barragens, se fossem diferentes, os atingidos por esses empreendimentos estariam em situação oposta após reterritorialização.

Conforme Porto-Gonçalves (2005) e Becker (2012), o Estado oculta as suas intenções no âmago do projeto de desenvolvimento da Amazônia. A exploração capitalista dos recursos naturais e o uso dos rios para geração de energia. O objetivo é relevado no transporte de energia hidroelétrica para outras regiões para atender o desejo do capital. Enquanto isso as populações amazônicas não possuem água potável. Segundo Becker (2012, p.789): “Os recursos da Amazônia serão mais uma vez utilizados para abastecer o Centro-Sul e as empresas de alumínio [...]”.

As territorialidades tradicionais e rurais são ameaçadas pela política energética e são voltadas para a exploração dos recursos hídricos da Amazônia. Os consórcios usam de engano, prometendo grandes indenizações e no final essas populações são desreterritorializadas precariamente (Haesbaert, 2006). O interesse é que 70% dos recursos hídricos a serem explorados de acordo com EPE e os relatórios do PNE-2030 e PDEE-2023 encontra-se na região norte (BRASIL, 2007c).

O interesse é capitalizar os recursos ambientais, em especial, o hídrico e o mineral da Amazônia legal²² (PORTO-GONÇALVES, 2005). Nesse processo de produção de energia hidrelétrica quem perde são povos tradicionais a serem desterritorializados e o meio ambiente porque grandes áreas de florestas serão alagadas e a drástica diminuição da ictiofauna em função do represamento dos rios.

As usinas do rio Tapajós, em número de quatro, afetarão pequenas unidades de conservação, compensando-se sua redução com a ampliação de parques. Para as terras indígenas afetadas, que são terras da União, propõe-se compensação financeira pela produção de energia. As compensações financeiras são do tipo *royalty*, pagando-se 6,75%, a serem alocados em um fundo destinado a aplicações nessas terras. Para municípios e estados, os *royalties* são de 3% para cada um (BECKER, 2012, p.786).

Conforme Becker (2012) a construção de hidrelétricas na Amazônia legal trás inúmeros malefícios para a população impactada e recebem dos consórcios responsáveis compensações financeiras para mitigar os impactos ambientais, sociais e culturais. Sabe-se que os valores pagos pelas indenizações não são suficientes para ressarcir os danos causados a essas populações, obrigadas a deslocarem-se para longe de “seus lares”.

²² “A Amazônia Legal sofre profundas alterações socioeconômicas e ambientais em um processo que percorre séculos, sobretudo, entre o final do século XIX e início do século XX [...]. Na atual dinâmica do capitalismo, este território alcança maior projeção diante da valorização dos bens naturais que concentra imprescindíveis ao padrão industrial. Os “olhos” do mercado fixam-se na Amazônia, grande responsável pela produção das principais *commodities* (madeira, minério, soja, carne e energia elétrica) brasileiras [...] Dentre estas mercadorias a geração de energia elétrica ocupa um lugar de destaque, sendo um dos pilares para a expansão do desenvolvimento capitalista” (BERGER, 2015, p.02-03).

Segundo Brasil (2007c) a Amazônia e a região Centro-Oeste possuem grande potencial hidrelétrico a ser explorado, primeiro em função das bacias hidrográficas e segundo pelo potencial pouco explorado. O território amazônico possui poucas hidrelétricas, entre elas: UHE Tucuruí, UHE Belo Melo, UHE Balbina e UHE Estreito, ambas construídas em importantes rios para as populações amazônicas. A Amazônia em função da floresta e dos povos indígenas possui alguns entraves que tornam lento a construção de hidrelétricas.

Na Amazônia e no Centro-Oeste, onde se concentra o potencial hidrelétrico a aproveitar, a competição pelo uso da água é, ainda hoje, menor que em outras regiões. Contudo, pressões ambientais apoiadas em motivações de outra natureza são mesmo mais fortes. Há a questão do relevo, caracteristicamente de planície, que impõe limitações à extensão dos reservatórios e lança desafios tecnológicos a serem superados, como a combinação de baixas quedas com expressivas vazões afluentes. Há as questões da preservação da biodiversidade e das reservas indígenas, que hoje já representam 25% de ocupação da área regional [...]. Há, ainda, as distâncias a serem vencidas pelos sistemas de transmissão, com elementos técnicos (travessias de rios e áreas de reserva) e ambientais presentes. (BRASIL, 2007c, p.26).

Contudo, por mais moroso que seja a aprovação de hidrelétricas na Amazônia, não é impossível. Se fosse assim, não teriam sido construídas grandes UHEs, levando a desterritorialização de povos tradicionais, grandes áreas alagadas e diminuição de peixes em função do reservatório. Em abril de 2016 foi inaugurada hidrelétrica de Belo Melo, no oeste do estado do Pará, e sua área de influência afetou diretamente as populações indígenas.

O Estado legitima os projetos hidrelétricos, através das políticas energéticas alicerçada em uma postura capitalista. Segundo Berger (2015, p. 6): “A geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica possibilita [...] a realização de grandes projetos capitalistas, que impulsionam o crescimento econômico, imprescindíveis de energia [...]”. A política energética visa gerar energia elétrica para crescimento econômico do país.

A construção de usinas hidrelétricas dinamiza a economia ao favorecer grandes grupos do capital internacional inseridos nas negociações em dois principais momentos: 1) com a comercialização de equipamentos e máquinas pesadas e 2) materiais à construção de obras de engenharia. No sentido oposto provoca o deslocamento e abandono do território das populações locais atingidas, alagamento de áreas extensas por vezes produtivas, alteração das atividades pesqueiras, perda da fauna e flora, entre outros resultados da opção por esta fonte de geração de energia (BERGER, 2015, p. 9).

No processo de geração de energia, os grupos internacionais são beneficiados na comercialização de equipamentos, matérias para construção de obras de engenharia e sociedade no consórcio construtor. O Estado é o outro sócio, a sua atuação é contraditória, de um lado é responsável pelas políticas energéticas, e recurso financeiro oriundos do BNDES para construção das UHEs e o mesmo Estado através do judiciário é responsável em garantir os direitos das populações atingidas pelas hidrelétricas.

Conforme Oliveira (1988), o Instituto Nacional Colonização Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Banco da Amazônia S/A (BASA) foram os organismos fundamentais da política desenvolvimentista do governo militar na Amazônia. Através destes órgãos, o governo conseguiu entregar parte da Amazônia aos grandes empresários da região sudeste-sul do país, e aos estrangeiros, através das vantagens oferecidas na isenção fiscal, energia subsidiada e infraestrutura.

[...] o governo militar lançou o Programa de Integração Nacional - PIN [...] Neste programa, havia três decisões importantes a serem ressaltadas: a primeira refere-se á abertura de duas rodovias na Amazônia- a Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém - Brasília á Amazônia ocidental – Rondônia - Acre) e a Cuiabá- Santarém, ligando Mato Grosso a Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas; a segunda medida foi a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase do plano de irrigação do Nordeste; e a terceira medida referia-se a transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação no programa (OLIVEIRA, 1988, p.63).

O Estado criou condições para exploração da Amazônia através da implantação de infraestrutura físicas para reforçar: “[...] a tese do desenvolvimento da região deveria ser assentado no grande capital privado nacional e multinacional [...]” (OLIVEIRA, 1988, p.88). Assim, a construção de hidrelétricas é a materialização da ideologia estatal, que reforça as desigualdades sociais, ao explorar os recursos hídricos locais e desterritorializando as comunidades autóctones em nome de um suposto “progresso”.

2.4 A Amazônia e a “monocultura” das águas

A Amazônia legal possui o maior potencial hidroelétrico do país e é formada pelos estados da região norte, a parte setentrional do estado do Mato Grosso (Região Centro-Oeste) e Oeste do estado do Maranhão (região Nordeste). Na região encontra-se a bacia hidrográfica Amazônica e Tocantins-Araguaia que somam ao país um grande potencial hidroenergético.

Atualmente, considerando o potencial cuja concessão já foi outorgada (usinas em operação, em construção e em processo de licenciamento), pouco mais de 30% estão explorados. O potencial a aproveitar é de cerca de 126.000 MW, excluído o potencial estimado, dito remanescente não individualizado, isto é, avaliado a partir de cálculos teóricos, sem a identificação, mesmo que imprecisa, do possível barramento. Desse total, mais de 70% estão nas bacias do Amazonas e do Tocantins/Araguaia. (BRASIL, 2007c, p.16).

A exploração hidroenergético direciona-se para a Amazônia, que possui uma resistência modesta pelas populações tradicionais a essa modalidade de geração de energia. A demora das licenças ambientais, em virtude que é questionável a excelência dos estudos

ambientais pelas comunidades tradicionais. Conforme Brasil (2007c, p.13): “[...] verdade que a acuidade e a profundidade desses estudos não são garantia de processo mais célere, ainda que as demandas e os condicionantes derivados do processo ambiental possam estar atendidos [...]”. Esses barramentos ameaçam a floresta, a biodiversidade de espécies e as territorialidades tradicionais.

A região Amazônica e o Centro-Oeste formam área de grande potencial hidroenergética a serem explorados, com objetivo de ampliar a oferta de energia elétrica para atender a necessidade industrial.

Quando se tem em conta que dois terços do território nacional está coberto por dois biomas de alto interesse do ponto-de-vista ambiental, como o são a Amazônia e o Cerrado, e que 70% do potencial hidrelétrico brasileiro a aproveitar localizam-se nesses biomas, pode-se antever grandes dificuldades para a expansão da oferta hidrelétrica. Dificuldades que são ampliadas por uma abordagem que se apóia em uma ótica ultrapassada, pela quais projetos hidrelétricos, por provocarem impactos socioambientais, não podem constituir-se em elementos de integração e inclusão social, e também de preservação dos meios naturais. (BRASIL, 2007, p. 13-14).

A expansão da produção de energia elétrica pelas hidrelétricas ocasionaram grandes impactos socioambientais às populações residentes na proximidade dos rios represados. As populações não são beneficiadas pela energia produzida na sua região e a indenização é o deslocamento compulsório dos territórios ocasionando a fragilização da identidade.

A região Amazônica possui muitos povos tradicionais. Conforme Porto-Gonçalves (2005, p.39): “[...] é preciso que reconheçamos, definitivamente, que as populações tradicionais da região, em particular os indígenas e os caboclos [...] os camponeses que para lá migraram, têm um conhecimento acumulado extremamente relevante [...]”. Os saberes tradicionais não são respeitados, em virtude da construção de hidrelétricas, para atender demanda energética que não é sua, e sim, do Estado e capital privado.

Assim os apinagesenses que exercem práticas tradicionais, a pescaria e hábitos ribeirinhos, são ameaçados pela construção da UHE Marabá, mas segundo a Eletronorte e a Camargo & Corrêa apontam no relatório de aproveitamento hidrelétrico de Marabá a prioridade da hidrelétrica o desenvolvimento econômico do país. O que será da comunidade e tantas outras a serem impactadas por esse empreendimento?

Ao analisar a situação, é pertinente comparar a outras UHEs construídas no Brasil ao longo dos anos. As populações atingidas pelas barragens são aqueles que sofrem intensamente antes e durante a construção da hidrelétrica até o enchimento do reservatório (VAINER, 2003). Para o Estado e o capital fica o lucro, para as comunidades impactadas a tristeza em deixar o território e o rio a base da sua identidade. Não há como coexistir no território o

modelo de desenvolvimento econômico do Estado e a forma como as populações se relacionam com o espaço vivido.

No lugar de uma convivência pacífica, teremos a barragem dos rios que aprisionará suas forças, sua energia e, com isso, aumentará a capacidade desse novo capital transformar a natureza, tornando maior o seu potencial de apropriação de outros recursos naturais como a bauxita, o ferro, o caulim, o manganês, o ouro, ou de produção celulose [...]. A abertura de estradas e o barramento dos rios foram tarefas assumidas pelo Estado. A estrada e a energia são condições gerais de produção essenciais para que as iniciativas particulares de produção se fizerem presentes [...] (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.102).

A região Amazônica possui grandes hidrelétricas, inúmeras UHEs previstas para serem construídas e outras em licitação (figura 1), objetivando ampliação da produção de energia elétrica para atender o Estado e o capital em seu desejo de expansão da capacidade de exploração e capitalização das riquezas naturais. A “monocultura das águas” é modelo impactante para o modo de vida das comunidades amazônicas em virtude da impossibilidade dos diversos usos que se fazem do rio (PINTO, 2002).

Segundo Pinto (2002), a região Amazônica é o novo centro de interesse do Estado e os seus projetos de expansão energética. Essa realidade constitui a monocultura das águas brasileiras. “Essa nova realidade estaria coerente com o fato de a Amazônia dispor de 20% do sistema hidrográfico do planeta, um caudal de águas que poderia proporcionar a geração de 50 mil megawatts de energia [...]” (PINTO, 2002, p. 46).

Conforme Pinto (2002), os rios amazônicos são desejados, em função de que possui 20% das reservas de água fluviais. “Esse desempenho realmente impressionante talvez esteja ofuscando a percepção de um fato: a especialização dos rios amazônicos para monocultura energética” (PINTO, 2002, p. 47). A Amazônia inserida na lógica capitalista adotou a monocultura das águas para a produção energética. “E como todas as outras monoculturas brasileiras, esta é mais uma de interesses capitalistas” (SIEBEN, 2012, p.80).

Segundo Pinto (2002), a monocultura das águas é uma prática para saciar a necessidade energética do capital. As hidrelétricas construídas e as projetadas servem para subsidiar a indústria nacional e internacional, mas principalmente, as siderúrgicas estrangeiras que beneficiam alumínio. A UHE Marabá nascerá com esse objetivo, de atender a demanda por energia das siderúrgicas estrangeiras localizadas no estado do Pará e Maranhão.

Essa realidade é perturbadora na região Amazônica, pois as hidrelétricas: UHE de Samuel no rio Jamari (Rondônia); UHE Balbina no rio Uatumã (Amazonas); UHE de Curuá-Una no rio Curuá-Una (Pará) e UHE Coaracy Nunes no rio Araguari (Amapá); na bacia hidrográfica do Tocantins-Araguaia a UHE Estreito, UHE Lajeada e UHE Tucuruí são

materialização da “monocultura das águas”, ao reprezarem o leito do rio e barrarem a multiplicidade de usos que as comunidades amazônicas faziam das águas.

Contudo, mesmo diante dessa realidade desterritorializante, o Estado almeja construir 29²³ usinas hidrelétricas na região norte, para atender a demanda nacional, cinco estão em obras e 24 planejadas para serem construídas. Entre estas, encontra-se a Hidrelétrica de Marabá, projetada para ser construído na região sudeste do Pará. Este empreendimento acarretará mudanças na territorialidade de populações urbanas, rurais e tradicionais.

A comunidade de Apinagés terá parte da vila coberta pelo reservatório, e outros habitantes que possuem concessões de ilhas fluviais da Marinha brasileira²⁴ verão seus territórios irem para fundo do lago da hidrelétrica, juntamente com seus sonhos e identidade. Na comunidade, existe uma relação estreita com o rio, pois há pescadores artesanais, ribeirinhos, vazanteiros e barqueiros. Mas no período de estiagem vivem da fabricação de cabanas e alugueis de barcos a turistas.

O desenvolvimento do potencial hidrelétrico brasileiro está condicionado, de certa forma, pelos seus possíveis impactos socioambientais em razão da maior parte do potencial hidrelétrico hoje remanescente estar localizado em áreas de condições socioambientais delicadas, por suas interferências sobre territórios indígenas, sobretudo na Amazônia, nas áreas de preservação e nos recursos florestais, ou em áreas bastante influenciadas por ocupações antrópicas [...]. Por isso, são fundamentais os estudos e equacionamentos associados aos usos múltiplos e, eventualmente, concorrenciais desses recursos hídricos, em suas feições socioeconômicas, ambientais e estratégicas, relativas à pesca, abastecimento urbano, saneamento básico, irrigação, transporte, uso industrial, lazer e etc (BRASIL, 2007c, p. 29).

A construção de UHEs na amazônica não é simples, porque no território habitam povos tradicionais, que possuem uma relação de dependência com o meio ambiente. O início de grandes hidroelétricas na região norte tem o seu marco com a construção UHE Tucuruí na década de 1974-1985. Sua construção marca a entrada dos grandes investimentos na região e representa a necessidade do Estado e do capital em se firmar na Amazônia para explorá-la.

²³ Somados, os 29 projetos alcançam 31% da capacidade potencial de geração de energia das duas principais bacias hidrográficas da região, as dos rios Amazonas e Tocantins, e 14 deles usam R\$ 78 bilhões em recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Verbas do PAC foram destinadas até para usinas que sequer receberam aval ambiental: São Luiz do Tapajós (R\$ 18,1 bilhões), Jatobá (R\$ 5,1 bilhões) e Marabá (R\$ 2,27 bilhões) (O GLOBO, 2012).

²⁴ Superintendência do Patrimônio da União no Pará (SPU/PA), órgão subordinado a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; vem concedendo AUTORIZAÇÕES DE USO PARA ATIVIDADES EXTRATIVISTAS em Ilhas no Rio Tocantins no município de São João do Araguaia, a pessoas que exercem atividades pesqueiras, de agricultura de vazante e extrativista; com intuito de contribuir para melhoria das condições de vida dessas populações ribeirinhas, que aproveitam racionalmente os recursos naturais de forma sustentável e assim descentraliza do governo federal o poder decisório em casos de regularização fundiária, passando a responsabilidade as Secretarias de Terras e Assuntos Fundiários de cada município.

A construção de hidrelétricas na Amazônia é a materialização da certeza que, o Estado e o capital privado nacional e internacional não respeitam as populações tradicionais e seu modo de vida, ao passo que desejam implantar um modelo de desenvolvimento unilateral. Segundo Porto-Gonçalves (2005) o Estado e o Capital reconhecem as populações amazônicas como atrasada e preguiçosa, e incapaz de um projeto de desenvolvimento para a região. Esse argumento é para justificar a exploração dos recursos naturais.

O conceito de comunidade tradicional é polissêmico. O Estado pelo decreto presidencial nº 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) define as comunidades tradicionais como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas por tradição (BRASIL, 2007b).

A lei é clara! É uma conquista na luta destes povos marginalizados, pois agora são reconhecidos culturalmente como povos tradicionais pelo governo federal, sua cultura e práticas sociais reconhecidas no território. Diegues (2002) corroborando com a lei, entende as comunidades tradicionais, como aquelas que praticam um extrativismo historicamente construído no território, caracterizando-se por uma atividade de baixo impacto ambiental.

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizadas tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES *et al.*, 2000).

Os povos tradicionais têm culturas peculiares, pois a relação como meio ambiente é diferente dos hábitos culturais urbanos. A PNPCT entende como comunidades e povos tradicionais do Brasil, os quilombolas, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, caatingueiros e indígenas.

As comunidades tradicionais formam grupos singulares (territórios fixos), que vivem na direção oposta da cultural dominante (territórios móveis), que são vinculadas cotidianamente aos meios de comunicação; o modo de vida é essencialmente territorial e natural, pois dependem dessa relação, mas estão sendo aniquilados pelo modelo de produção capitalista.

A Amazônia, em seu seio, a um jogo de interesses, de forças antagônicas, através de suas práticas revelam as suas intenções. Conforme Porto-Gonçalves (2005, p.16) o Estado e o capital disputam: “[...] pela sua enorme riqueza em biodiversidade, por sua riqueza em metros cúbicos de madeira ou megawatts de energia”. O jogo de interesses capitalista exclui as populações tradicionais, que veem suas riquezas naturais e territórios serem roubado em nome de um suposto progresso.

2.5 Estado do Pará: a construção de UHEs e reflexos sociais

A construção de hidrelétricas na Amazônia é pivô de conflitos entre Estado e as populações atingidas residentes próximas dos grandes cursos de água, em especial, a bacia hidrográfica Amazônica e Tocantins-Araguaia, que proporcionam grandes deslocamentos em função dos reservatórios.

O Pará possui em seu território, parte da maior bacia hidrográfica, as sub-bacias dos rios Tapajós e Xingu e o baixo curso da bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia, em especial a sub-bacia 29. O MME, a Eletrobrás e Eletronorte tem objetivo de ampliar a geração de energia nessas regiões hidrográficas.

O aproveitamento hidroelétrico na Amazônia iniciou com a construção da UHE Tucuruí no período da ditadura militar, com início das obras na década de 1974 e após onze anos foi concluída em 1985. Essa usina constituiu grande enclave no coração da Amazônia.

A hidrelétrica de Tucuruí, que bloqueou o rio Tocantins em 1974, inundou 2.430 km² incluindo parte da Área Indígena Parakanã [...]. O reservatório está localizado no Pará central, entre 3° 43' e 5° 15' Sul e 49° 12' e 50° 00' Oeste. A casa de força tem 4.000 megawatts (MW) de capacidade instalada na sua fase inicial (Tucuruí-I), que aumentaria para 8.000 MW em uma segunda fase planejada (Tucuruí-II). O Brasil tem planos ambiciosos para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia, e a experiência com Tucuruí contém muitas lições que precisam ser aprendidas caso o País queira tomar decisões sábias sobre esses desenvolvimentos (FEARNSIDE, 2002, p.4).

A UHE Tucuruí vem de encontro à necessidade energética do Estado, de explorar à Amazônia brasileira e gerar energia para indústria. O desenvolvimento econômico não levou em consideração as populações há séculos residentes na região, no caso dos povos tradicionais, que possuem uma relação estreita com o território e o meio ambiente.

Os residentes do baixo rio Tocantins têm sofrido uma desagregação severa como resultado da barragem. O fechamento da barragem alterou radicalmente o ambiente aquático tanto acima como abaixo da barragem [...]. O trecho do rio Tocantins afetado por Tucuruí (500 km abaixo da barragem e 170 km acima) sustentava uma indústria de pesca abundante que forneceu tanto renda monetária como a maior parte da proteína animal para os ribeirinhos [...]. O impacto sobre povos indígenas é um

dos aspectos mais polêmicos de Tucuruí, assim como é o caso para outras barragens existentes e propostas na Amazônia. Tucuruí inundou parte de três áreas indígenas (Parakanã, Pucurui e Montanha), e as suas linhas de transmissão cortaram quatro outras áreas (Mãe Maria, Trocará, Krikati e Cana Brava) [...] (FEARNSIDE, 2002 p.5-7).

O reservatório da UHET foi responsável por uma catástrofe social, pois desterritorializou populações rurais, urbanas e autóctones. Entre elas, os Gaviões da Montanha. Estes foram obrigados a se deslocar para uma nova área e deixaram para trás seu território a base da cultura e identidade. As compensações financeiras não foram suficientes para a continuidade de uma vida digna as famílias deslocadas que reparasse os impactados sentimentais e as feridas na alma, primeiro - porque suas territorialidades e sentimentos não tem preço; segundo - por serem obrigados a verem seus lares submergirem nas águas do reservatório.

O estado do Pará possuía apenas a UHE Curuá-Una²⁵ (nome oficial UHE Silvio Braga) em operação no período de construção da UHET (1974-1985). UHE Silvio Braga tinha objetivo de gerar energia, para atender necessidade da região de Santarém e empresariado local. A UHE trouxe inúmeros impactos socioambientais para bioma amazônico e populações tradicionais residentes. Esses aspectos não foram relevantes para o Estado.

A construção de hidrelétricas de Curuá-Una, assim como outras UHE na Amazônia, provocou o deslocamento compulsório das famílias de agricultores e ribeirinhos residentes na antiga comunidade de Castanheira, os quais foram reassentados em outra localidade às margens do lago [...]. As distâncias a serem percorridas pelos moradores residentes no entorno do lago constitui-se numa dificuldade a ser superada diariamente. Os milhares de troncos submersos tornaram-se um perigo eminente com riscos de perfuração das embarcações utilizadas pelos moradores como meio de transporte. Diminuição do estoque do pescado. Encarecimento do deslocamento e a dificuldade em comercializar a produção agrícola (ALMEIDA *et al.*, 2014, p. 4).

O reservatório da UHE Silvio Braga trouxe impactos socioambientais para o município de Santarém e região adjacente, devido à dimensão do lago. As populações tradicionais foram obrigadas a sair de suas casas e propriedades. As árvores mortas provocaram desoxigenação da água, a diminuição dos peixes, perigo no deslocamento dos barcos no lago, devido às árvores e o encarecimento das mercadorias por causa da distância.

²⁵ “A barragem de Curuá-Una, com 40 MW instalados está localizada no Rio Curuá-Una, na Cachoeira do Palhão (2° 50’ Sul e 54° 18’ Oeste), a 70 km ao Sudoeste de Santarém, no Estado do Pará. A maior parte (57,4%) do reservatório está localizada na Bacia do Rio Curuá-Una, outra parte se encontra em bacias de outros afluentes como o Rio Moju (11,7%), Mojuí (4,4%), Poraquê (3,2%) e em vários igarapés menores (2,9%). O reservatório encheu de janeiro a maio de 1977, ocupando uma área de 72 km² em nível operacional, com 68m acima do nível do mar” (ALMEIDA *et al.*, 2014, p.5).

A história das hidrelétricas revela que a UHE Silvio Braga no oeste paraense, construída na década de 1970, tornou-se exemplo, juntamente com UHE Tucuruí; pois esses grandes empreendimentos foram capazes de modificar o modo de vida das comunidades tradicionais, rurais e urbanas, em nome do “progresso” que o Estado almeja para Amazônia, sem respeitar os povos indígenas, caboclos, ribeirinhos e extrativistas que tem suas territorialidades interrompidas ou alteradas.

Juntamente com essas duas, a Hidrelétrica de Belo Monte tornou-se a 3ª hidrelétrica em operação no Pará. A UHE localiza-se na margem direita da bacia amazônica e na sub-bacia do rio Xingu. É motivo de tensões entre o Estado e as populações tradicionais. Após sua operação, tornou-se maior hidrelétrica totalmente brasileira, superando UHET e a terceira do mundo.

Conforme Santos *et al.* (2012), a UHE Belo Monte trouxe problemas ambientais, sociais e econômico-financeiros. Na ordem ambiental, os impactos negativos são: a perda da biodiversidade local, alagamento de grandes áreas e aprovação do projeto de aproveitamento hidrelétrico pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ao validar algumas cláusulas do relatório de EIA.

“A construção da Usina de Belo Monte na região acarretaria uma gama de externalidades negativas para as populações locais, sobretudo a indígena e aquelas que dependem das terras afetadas” (SANTOS, *et al.*, 2012, p. 1). Estas populações foram obrigadas a saírem de suas terras ancestrais e deixarem para trás suas territorialidades, cultura e identidade. Além dos povos indígenas, os pescadores e extrativistas foram obrigados a retirarem-se de seus territórios e perderam a diversidade de peixe e a floresta.

As três UHEs foram responsáveis por grandes impactos socioambientais, em virtude dos processos de deslocamento, desterritorialização e fragilização da identidade. Para o ecossistema amazônico, a perda da biodiversidade e diminuição da ictiofauna nos rios. O Estado não desistiu em construir esses empreendimentos hidroelétricos em território paraense, pelo fato dos impactos socioambientais, e sim, em aumentar a produção energética para atender a demanda do capital (figura 1).

Por este motivo, o Estado, através do MME e Eletrobrás almeja a construção de novas hidrelétricas no Pará. Entre estas, se encontra a UHE Marabá e a construção de oito novas UHEs, sendo que sete delas serão construídas na sub-bacia do rio Tapajós, onde uma delas será construída em um de seus principais afluentes o rio Jamanxim.

Segundo o Grupo de Estudo Tapajós (2015), a construção dessas sete UHEs ficou conhecida como Complexo do Tapajós. A primeira e maior é UHE São Luis do Tapajós,

projetada para ser construída no rio Tapajós, nos municípios de Itaituba e Trairão. Segundo o EPE, a previsão é que, sua capacidade instalada seja de 6.356,4 MW, licitada em 2015. Em abril do ano de 2016, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) suspendeu a licença de construção baseada em pareceres que provam que os povos indígenas serão deslocados.

De acordo com o Grupo de Estudo Tapajós (2015), a segunda prevista para ser construído no rio Tapajós é UHE Jatobá, nos municípios de Itaituba e Jacareacanga, sua capacidade instalada é 2.338 MW, sendo a 2ª maior do complexo Tapajós. Sua licitação foi realizada no ano de 2011 e a primeira unidade de geração de energia entrará em funcionamento no ano de 2017.

As outras três UHEs; a UHE Cachoeira do Caí, UHE Jamanxim e a UHE Cachoeira dos Patos. UHE Cachoeira do Caí terá capacidade instalada juntamente com a UHE Jamanxim, em média de 800 MW; a primeira, licitada no ano de 2011, prevista para entrar em funcionamento em 2017; a segunda prevista sua licitação para ano de 2019 e funcionamento em 2022.

A Hidrelétrica de Cachoeira dos Patos é o menor dos empreendimentos previsto para ser construído na sub-bacia do rio Tapajós, fazendo parte do complexo Tapajós; terá capacidade instalada de 518 MW, foi licitada em 2011 e entrará em funcionamento em 2017. Também se encontra em estudos os aproveitamentos já inventariados de Chocorão (3.336 MW) e Jardim do Ouro (227 MW), ambos do Complexo Tapajós e estas somam um total de oito novas hidrelétricas previstas para serem construídas no Pará.

Segundo Site Grandes Construções (2015) o “Complexo Hidrelétrico Tapajós” impactará no oeste paraense, comunidades tradicionais, entre quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e cerca de 2.000 km de território indígena, principalmente da etnia Munduruku. O povo Munduruku possui uma população de 13 mil pessoas, este povo vive há três séculos ao longo dos 850 quilômetros de margens do Rio Tapajós, em plena floresta Amazônica. E estima-se que, impactará pelo menos 100 aldeias.

Conforme Site Grandes Construções (2015) esse projeto de construções de sete hidrelétricas no Rio Tapajós e seus tributários desterritorializará as populações tradicionais, principalmente a Terra Indígena Sawré Muybu da etnia Munduruku que suas terras ainda não foram reconhecidas pelo governo federal e essa situação deixa em xeque a sua territorialidade. O Estado não deseja o reconhecimento da Terra Indígena Sawré Muybu, porque impossibilitará o deslocamento compulsório. A remoção de indígenas é vedada pelo artigo 231 da Constituição brasileira. O Estado governa para o povo e suas ações através das

políticas energéticas materializam nos territórios autóctones grandes empreendimentos hidrelétricos que atingem a cultura e a identidade.

Em tela, a Hidrelétrica de Marabá, impactará socioambientalmente a região sudeste paraense, parte do norte do Tocantins e São Pedro (Maranhão). Nesses três estados, populações urbanas, rurais e tradicionais serão impactadas diretamente e indiretamente, impulsionando estes a desreterritorialização. As compensações financeiras não serão suficientes para que subsidiem uma vida digna e não serão capazes de cicatrizar as feridas na identidade das populações atingidas e deslocadas compulsoriamente.

A população apinagesense sofrerá bastante com AHE Marabá, pois possui hábitos tradicionais que expressa através da pesca tradicional, agricultura nas vazantes dos rios Tocantins e Araguaia. Com a construção desse empreendimento, como ficam as populações atingidas pela barragem?

Pode-se concluir que, o Estado do Pará possui três UHEs em operação, e juntas, afetam a vida das populações tradicionais, em virtude dos deslocamentos compulsórios e remanescentes nas adjacências do reservatório que tiveram suas territorialidades alteradas. Das oito UHEs projetadas, sete estão previstas a serem construídas na sub-bacia do rio Tapajós, afluente da margem direita do rio Amazonas. A outra, na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia. Estas hidrelétricas trarão inúmeros impactos socioambientais para as populações tradicionais e ao bioma amazônico em função da topografia (planície), resultando grandes alagamentos e fragilizações nas territorialidades, cultura e identidade desses povos.

2.6 O Estado e o empreendedor: os atingidos pela comunicação da UHE Marabá

A construção de hidrelétricas na região pressupõe interesse capitalista. Na bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia não é diferente, a bacia tem um grande potencial a ser explorado e torna-se responsável em produzir energia para Amazônia e para o país ao interligar-se ao SIN. Por ter esse potencial hidrelétrico, o MME, a Eletrobrás e o capital privado voltam-se para o rio Tocantins, Araguaia e seus afluentes.

A região hidrográfica do Tocantins/Araguaia tem sido objeto de diversos estudos, a partir da década de sessenta, orientados inicialmente para uma definição das potencialidades existentes com referência a recursos minerais, potencial agrícola, navegação, hidroeletricidade e atividades industriais ligadas às atividades extrativas. O grande potencial hidrelétrico da região e sua localização frente aos mercados consumidores da Região Nordeste, colocam a região hidrográfica do Tocantins-Araguaia como prioritária para a implantação de aproveitamentos hidrelétricos (BRASIL, 2005, p.45).

A bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia tornou-se uma fonte de energia para o país e região, pois o potencial hidrelétrico instalado na bacia hidrográfica totaliza 6.981 MW, distribuídos em 28 centrais hidrelétricas, mas o potencial estimado da bacia é de 26.285 MW, assim conclui-se que há um potencial energético a explorar (BRASIL, 2005). A UHET é responsável pelo fornecimento de energia elétrica de 96% do estado do Pará e 99% do Maranhão (BRASIL, 2005).

Só é possível compreender o desejo do Estado em construir novas hidroelétricas, mediante análise do potencial da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia, a energia gerada pela UHET e a demanda da indústria. Neste contexto, nasce o desejo de construir, “[...] a usina de Marabá, cujo estudo de viabilidade encontra-se em elaboração, com registro na ANEEL. Este estudo tinha previsão de conclusão para outubro de 2004 foi postergado para outubro de 2005 [...]” (BRASIL, 2005, p. 47).

Marin e Trindade (2009) e Almeida *et al.* (2010) são unânimes em relação à construção da Hidrelétrica de Marabá pensada para fornecer energia ao PGC. “Em 1981, no Relatório Geral, contendo os Estudos Finais do Inventário Hidrelétrico, listavam-se os territórios municipais a serem atingidos pela Hidrelétrica de Marabá” (MARIN e TRINDADE, 2009, p. 285).

O Estado demonstra interesse na construção da UHE Marabá desde os anos de 1980, para atender a demanda da siderurgia na região sudeste paraense, mas não expõe interesse nos impactados desse aproveitamento nas comunidades tradicionais, rurais e urbanas da região. Segundo Marin e Trindade (2009) e Almeida *et al.* (2010), ano de 2001 foi retomado o interesse na construção da UHE Marabá.

Em 2001, iniciaram-se Estudos do Empreendimento, a partir de ofício da Agência Nacional de Energia – SPH [*sic*]. Os estudos de viabilidade e impactos ambientais e sociais ficaram a cargo da CNEC Engenharia S/A, empresa paulista. Em 2005, a mudança de titularidade do registro ativo da CNEC passou para o Consórcio Camargo Correa- Eletronorte e a entrega do estudo foi postergada para dezembro de 2007. Anota-se, neste registro, que, em 2006, havia sido feito o denominado. “Reconhecimento Multidisciplinar da Região do Empreendimento”, circunscrito a sete dias, entre 16 a 22 de outubro. A partir do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em janeiro de 2007, a obra da hidrelétrica seria nele inserida. O documento oficial “Aproveitamento Hidrelétrico Marabá” inicia com a quantidade de “demanda crescente por energia” no Brasil, de 2.500 MW e ante essa “necessidade” sinaliza o documento que: “Marabá representa um empreendimento interessante para suprir esta demanda”. Notadamente, os termos imprecisos deixam de informar o sujeito (quem realiza a demanda, para quem este representa “empreendimento interessante”). Esta peça antecipou os denominados “Estudos de Viabilidade da AHE Marabá”, previstos no PAC e com data de finalização em dezembro de 2008. A justificativa de construção da hidrelétrica é dada pela proximidade com a “rede básica”, que exigiria somente a construção de uma linha de transmissão de 20 km para fazer a interligação com o Sistema Interligado Nacional (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 285-286).

O projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá vem ao encontro da necessidade do Estado e do capital, mas em momento algum aborda a necessidade da comunidade local e os impactos sociais. O fato justifica que a UHEM tem o propósito de gerar energia elétrica para atender a necessidade do Estado em desenvolver economicamente o país, a região amazônica explorando o potencial hidroelétrico e desterritorializando as populações tradicionais.

Uma das justificativas da construção da Hidrelétrica de Marabá é sua localização a 20 km de distância de interliga-se ao Sistema Integrado Nacional. Mas o fato da UHE Marabá proporcionar um crescimento econômico ao país e a economia de gastos para sua interligação ao SIN, não justificaria a desterritorialização e fragilização da identidade das populações atingidas. Contudo, a Eletronorte²⁶ aponta benefícios dessa UHEM para região e oculta os impactos sociais.

Dos projetos de “aproveitamento hidrelétrico” consta o capítulo sobre “benefícios.” [...] : Primeiro, Parque de Ciência e Tecnologia em Marabá – PCT. [...] Enfatiza este documento oficial que o PCT Tocantins já nascerá “integrado por reivindicações históricas da sociedade e do empresariado paraense: parque de ciência, Distrito Industrial, porto público, eclusas de Tucuruí, Hidrovia do Tocantins.” sem mencionar a AHE Marabá [...]. O segundo empreendimento é o Distrito Industrial de Marabá [...]. O terceiro empreendimento é a Siderúrgica de Marabá [...]. O quarto empreendimento combina transporte e navegabilidade na bacia Araguaia-Tocantins. [...]. O quinto empreendimento incide no bairro pioneiro de Marabá, Cabelo Seco (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 282-285).

O projeto de AHE de Marabá atrela-se a inúmeras medidas governamentais para o desenvolvimento econômico de Marabá e região, mas nenhuma medida voltada para benefício de fato das comunidades tradicionais. Os projetos direcionam-se para o desenvolvimento econômico, pois propõe a construção do PCT de Marabá, DIM, Siderúrgica de Marabá e a Hidrovia do Araguaia Tocantins. Os projetos esclarecem o interesse do Estado na região.

As medidas são bem vistas pela população de Marabá, pois possibilita o aumento de vagas de emprego. No entanto, a pergunta é: a que preço? Até a última medida, a construção de um muro de contenção no bairro pioneiro de Marabá, um dos bairros de população pobre, não é uma ação preocupada com a população local e sim com a geração de energia elétrica pela UHEM.

²⁶ “A Eletronorte continua a prática de ordenar e decidir projetos deste tipo, desconsiderando os direitos dos sujeitos sociais. Os primeiros anúncios situam o cálculo de quantos serão “atingidos”, dito de forma tão espontânea, tão natural como a quantidade de megawatts a ser produzida, a área do reservatório, o custo da obra e o número de empregos. A razão maior é a lucratividade do empreendimento para os setores energético e mineral, que são os principais interessados na construção desta obra de infraestrutura” (Almeida *et al*, 2010, p.03 Grifo nosso).

Os benefícios financeiros tem objetivo de invisibilizar os impactos sociais oriundos desses empreendimentos, principalmente, a UHE Marabá. A construção da hidrelétrica de Marabá impactará povos indígenas, conforme a tabela 2; todavia, estes serão expulsos de seus territórios, e não terão acesso ao rio, pescada, à floresta a base afetiva do lugar. Os povos nativos precisam de seus territórios tradicionais, e sua territorialidade, pois essa relação é responsável pela viver sua cultura que promove uma afetividade ao lugar e constrói sua identidade.

Tabela 2- Terras indígenas ameaçadas pela UHE Marabá

Terra Indígena	Município	Área (há)	Situação Fundiária	Etnia	População
TI Mãe Maria	Bom Jesus do Tocantins (PA)	62.488,45	Demarcada e Homologada 21/08/1986	Gavião Parkatejê Gavião Kyikatejê Gavião Akrãtikatejê	342 242 39
TI Sororó	São Geraldo do Araguaia (PA)	26.257,89	Demarcada e Homologada	Suruí Aikewara (aldeia Sororó) Suruí (aldeia Itahi)	314 49
TI Apinayé	Tocantinópolis, Maurilândia, São Bento e Cachoeirinha (TO)	141.904,00	Homologada (03/11/1997)	Apinajé	1.262

Fonte: ALMEIDA *et al.*, 2010

Org.: Araújo, 30/09/2016

No caso do povo indígena, Gaviões da Montanha, a construção da UHEM, traz recordação, porque foram realocados compulsoriamente na década de 1980 em função da UHEM e agora se veem ameaçados por esse novo aproveitamento hidroelétrico (tabela 2).

A retomada do projeto da Hidrelétrica de Marabá, em 2001, coloca os Gaviões em estado de alerta. Payaré é enfático em dizer que “essa hidrelétrica não pode acontecer”. A fala foi acompanhada de um gesto: ele cerrou o punho, fechou os olhos e começou a cantar uma música, que disse sobre seu sonho de ver os filhos e netos crescerem numa terra em que possam reviver suas tradições (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 273).

O povo indígena Gavião sente-se ameaçado por esse novo empreendimento, fato justificado na citação acima e nas palavras de uma das lideranças indígenas Akrãtikatejê, Hõpryre Ronore Jõpikti Payaré: “[...] Wakymãhã mektokõnhito- nxàkaka significa, na língua Gavião, nós não aceitamos a construção de barragem, de jeito nenhum” (MARIN e TRINDADE, 2009, p. 272). As palavras externam sentimentos de tristeza na possibilidade de serem desterritorializados novamente por esta nova hidrelétrica.

As palavras da liderança do povo Gavião externa a indignação com o descaso do Estado, a cultura e o meio ambiente, ao revelar que não respeita os povos indígenas, e sim, o capital nacional e internacional que deseja explorar os rios da região. O projeto de AHEM

interfere com a vida dos povos indígenas, os assentados, pescadores, ribeirinhos e populações urbanas.

O projeto de construção da hidrelétrica de Marabá invade, interfere a vida dos assentados, dos indígenas, dos pescadores, dos ribeirinhos, dos moradores de bairros das cidades, produzindo um espaço de relações específicas com cada uma destas categoriais; onde se evidenciam as resistências e estão menos observadas às negociações com a Eletronorte, as empresas de consultoria e construtoras. A Eletronorte continua na prática de ordenar e decidir seus projetos, desconsiderando os sujeitos sociais atingidos. As chamadas “reuniões públicas.” se realizam sob um esquema do convencimento, por parte dos técnicos, a partir do discurso que enuncia benefícios; com isto, desviando a atenção sobre as territorialidades específicas ameaçadas, os conflitos socioambientais, a lucratividade do empreendimento para o setor energético e mineral, que são os principais interessados na construção desta obra de infraestrutura (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 277).

É inevitável a alteração do modo de vida dessas populações tradicionais, rurais e urbanas, pois alguns serão obrigados a saírem de seus territórios. Os remanescentes serão forçados a mudar suas territorialidades e cosmografias de acordo com novas configurações do meio ambiente “desfigurado” pela barragem.

O município de São João do Araguaia possui o primeiro assentamento da região sudeste, surgiu em função da invasão das terras do povo Gavião, próxima a Marabá, na década de 1980 por posseiros que foram remanejados para Projeto de Assentamento Araras 1987 (CRUZ; MARTINS, 2010). O PA Araras terá parte de sua área coberta pela barragem de Marabá (MARIN; TRINDADE, 2009). A comunidade vem sofrendo os impactados no seu emocional pela comunicação da UHE, devido à frequência de técnicos ao local.

Antes de ter o conhecimento sobre o projeto e consentir ou não sobre as etapas, o assentamento Araras foi intrusado pela Eletronorte e as empresas contratadas para fazer estudos, que começaram a fazer medições, sentar marcos e atuam “contratando” pessoas para prestar serviços [...]. A mobilização da empresa, inicialmente menos ostensiva acorda, então, os assentados para a etapa que se avizinha: a construção do AHE, os deslocamentos, as promessas de medidas compensatórias, de indenizações, o cadastramento dos assentados. As informações cobram uma dimensão de perdas iminentes e de certa impotência de evitar o deslocamento [...] (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 276-277).

Os técnicos deslocam-se a comunidade e aproximavam-se dos assentados de forma abusiva, e se apresentaram como emissários de empresas terceirizadas que trabalhavam para Eletronorte e usaram de grosseria, invadindo as propriedades, sem receio, aproveitando-se da ingenuidade. Os Gaviões, de igual modo, foram vítimas desse crime e procuraram ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e MAB e solicitaram informações do INCRA.

As estratégias de resistência definem-se no campo das relações institucionais e políticas dos agentes sociais, das mediações constituídas. A Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Atingidos por Barragens, em 4 dezembro de 2008, endereçaram um ofício (Of. CPT/MAB 01/2008) à Superintendência Regional do INCRA, em Marabá e, nele, comunicavam que os assentados no Projeto de Assentamento Mãe Maria (município de Bom Jesus do Tocantins) tiveram seus lotes

sucessivamente intrusados por funcionários de empresas terceirizadas pela Eletronorte, que procederam a abrir ‘picadas’, inclusive com derrubadas de madeira das reservas existentes” e, em vários pontos, afixaram marcos demarcatórios. “Tudo sem a devida outorga dos trabalhadores”. Neste ofício, a CPT e MAB citaram o ofício encaminhado ao IBAMA no qual solicitaram informações sobre a autorização ou liberação feita pelo órgão para derrubada de madeira no PA Mãe Maria. A gerência do órgão de Marabá respondeu de forma negativa.[...] Tais ações estão sendo realizadas por pessoas não identificadas, muito menos autorizadas, que apenas mencionaram aos assentados trabalhar para a GEOTEC e MARATOP, com vistas à construção da represa e hidrelétrica no rio Tocantins. Trata-se de “ações ilegais.” em desrespeito aos proprietários de lotes que geram neles um clima de insegurança e de ameaças (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 277).

Técnicos de empresas terceirizadas iniciaram as pesquisas dos impactos da construção da UHE Marabá, as comunidades indígenas não foram notificadas oficialmente. Estes técnicos, não respeitam a floresta, ao ponto de derrubarem árvores nativas no meio da reserva indígena. Essa atitude evidencia o desrespeito pela cultura indígena, pois no período de comunicação do empreendimento agem dessa forma, quem garante que as informações da dimensão dos impactos são verdadeiras e que não serão desterritorializados novamente. O desrespeito é recorrente no PA Araras e na Vila Espírito Santo, local onde será construído o muro de contenção da barragem.

A vila de Espírito Santo, localizada na margem esquerda do rio Tocantins, receberá o canteiro de obras e está em posição estratégica, pois nela será construído um muro de contenção. No verão de 2008, houve inúmeras “visitas” de funcionários das empresas terceirizadas. O senhor Jorge comentou: “as pessoas das empresas entram e o primeiro que fazem é destruir. E quando se pergunta o que fazem, dizem que cumprem ordens”. O diálogo com os funcionários das empresas é também rispido, marcando a autoridade e a irreversibilidade da decisão: “você não podem embargar. Se você impedir, vai ser processado, vai na cadeia (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 280).

Na vila Espírito Santo, Assentamento Castanhal Araras e Terra Indígena (TI) Mãe Maria (povo Gaviões), essas comunidades são aliciadas por técnicos de empresas terceirizadas, que iniciaram estudos na área onde será construída a casa de máquinas e represa. Os técnicos são das empresas: Marabá Topografia (MARATOP) e Engenharia, Fundações e Sondagens (GEOTEC) invadem as propriedades rurais e indígenas, desrespeitando as propriedades, territorialidades, cultura e identidade construída historicamente em harmonia com recursos naturais.

Os pescadores e Marisqueiros residentes às margens do rio Tocantins entre os municípios de Tucuruí, Marabá e São João do Araguaia sofrem os impactos ambientais com a

redução da população de peixes, em recorrência do lago da UHET. Imagina agora com a informação da construção da UHE Marabá²⁷, como ficará a disponibilidade de peixes?

Pescadores, marisqueiros, como ouvimos falar em Espírito Santo, experimentam a diminuição dos recursos da ictiofauna pelas alterações do regime hidrológico do rio Tocantins provocado pela barragem de Tucuruí. No trecho entre Marabá e São João do Araguaia, as condições de trabalho dos pescadores foram profundamente afetadas com a construção da hidrelétrica de Tucuruí. O novo empreendimento barrageiro do AHE Marabá repercutirá nas suas práticas desenvolvidas nesta bacia do Araguaia-Tocantins, e em Itacaiúnas, onde também estão previstas mais duas barragens (MARIN; TRINDADE, 2009, p. 280).

A Usina Hidrelétrica de Marabá acarretará a diminuição de peixes na região, o barramento das águas impossibilitará a migração dos peixes para reprodução rio acima em direção ao Araguaia. A situação repercutirá diretamente na vida dos ribeirinhos, pescadores artesanais e comerciais que possuem uma relação estreita com rio.

As expressões, desreterritorialização, deslocados compulsório, remanescente, atingidos não são somente palavras, são situações vivenciadas no pensamento, que se materializarão nos territórios tradicionais, rurais e urbanos nos 12 municípios dos três estados pela comunicação do UHEM. A futura construção da UHE Marabá impõe a essas comunidades localizadas na área de influencia do reservatório a situação de atingidos por barragens, pois leva a pensamentos de tristeza pela possibilidade terem suas territorialidades alteradas pelos deslocamentos compulsórios, a desvalorização patrimonial, as incertezas dos valores das compensações e indenizações (BRASIL, 2007a).

O processo de implantação de hidrelétricas é formado por seis etapas: Inventário, Estudos de Viabilidade, Leilão, Projeto, Construção e Operação. Essa trajetória é demorada, em virtude de sua importância, entre elas, os estudos de viabilidade que dão origem Estudos de Impacto Ambiental (EIA) na região de influência da hidrelétrica. Os estudos de viabilidade da UHEM estão parados, pois os Gaviões conseguiram na justiça a proibição dos estudos etnoecológicos. Mesmo estando na segunda fase, já causa impactos aos atingidos em virtude das incertezas futuras.

O Site O PROGRESSONET (2017) divulgou em 2015, o presidente da Eletronorte garantiu a construção da UHEM é prioridade do governo. A garantia foi dada ao ministro da Pesca. Essa notícia tornou viva no imaginário o medo da desterritorialização adormecida. As obras não

²⁷ Por fim, já na região do Bico do Papagaio, está prevista a UHE Marabá, projetada para o rio Tocantins. [...]. Além de ser um dos maiores empreendimentos planejados para a bacia do rio Tocantins, o reservatório da UHE Marabá encontra-se em uma região com grandes extensões de remanescentes de cobertura vegetal nativa, de domínio amazônico [...]. O enchimento do reservatório da UHE Marabá ainda será responsável pelo alagamento de 1,4 km² ou 0,2 % da Terra Indígena Mãe Maria (BRASIL, 2007d, p.356).

iniciaram até o primeiro semestre de 2017, “o fantasma” da desterritorialização a sombra as comunidades pela certeza da construção da UHE Marabá!

O medo dos atingidos é que a UHEM seja construída no atual governo, pois a postura de Michel Temer é de desenvolvimento econômico. Temer assumiu a presidência da república em 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff, considerada pela direita como “legal e legítimo” e pela esquerda um “golpe contra a democracia”. Não cabe aqui, resaltar a legalidade, e sim esclarecer, a proposta de governo justificada pela reforma na previdência, terceirização de serviços essenciais, reformas na educação básica, o pagamento de mensalidades em universidades públicas, e etc. Esse pacote do “mal” deixa claro descaso social, pois ataca diretamente os direitos dos trabalhadores, conquistado com lutas. Esse fato deixa em xeque as territorialidades tradicionais em detrimento aos grandes empreendimentos do setor elétrico, construídos e justificados pelo argumento, são para o crescimento econômico do país!

O capítulo seguinte abordou a percepção da comunidade de Apinagés durante a comunicação da Hidrelétrica de Marabá. Expondo afeição dos apinagesenses ao território, sua territorialidade, identidade e o lugar. A fenomenologia proporcionou a descrição e compreensão dos sentimentos dos atingidos pela notícia da UHE, frente ao futuro deslocamento compulsório e a desreterritorialização.

3 O TERRITÓRIO E O LUGAR: A IDENTIDADE DE APINAGÉS

Os projetos hidrelétricos em operação na região norte, em especial a UHE Tucuruí desterritorializou e fragilizou a identidade de povos tradicionais em nome do “progresso”. As hidrelétricas na Amazônia continuaram a ser construídas, a exemplo de UHE Lajeado, UHE Estreito. Agora a UHE Marabá no sudeste paraense ameaça territórios, territorialidades e o lugar de comunidades tradicionais. A investigação se propôs a compreensão da percepção da comunidade de Apinages mediante categorias de análise, território, territorialidade, lugar e identidade.

O território, a territorialidade, o lugar e a identidade são categorias de análise pertinente à compreensão da expressão funcional e afetivo dos apinagesenses no espaço e tempo. A territorialidade apinagesense é ameaçada pela Usina Hidrelétrica de Marabá e a sua materialização inundará os territórios e cessará as territorialidades responsáveis pelo sentimento de pertencimento ao “lugar”. O pertencimento forjou no interior do sujeito a identidade.

A identidade, a cultura e o lugar dos povos tradicionais são desrespeitados, se fosse diferente não seriam construídas grandes hidrelétricas. A pesquisa de campo expõe a notícia como agente responsável pela sensação de “atingidos”, e construiu no imaginário a incerteza do futuro com a materialização da hidrelétrica, o que a população sabe, é que outras UHEs provocaram danos irreparáveis às comunidades ribeirinhas e pesqueiras.

Os apinagesenses marcaram o espaço, ao construírem e viverem o território mediante a territorialidade e gestou no tempo um apego ao lugar identificando-o como “Apinagesenses”. A expressão declara a ligação com o rio, e esse legado é ameaçado pela UHE Marabá. A pesquisa evidenciou que os apinagesense são atingidos pela notícia da Hidrelétrica de Marabá, os efeitos já são sentidos, percebidos e o Estado não reconhece os impactos psicológicos e afetivos como características essenciais a noção de atingidos, por causa dos impactos irreparáveis!

A pesquisa de campo mostrou a importância do território para comunidade de Apinagés, e a singularidade da territorialidade apinagesense, exercida na relação com rio Tocantins e seus afluentes. Esse relacionamento construiu a afetividade ao espaço geográfico, constituindo um “Lugar” para este povo e a possibilidade de desterritorialização pela construção da UHEM causa tristeza. A relação funcional e afetiva com rio fez deles, uma comunidade tradicional, pois o ser apinagesense é sinônimo de alguém que conhece o rio e vive dele.

3.1 O Território e a vila de Apinagés

A categoria território revelou a territorialidade exercida pela comunidade tradicional de Apinagés. A territorialidade dissemina os mecanismos construtores do território mediante as relações sociais no espaço e meios naturais: a floresta, o rio e a vazante. O conceito de território e as categorias de lugar e identidade foram responsáveis para a compreensão funcional e afetiva da área geográfica territorializada pela experiência apinagesense. O território é um conceito abordado pela geografia e leva a compreensão das relações sociais exercidas no espaço.

O conceito de território é adotado pelas ciências humanas e geográficas. Nasceu na ciência Etológica no século XIX e introduzida na geografia por Ratzel, quando a Alemanha não se constituía uma nação, e sim um aglomerado de Principados, Condados e Ducados. Ratzel advoga que, o solo é indispensável na relação com povo para o surgimento do Estado, materializando uma visão naturalista, afetiva e identitária do território (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2006) o território é espaço concreto (atributos naturais e sociais); é ocupado por grupos sociais que produzem raízes e identidades com o território. A Geografia política Ratzeliana conceitua território fundamentado na história, tradição e ideologia. A territorialidade é exercida pelo Estado-Nação de forma naturalizada - fundamentada na palavra “solo” ao invés de território. A concepção de território nasceu de uma visão positivista, vinculado ao solo (espaço vital), necessário à vida de um povo e construiu-se pela territorialização do espaço geográfico.

Conforme Raffestin (1993) o território é formado a partir do espaço, fruto da ação do homem que se apropria do espaço material e então o territorializa através do poder. “O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Raffestin (1993) acrescenta que o território material é resultado da ação do homem no espaço pelo exercício de poder e compreende o espaço geográfico como espaço natural e o território como espaço social. Na ausência da ação do homem não há território. Portanto, segundo Raffestin (1993, p.144): “O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si [...]”.

Souza (2006) corroborando com Raffestin (1993) entende o território como uma porção do espaço geográfico formado e delimitado pelo poder. O centro do conceito de

território não são os aspectos físicos, sim o que é produzido e quem fomenta a transformação, o núcleo é quem exerce o poder ou influencia-o.

Segundo Saquet (2007, p.84) a visão de Sack consoante ao território: “[...] como área controlada e delimitada por algumas autoridades, como resultado das estratégias de influência que ocorrem individualmente ou através de grupos sociais”. Nessa concepção teórica-metodológica o território é resultado da organização social e a territorialidade é ação de influenciar e controlar uma parcela do espaço geográfico.

Santos (2008) entende o território como “território usado”, onde o trabalho transforma a natureza em espaço geográfico. A criação do espaço é a transformação da natureza através do trabalho e usá-la é também alterar a natureza. “O homem produz o espaço” e “usa o território” (SANTOS, 2008).

Santos (2008) acrescenta o território é local onde homem trabalha - é base material para as “trocas materiais e espirituais”. Segundo Saquet (2007) o território é multidimensional: simbólico-cultural, histórico e em multiescalas. Essa perspectiva produz uma visão econômica, política, cultural e natural na análise nos processos des-territorialização na perspectiva material, relacional, diária, unilateral e multilateral.

Conforme Saquet (2007) o território é apreendido em sua totalidade. O autor concebe em todas as suas dimensões e criando a possibilidade de uma conceituação abrangente ao passo que outras visões de território e sempre expressa uma visão unidimensional.

Segundo Haesbaert (2005) o conceito de território estava alicerçado epistemologicamente ao positivismo e nasceu com dois sentidos, uma “material” e outro “simbólico”. Portanto, o território é inserido em relações e/ou de apropriação sociedade-espaço, expande-se para a escala de dominação político-econômica e concreta, cultural-simbólica e funcional (HAESBAERT, 2004).

Haesbaert (2004) advoga o conceito de território nasceu com dois sentidos, um material e outro simbólico. Ambas os sentidos de território são delimitados pelo poder. O território político/econômico sugere o conceito material e faz alusão a dominação. O território cultural/simbólico faz alusão apropriação - territorialização de povo em uma área geográfica delimitado pelo poder simbólico e diz respeito ao “vivido” ou valor de uso.

O território é constituído a partir do exercício de poder político, econômico e cultural dos sujeitos, grupos e instituições via territorialidade que é: “[...] aquilo que faz de qualquer território um território [...]” (SOUSA, 1995, *Apud* HAESBAERT, 2004, p. 10). Então a territorialidade é: “[...] as propriedades gerais necessárias á construção territorial- que variam,

é claro, de acordo com o conceito de território ao qual estejamos nos referindo [...]” (HAESBAERT, 2004, p.10).

O conceito de território possui inúmeras abordagens e todas apontam as relações de poder no espaço geográfico como causa de sua constituição. Este poder é político, econômico e cultural. Os sujeitos no exercício de poder, territorializam, desreterritorializam o espaço geográfico de acordo com sua vontade. O território de Apinagés foi delimitado pelo poder dos sujeitos no espaço no século XX em função dos recursos minerais e naturais, ou seja, as riquezas naturais oferecidas pelo bioma amazônico, pela formação geológica e hídrica.

O espaço é, portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, **o território se apóia no espaço, mas não é o espaço**. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p.144, grifo nosso).

O território de Apinagés é marcado por inúmeras territorialidades. No século XVIII foi territorializada pelo povo Apinajés que foram deslocados para sudeste paraense e retornaram posteriormente para o norte do Estado do Tocantins. A literatura regional evidencia a presença da família Seixas no local no início do século XX (1908) oriundo da cidade de Marabá e imprimindo sua territorialidade modificando o espaço para atender suas necessidades²⁸ (PEREIRA, 2004). Novas territorialidades foram impostas sobre o espaço geográfico em virtude da descoberta de cristal.

O território não é natural, é produzido! O território apinagesense atual surgiu nas relações de extração, comercialização e exportação de Cristal. Área geográfica foi delimitada pelo poder (econômico) e o território se materializou pelas relações de extração e comercialização de cristal. Houve migração intensa pela possibilidade de enriquecimento rápido. Em 1950 surgiu uma pequena vila nas margens do Rio Cabeça Dantas, constituídas de garimpeiros, compradores de cristais e comerciantes. Esses novos sujeitos imprimiram no espaço sua territorialidade criando um território em função do extrativismo mineral.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

²⁸ Os Seixas eram uma família tradicional e faziam parte das oligarquias que controlavam Marabá. No início do século XX, a região que hoje é o distrito de Apinagés e cidade de São Domingos do Araguaia. Eles ganharam o direito para explorar as riquezas naturais: Castanha do Brasil. Nesta localidade tinham um sítio que ficava próximo do lago de Apinagés.

A exaustão das minas de cristal em 1953 impulsionou o deslocamento de muitos habitantes, principalmente para Xambioá (TO) e para território que hoje é São Domingos do Araguaia (PA) para extração da castanha do Brasil ocasionando um processo de desterritorialização (VELHO, 2009). Os garimpeiros remanescentes se voltaram para a coleta de castanha do Brasil e principalmente a pesca de peixes e quelônios. Esse fato alterou a territorialidade, imprimindo uma nossa territorialidade no espaço geográfico, os apinagesenses passaram a territorializar a partir de relações com a floresta e o rio. Esse processo construiu a afetividade ao local.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" - "matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) - como é o caso do petróleo no atual modelo energético dominante (Haesbaert, 2007, p. 23).

É evidente o caráter funcional e simbólico do território, vinculado aos recursos naturais e aos símbolos que representam essa relação. Em Apinagés não é diferente a relação dos sujeitos com o território. Após a decadência da mineração, a relação com rio nasceu da necessidade de subsistência e essa territorialidade adquire significado afetivo na experiência no tempo. Portanto o território apinagesense é funcional e simbólico. O rio é objeto dessa necessidade física e a afetiva!

A noção de território [...] é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia [...]. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes [...] o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente [...] o território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada (QUATARI e ROLNIK, 1986, *apud* HAESBAERT, 2004, p.121).

As características funcionais do território de Apinagés são as relações estabelecidas com o rio - fonte de alimento necessária à sobrevivência. Seja o peixe para alimentação ou comercialização, a fabricação de barracas com folhas de palmeiras de babaçu no período de estiagem para turistas, o transporte de turistas as praias e a agricultura nas vazantes do Tocantins/Araguaia. As características simbólico-culturais do território são forjadas nas relações do sujeito com os recursos naturais (rio e a pesca) e o significado desses símbolos para a comunidade. A força de carga simbólica é tamanha que o território é visto como: “[...] um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (Haesbaert, 2004, p. 73).

O território de Apinagés passou por sucessivas territorialidades! O território atual surgiu a partir de 1950 em função do garimpo de cristal e se transformou pela decadência do

minério e uma nova territorialidade surgiu mediante a relação com o rio. No ano de 1961 com emancipação política de São João do Araguaia foi criado o distrito urbano de Apinagés e a sede ficou a vila de mesmo topônimo. O ato de criação estadual criou um território delimitado pelo poder político coexistente com o território tradicional de Apinagés.

A vila possui 856 pessoas residentes 231 domicílios (SJA, 2016). A vila encontra-se a cinco km de distância da confluência do rio Araguaia com o rio Tocantins. Apinagés localiza-se a 500m do rio Tocantins no período de estiagem. Sua localização é estratégica em função das cheias de inverno, pois a água fica há seis metros de distância das residências. Essa localização geográfica foi escolhida em função do garimpo de cristal.

Segundo Brasil (2007 a) o reservatório da UHE Marabá alagará algumas ruas e vias de acesso de Apinagés a São João do Araguaia e a BR-230, deixando-a inabitável. As primeiras ruas paralelas ao lago de Apinagés, no sentido leste a oeste serão inundadas, pois está na mesma cota altimétrica do reservatório (96m). Nesse jogo de poderes econômicos e políticos quem perde são as comunidades tradicionais e seus territórios historicamente construídos.

3.2 Territorialidade e identidade da comunidade tradicional de Apinagés

As expressões, territorialidade e identidade apinagesense significa modo de vida peculiar de um povo e seu território. Um povo com características forjada a partir do relacionamento com espaço e os recursos naturais. Assim o território passa existir através da ação do homem no tempo e no espaço. O homem territorializa o espaço, vivencia o território mediante a territorialidade, desterritorializa para atender a lógica política e econômica, e reterritorializa espaços. Enfim, os territórios nascem e desaparecem constantemente. À ameaça desterritorialização dá-se com a notícia da UHEM que construiu no emocional apinagesenses a sensação de “atingido”. Essa situação põe em xeque a territorialidade de Apinagés.

A territorialidade é subjetiva, e diz respeito ao viver o território por meio de significados construídos, laços e raízes estabelecidas com o “espaço vivido”. Segundo Souza (1995, *apud* Haesbaert, 2004, p.05): “[...] a territorialidade é concebida como aquilo que faz de qualquer território um território”. A territorialidade é a ação que dá sentido ao território.

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

A territorialidade é ação do homem em territorializar o espaço e viver o território cotidianamente. O sujeito territorializa o espaço geográfico ao dá sentido mediante ao trabalho empregado. Em Apinagés a territorialidade deu-se nas relações construídas entre os sujeitos e a extração de cristal, de castanha e hoje pela relação com o rio.

[...] a territorialidade é definida como um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente diferenciados, considerados distintos e exclusivos, ao menos parcialmente, por seus ocupantes ou pelos que os definem [...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade poder ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade—espaço—tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema (RAFFESTIN, 1993, p.159).

O estado do Pará é um território delimitado a partir do poder político, econômico e cultural, e no seu interior possui inúmeros territórios com suas territorialidades (indígenas, ribeirinhos, pescadores, camponeses e etc). Esses territórios e suas territorialidades são desrespeitados em nome do capital. Raffestin (1993, p.161) reforça a idéia: “Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem”. Os grandes projetos governamentais: hidrelétricas e rodovias, alteram as territorialidades tradicionais, consoante a desterritorialização, impossibilitando os sujeitos exercerem a “sua territorialidade”, diferente das territorialidades imposta pelo Estado e o capital no território.

Os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação do espaço, variam muito ao longo do tempo e dos espaços. Assim, as sociedades tradicionais conjugavam a construção material (“funcional”) do território como abrigo e base de “recursos” com uma profunda identificação que recheava o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura (Haesbaert, 2004, p. 05).

O homem territorializa o espaço e constrói neste processo uma história, uma identificação com “espaço vivido” que é a identidade. Os apinagesenses construíram sua identidade através da territorialização do espaço as margens do rio Tocantins.

A comunicação da Usina Hidrelétrica de Marabá ameaça a territorialidade e identidade em função do deslocamento compulsório previsto (BRASIL, 2007a). Essa ideia é reforçada nas palavras de Haesbaert (2004, p. 04) ao afirmar que: “[...] o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). [...] perder seu território é desaparecer”.

[...] governo federal, promove a instalação de vários “eixos de desenvolvimento”, os quais contemplam a construção de grandes obras de infraestrutura como usinas hidrelétricas, termoeletricas, hidrovias, estradas, grandes monocultivos e fábricas. Esses eixos passarão, novamente, por onde estão localizados os distintos povos

tradicionais com o potencial de **produzir graves conseqüências com respeito a seus territórios** (LITTLE, 2002, p. 20, grifo nosso).

Assim, os territórios são ameaçados constantemente pelos projetos governamentais, justificados pelo desenvolvimento econômico e social. Os territórios são importantes aos atingidos, no caso apinagesense, à possibilidade de perdê-lo em função da hidrelétrica ameaça as relações materiais e simbólicas historicamente territorializada no espaço nas relações econômicas. O entrevistado 6 descreve a história de Apinagés e as relações exercidas no espaço, a territorialidade e identificação ao território.

Conheço muito pouco, quando foi criado. A vila de Apinagé foi criada em função do garimpo de cristal em 1951, as pessoas vieram de barco porque não existiam estradas. Vieram para o antigo Apinagé, o “Apinagezinho” que ficava na beira do rio, era uma vila antes de 1952. Já era uma vila na beira do rio, então com o garimpo surgiu uma nova vila, próximo do Rio Cabeça Danta e do atual cemitério. Antes do garimpo e muito, segundo informações que agente tem, funcionava era os castanhais. Onde era a vila era um sítio do Exúpero Seixas. Aqui em Apinagé não teve aldeia de índio. Aqui existia os índios Suruí nessa região, essa área não era grande para eles percorrer, eles migravam para acampamento de pesca. No Murici Grande em 1932 morou um moço, paraense, segundo ele os índios vinham fazer a caça e pesca, não era distância para eles, aqui era “farto”. Os índios Apinajé, os Apinajé são do Tocantins; aqui em Apinagé morou a família Apinagé, se eles tinham tradição indígena eu não sei, morou o senhor Ângelo Apinagé, Joaquim Apinagé, pai do Reginal Campos Apinagé, que trouxe a origem do nome da vila. Teve índio que morou lá, por causa dos coronéis da castanha, então eles moravam lá nos castanhais, então eles entravam nos castanhais e exumavam [matavam] os índios. Acabando a castanha, os habitantes começaram a pescar para viver, aqui pode se dizer que é uma colônia de pesca, a maioria do povo só sabe pescar (Entrevistado 06, J. B. S; 06/04/2017, 61 anos, grifo do autor).

Apinagés foi marcado por diferentes territorialidades no tempo e no espaço, esse processo territorial ao longo de 67 anos foi responsável pela construção de um laço afetivo com o território. A saída de seu território é algo impensável, interrogados sobre a possibilidade de serem realocados próximo da vila, 90% dos interlocutores declararam que sim. Os 10% dos entrevistados optaram pela indenização financeira para aquisição de um imóvel na cidade de Marabá.

A probabilidade de desterritorialização causa estranhamento, pois um novo espaço há territorializar é difícil de aceitar (HAESBAERT, 2004). 90% dos entrevistados apontam a necessidade de serem reterritorializados nas proximidades da vila, na possibilidade de exercerem a sua “territorialidade”, ou seja, continuarem vivendo do rio. Um dos entrevistados expressa essa necessidade ao declarar: “O desejo de ficar perto da vila e do lago para pescar!” (Entrevistado 29, J. A. R; 13/04/2017, 55 anos). A territorialidade é um processo conhecido e afetivo, não causa estranhamento, pois é vivido no lugar (LITTLE, 2002).

É importante esclarecer esse desejo, pois a eventual reterritorialização nas proximidades da vila, não garante aos apinagesenses exercerem a “sua territorialidade”, o território será modificado pela barragem, a territorialidade não se constituirá da mesma forma. A vila será inundada, as águas do rio Tocantins serão “barradas”, essa realidade altera o meio ambiente e os “agenciamentos” territoriais (HAESBAERT, 2004). O território neste caso é ordenado por outros agentes de poder (Consórcio), que não respeita as territorialidades tradicionais em nome do crescimento econômico e algumas vezes os reterritorializa em outros espaços, como foi caso de parte dos palmatubenses atingidos pela UHE Estreito.

O lugar se transformou em local, localização, num simples endereço. As territorialidades afetivas deram espaço para as territorialidades sociais e econômicas. Estas relações de afetividades dificilmente se repetirão, pois o espaço é diferente. Não há mais a presença do rio, do barro, do coco, a terra, ou seja, estes recursos não existem em outro local e assim se torna impossível estabelecer a mesma territorialidade, pois o ambiente, a natureza, os recursos não existem e assim a organização do espaço como a rua, caminhos, galpões, casas, frutas, vegetação, barro, rio, não se situam da mesma forma. E assim novas territorialidades vão se formando, mas são em outras dialéticas. A UHE Estreito destruiu Palmatuba [...] (SIEBEN, 2012, p.113).

A territorialidade apinagesense, assim como foi a palmatubense, é vivida no cotidiano, nas relações afetivas, sociais e econômicas no território, e com as pessoas da comunidade (vizinhos e parentes). No território pela necessidade de relacionar-se com o rio, sua principal fonte de renda (peixe, quelônio, turismo e lazer); e nas relações com parentes e vizinhos no trabalho que se dá entre eles no e com o território. Essa relação é funcional (material) - fonte de renda e simbólica (cultural) - porque representa sua identidade. A territorialidade apinagesense ameaçada pela comunicação da UHE Marabá. Em Apinagés ocorreu a identificação ao território mediante as territorialidades impostas no espaço/tempo.

Amo essa região de Apinagés, tudo começou com o garimpo de diamante no rio Tocantins na década de 1940, garimpo de cristal 1950 e depois com a coleta de castanha, com isso fiz amizade com os castanheiros e acabei ficando por aqui. Fiquei aqui, fazendo roça na beirada do rio, nas vazantes no verão e pescando pra sobreviver. [...] minha família toda mora aqui, tenho filhos e netos enterrados aqui, não quero sair daqui! (Entrevistado 05, J. P. S; 06/04/2017, 88 anos).

O entrevistado expõe a dependência material ao território e aos recursos naturais e sua ligação ao lugar, assim expõe sua identidade apinagesense. Assim, o território é uma categoria capaz de evidenciar as relações do homem no “espaço vivido” funcionalmente e afetivamente. “[...] o território compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas, e de que a territorialidade [...] inerente à condição humana” (Haesbaert, 2004, p. 78).

Assim, tanto o território e a territorialidade são importantes para os sujeitos; o território de certa forma é o resultado e a territorialidade é processo em curso, pois é vivida pelos sujeitos. Então, a eminência da desterritorialização da comunidade de Apinagés ameaça a identidade, o território e a territorialidade exercida no cotidiano diariamente nas relações com o rio, na pesca, no turismo e no lazer.

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 03).

A territorialidade apinagesense é o viver a relação com rio. No acordar bem cedo, ir para lago de Apinagés com as tralhas de pesca: a rede, a tarrafa, os remos, o isopor com gelo, gasolina para reabastecer o motor, o rancho, a rabeta, saída de canoa pelo rio até o ponto ideal do cardume, colocar a rede, depois montar acampamento em uma praia próxima e pescar de tarrafa, mas sempre de olho na rede por causa do Boto (*Inia geoffrensis*) que rompe as malhas para apanhar o pescado. Após alguns dias retornam para vila com as caixas de isopor cheias de peixe. Essa realidade é comum há dezoito dos trinta entrevistados. Assim a identidade desse povo é forjada na relação com o rio.

A territorialidade é viver e experienciar o espaço. É a ação criativa de significados no tempo e espaço. Assim, os territórios possuem significados aos sujeitos que vivem as territorialidades, territorialidades essas que possuem características funcionais e afetivas, e romper essa relação causam profundos transtornos emocionais. Em Apinagés a territorialidade é ameaçada pela Hidrelétrica de Marabá!

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p. 22).

Os apinagesenses vivem uma territorialidade única e ancora-se ao rio. Eles pescam o ano inteiro, de formas diversificadas em lugares específicos do rio Tocantins - Araguaia e seus afluentes. No período de março a outubro pescam de rede, tarrafa e arrastão em rabetas, em função dos cardumes subirem o rio dos lugares de reprodução. Eles conhecem o rio, sabem os pontos característicos de cada espécie, como capturar cada uma, sabem se é bom para pescar pelas fazes da lua, pelo tempo meteorológico e pela forma da água. Sua relação com o rio é funcional e principalmente afetiva. Segundo Haesbaert (2004) isso é possível porque a territorialidade dá mais ênfase ao caráter simbólico.

Nos meses de julho complementam a renda com o turismo, fabricando barracas de madeira e folhas de babaçu, transladando os turistas para as praias e vendendo o pescado. No mês de Setembro, no período de lua cheia capturam as tartarugas e os ovos nas praias da região para o consumo e comercialização. Essa espécie é uma iguaria da culinária regional. Após esse período dedicam-se à agricultura de terra firme/vazante nas margens do rio e das ilhas. No período de Piracema recebem o Seguro-defeso²⁹, e exercem atividades diversas para assessorar a renda, a principal é pesca de anzol, a única modalidade permitida.

No período de piracema é difícil à pesca de anzol pela escassez de peixes, então muitos pescadores trabalham roçando juquirá, de servente de pedreiro, carpinteiro, leiteiro e vaqueiro. Essas atividades são de carácter intermitente, mas a pesca é perene. Alguns entrevistados referem-se à comunidade como “vila de pescadores” por acreditarem que a maioria da população são pescadores. A pesquisa de campo ratifica essa ideia pelo fato de 70% dos entrevistados declararam-se pescadores, sendo a relação com o rio contínua, funcional e afetiva.

O território e a territorialidade apinagesense encontram-se ameaçada de extinção em função da futura construção da Hidrelétrica de Marabá, esse empreendimento os deslocará compulsoriamente para a adjacência do reservatório que se formará ou para outras cidades vizinhas. O empreendimento modificará a territorialidade em função das novas relações a serem exercidas em novo espaço, com sujeitos estranhos a estes migrantes e serão forçados a construir novas territorialidades, essa imposição é dolorosa!

O deslocamento compulsório advindo da construção de usinas hidrelétricas atua sobre a população atingida com características de catástrofe natural imune à vontade dos afetados. Sob tais circunstâncias, introduz-se uma sensação de impotência frente a processos cujas causas e razões poucas vezes são compreensíveis para a população e que por ela são percebidas como arbitrarias [...]. No que concerne ao processo de reassentamento, as experiências já vivenciadas, tanto no Brasil como em outros países, demonstram que estes deslocamentos compulsórios são geradores de processos traumáticos, promovendo uma série de crises de identidades nas populações afetadas, pois as mesmas não escolheram voluntariamente essa situação. A mudança de território vêm desarticular as redes de relações sociais, que tem base na vizinhança e nos laços familiares, e que conformam um marco vital para muitas das famílias atingidas [...] (SOARES; FROËHLICH; MARQUES, 2007, p. 05).

²⁹ “O Seguro Desemprego é uma assistência financeira temporária concedida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de parceiros, que teve suas atividades paralisadas no período de defeso. O defeso está regulamentado pela Portaria n°. 46, de 27 de outubro de 2005, que permite a pesca, utilizando apenas anzol com linha de mão ou vara, caniço simples, com iscas naturais ou artificiais. É considerado como uma das regulamentações mais eficientes para evitar a extinção dos estoques pesqueiros, pois sua finalidade é coibir a pesca predatória. Consiste na ação de proteção às espécies de peixes, por meio da fiscalização da pesca no período em que acontece a piracema” (BENTES *et al*, 2014, p.172).

Na possibilidade de permanecerem nas proximidades do lago em uma reassentamento, a sua territorialidade não será a mesma, pois o rio será represado, não fluirá da mesma forma e esse fato transformará o território em ambiente desconhecido. As territorialidades mudarão, ou seja, o território se tornará estranho, ocasionando o surgimento de novos agenciamentos territoriais. A cosmografia não terá sentido no território imposto pelo Estado e capital, pois cada território possui sua territorialidade. A desterritorialização rompe os agenciamentos territoriais tradicionais, desconstruindo a ligação funcional e afetiva dos apinagesenses com rio, base de sua identidade.

O Estado considera a desterritorialização de comunidades tradicionais uma medida aceitável. A comunidade de Apinagés não compreende a lógica capitalista de obrigá-los a deixar o seu território e sua territorialidade. Se houvesse a possibilidade de escolha, não optariam pela saída e sim pela permanência no território. O entrevistado 6 questionado acerca do deslocamento compulsório em função do lago da UHE Marabá disse: “Se ficar um torrão na minha casa eu moro lá....si ficar uma ilha eu mora lá.... não se preocupe como eu vou sair...!” (J. B. S; 06/04/2017, 61 anos).

O amor ao território, o desejo de viver sua territorialidade e o medo de perder os laços afetivos de pertencimento são intensos! Se necessário submete-se as condições perigosas ocasionadas pelo reservatório, mas não abandona Apinagés. Segundo Cruz (2007) a identidade é resultada das relações sociais e afetivas construídas no tempo em determinado local, território ou lugar. A permanência em Apinagés é uma forma de resistir e preservar a identidade Apinagesense historicamente construída.

A territorialidade e a identidade são peculiares à ação do sujeito, grupo, povos no território e revelam também afetividade ao local. A identidade é como os sujeitos se veem e se revelam a outros. Os habitantes de Apinagés se veem como colônia de pescadores, em virtude da maioria da população serem pescadores e possuem uma ligação estreita com o rio. A identidade apinagesense é histórica, posicional e relacional.

Segundo Hall (2009) e Woodward (2000) a identidade é um processo histórico, a manifestação afetiva de como um povo se reconhece e se apresenta, não é fixa, imóvel e eterna. É formada e transformada continuamente nas relações e pelas formas pelas quais é representada e interpolada na territorialidade mediante a cultura vivida no espaço a qual pertençam. Cruz (2007, p. 97) acrescenta: “[...] identidade é sempre uma construção histórica dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou de um grupo”.

A identidade é histórica, atrelada às raízes, a afetividade criada com/no território e as pessoas no tempo e no espaço. Em Apinagés esse processo de criação de identificação foi construído no tempo (67 anos) e no espaço, nas relações sociais e econômicas de garimpeiros-castanheiros-pescadores que exercem atividades: vazanteiros, guia turístico, fabricante de barraca na praia, transporte de turistas e caixeiros³⁰. A sobrevivência e o júbilo ligou este povo ao rio, deste vem o sustento e os prazeres: tomar banho de rio e no verão nas praias de Apinagés. A identidade não está pronta, é processo, pois o pescador de hoje não é o mesmo pescador de outrora, mas nem assim deixou de ser pescador.

Cruz (2007) corroborando com Hall (2009) e Woodward (2000) acrescenta que as identidades não são unificadas, fixas, prontas, ou seja, acabadas, elas estão em construção mediante ação de atores, práticas e posturas que convergem e divergem nas territorialidades impostas pelos sujeitos. “As identidades estão sujeitos a uma historização radical, estando constantemente em processo e mudança” (CRUZ, 2007, p. 97). Assim entende-se que os Apinagesenses de hoje, não são os mesmos de ontem, mas continuam a ser apinagesenses, mas com técnicas de pesca “modernas”. A globalização é um fenômeno que descaracteriza as identidades.

A globalização fragiliza e invisibiliza a identidade Apinagesense pela quantidade de informações culturais que impõe pelos meios de comunicação. Esse processo descaracteriza a identidade porque não preserva o passado (tradição) e seus símbolos, isso não significa que esses sejam fixos e imóveis. Os jovens apinagesenses migram para Marabá em busca de trabalho, veem no ofício de pescador uma ideia de atraso e sofrimento, esta ideia é imposta pela mídia.

Segundo Giddens (1990, *Apud* HALL, 2009) os povos tradicionais idolatram o passado e os símbolos são apreciados porque contém e perpetuam a experiência dos antepassados. Os pescadores anciões de Apinagés tecem barreiras à territorialidade e identidade para não sofrerem tanta influência externa. Constantemente são impactados pelos os processos de homegenização impostos pela globalização que introduz símbolos e modelos desenvolvimentistas tornando a identidade fragilizada.

A identidade apinagesense não é fixa, é transformada nas relações, ou seja, está em constante mudança, à globalização acelera esse processo ao ponto de afetá-la. Os grandes

³⁰ O Caixeiro é o atravessador- é sujeito que compra ou contrata o peixe ao pescador antes mesmo de irem ao rio pescar. Essa função de caixeiro é vivida por pessoas de São Domingos do Araguaia ou até mesmo por pescadores de Apinagés. Eles compram o peixe no “cambo” que é uma medida que corresponde aproximadamente 2kg. Neste processo chegam a lucrar 100% fora as despesas com gelos e combustível. Esse pescado é direcionado ao mercado consumidor são-dominguense.

projetos, tal como as hidrelétricas, desterritorializam as comunidades tradicionais, impondo um ponto final nas suas territorialidades e em consequência as suas identidades.

Segundo Hall (2009) a identidade entendida como comunidade imaginada. Essa noção de identidade não nasce conosco, é formada e transformada no interior da apresentação, ou seja, assimila o significado dos signos em quando vive a territorialidade cotidianamente.

Segundo Hall (2009) povos tradicionais localizados em áreas afastadas dos centros econômicos, culturais e sociais, ao entrarem em contato com o mundo pelas mídias, são aliciados pelas imagens e informações (des) construtoras da identidade. A globalização cria no interior dessas identidades a incorporação de símbolos levando a hibridização – que são a perda das características simbólicas que dão sentidos as culturas. “[...] além das identidades hegemônicas existem outras subalternizadas, de sujeitos subalternizados no jogo de poder [...]” (CRUZ, 2007, p.101). A identidade apinagesense é subalternizada porque são ameaçadas pelos anseios dos agentes hegemônicos mediante a construção de UHEs.

Apinagés impõe sua identidade mediante a relação com território, vivendo uma territorialidade funcional e simbólica, relacionada ao rio e que ele revela e representa. As palavras “Apinageense e Piranheiros” são expressões que definem a sua identidade ligada ao rio. A primeira expressão é falada e vivida com alegria, porque revela “o seu eu”. Mas a segunda é uma palavra que representa sua relação de dependência ao rio em um sentido pejorativo. Essa expressão é usada pela população da cidade de São João do Araguaia para depreciar quem vive em Apinagés pelas características pesqueiras.

Os nascidos no município de São João do Araguaia são são-joanenses, mas os habitantes de Apinagés usam a palavra “apinageense” para adjetivar a sua identidade e revelar “o seu eu”. Essa palavra é um veículo de luta para o reconhecimento da identidade Apinagesense, orgulhosamente verbalizam na palavra “Apinageense”. Esse vocábulo define a identidade como relacional e constrativa.

[...] a identidade não é uma “coisa em si” ou “ um estado ou significado fixo” , mas uma relação, uma “posição relacional”, uma “posição-de-sujeito” construída de forma relacional e constrativa, visto que os processos de identificação e, conseqüentemente, as identidades são sempre construídas na e pela diferença e não fora dela e nenhuma identidade é auto-suficiente, auto-referenciada em sua positividade [...](CRUZ, 2007, p.98).

Os apinagesenses não se reconhecem como são-joanenses, mesmo nascendo e vivendo no município, se alto declaram “apinageenses”. Esta situação mostra a importância da noção de pertencimento, ou seja, de identidade. Quando adjetivam sua identidade na “representação” que se dá pela expressão “apinageense”. Neste caso uma identidade não

exclui a outra em função que as identidades fazem alusão a escalas geográficas diferentes, mas no meio cultural são opostas ao ponto de não se reconhecem como são-joanense porque o adjetivo não expressa como eles se reconhecem, ou seja, o seu “eu”.

Woodward (2000) afirma que a identidade é relacional. A identidade apinagesense depende, para existir de outra identidade com características divergentes da sua, no caso a são-joanense. Os munícipes são são-joanenses, contudo os habitantes de Apinagés não reconhecem a identidade da certidão de nascimento. Estes se declaram como apinageenses em relação aos nascidos na cidade de São João do Araguaia. Segundo Woodward (2000, p.09) a “identidade é, assim, marcada pela diferença”.

Segundo Woodward (2000, p. 09) “A identidade é marcado por meio simbólico [...]”; no caso dos apinagesenses é visto na cotidianidade na sua relação com território, com rio através da pesca de peixes e quelônios em períodos sazonais e territórios fluviais diferentes. Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa. “Assim, a construção da identidade é tanto simbólica quanto social” (WOODWARD, 2000, p. 10).

A identidade é construída a partir da relação com o território, e focaliza as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas, tanto entre os próprios apinagesenses e são-joanenses (referente aos nascidos na cidade e não no município) e construída pelo resgate histórico no espaço-tempo. A identidade neste caso é redescoberta no passado, ou seja, é histórica, e esse resgate é parte do processo de “construção da identidade” (WOODWARD, 2000).

[...] a identidade envolve reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário [...] na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por marcação simbólica relativamente a outras identidades [...] está vinculada também a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado com o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais. [...] O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pela qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. (WOODWARD, 2000, p.113).

A identidade é atravessada por muitas subjetividades e características que faz de um grupo diferente do outro. No caso da Vila de Apinagés que pertence a São João do Araguaia, os habitantes não se reconhecem como são-joanenses mesmo inseridos no seu território, fato justificado pela expressão de seus moradores a se autodeclararem “apinageenses”. A cultura relava as identidades apinagesense e são-joanense, mas o Estado pela divisão territorial reconhece apenas a identidade são-joanense.

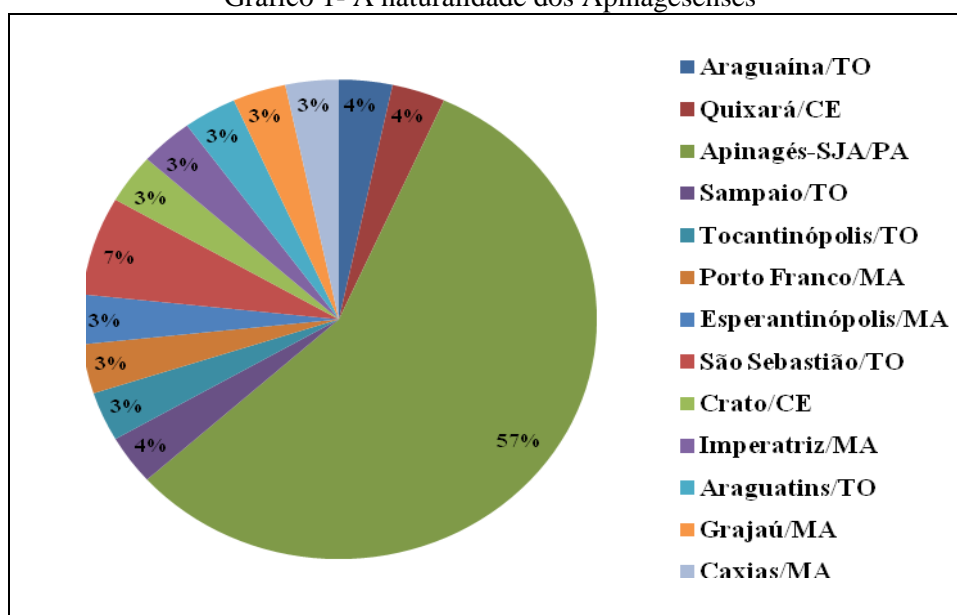
Essa noção de identidade móvel e em constante transformação é presente em todos os locais do planeta, inclusive em Apinages. Os sujeitos são atravessados por muitas “performance”, que caracteriza uma noção de pertencimento (territorial/ social e cultural); que de acordo com os autores citados é posicional, relacional e histórica. Essas três perspectivas não se excluem e sim se completam no sentido de uma visão ampla de identidade e sua importância afetiva e funcional.

A identidade do sujeito é entendida a partir de como este se vê, ou seja, como este sujeito pensa ser, tendo como referência a diferença para distinguir do outro; portanto consegue fazer através da “apresentação” de como releva sua a identidade. Assim a identidade é marcada pela história, e pela posição e a diferença, comparando a sua identidade com a do outro. É como o “eu” afirma a identidade.

O homem não nasce sujeito e sim individuo biológico, pois o sujeito é construído no seio do grupo a que pertence através do contado com os símbolos e artefatos que modelam a cultura. Ele não nasce sujeito é construído através das relações com o grupo ou em alguns casos - quando o grupo a qual pertence é atravessado por vários fatores e torna sua identidade móvel, reformulada ou em alguns casos alterada (HALL, 2009).

O conceito de identidade intrinsecamente ligado à identificação com o lugar. A identidade de maneira geral é como “eu” se reconhece de ante do outro, a identificação liga-se a “apresentação”, como outro me reconhece. O gráfico 1 deixa claro que 43% dos entrevistados não nasceram em Apinagés, mas a pesquisa de campo comprovou que 100% dos interlocutores se reconhecem “apinageenses”.

Gráfico 1- A naturalidade dos Apinagesenses



Autor: Araújo, 18/05/2017

Fonte: Dados de Campo

O gráfico 1 revelou que dezessete entrevistados nasceram em Apinagés, cinco no Maranhão, seis no Tocantins e dois no Ceará. O gráfico demonstra a naturalidade treze entrevistados residente em Apinagés que se intitulam apinagesenses em função da afetividade ao lugar. A pergunta 2 do roteiro de entrevista indagava se eles se reconheciam como apinagesenses? Todos responderam que sim e suas expressões faciais e seus olhares evidenciavam sem palavras do amor ao lugar. E ao questionar o motivo, os entrevistados três e seis descrevem:

Por quê? Aqui esta minhas raízes, eu sou “apinageense”. Há cara! O que leva realmente, exatamente é por causa da descendência do meu pai, entendeu! Então ele conseguiu colocar Apinagé no meu coração, também pelo fato de ser criado aqui, e conhecer todas as pessoas da qui, as pessoas mais antigas entendeu! E alias conhecer um pouco da historia de Apinagé. Mas o principio que me faz ser apinageense, exatamente por causa das minhas raízes (Entrevistado 3, R. R. S; 06/04/2017, 31 anos).

Sim! Porque? Eu me considero um “apinageense”, eu amo local, a vila né; foi aqui onde nasci me criei, e constitui família, então me considero um apinageense nato (Entrevistado 6, J. B. S; 07/04/2017, 61 anos).

A identidade apinagesense é marcada pela história, pelas relações estabelecidas no rio e com as pessoas na vila. Os demais interlocutores apontaram como constituinte de sua identidade, ou seja, reconhecimento como apinagesense, sua relação com o rio, o peixe, as praias e a história da vila. Em todos os casos á um elo em comum, a afetividade construída historicamente no território e nas relações estabelecidas com o rio, na pesca e no turismo.

Os apinagesenses questionados sobre os sentimentos pelo território? Declararam afeto. O entrevistado vinte e nove declarou: “Gosto muito daqui, e me considero um pedaço daqui! É amor de muito tempo” (J. A. R;13/04/2017, 55 anos). A afetividade é intensa entre o apinagesense e o território, este é enfático ao expressar seu amor. Esse sentimento revela a importância do território! É significativa identidade, forjada na relação entre os sujeitos e o espaço vivenciado, mas projetos hidrelétricos não valorizam as identidades, então as desterritorializam. Os relacionamentos são interrompidos, longe do rio, do peixe e dos sujeitos, assim a territorialidade não é vivida e em consequência a “identidade” se restringirá a memória.

3.3 O Lugar e a territorialidade: o pertencimento à Apinagés

O lugar é uma construção afetiva. O lugar é construído historicamente entre os sujeitos no/com espaço geográfico. O lugar é lar, ou seja, aconchego, ambiente experienciado e conhecido. Segundo Tuan (1983, p.151): “O espaço transforma-se em lugar à medida que

adquire definição e significado [...]”. A territorialidade e o lugar fazem referência à afetividade estabelecida com o espaço e os sujeitos mediante sua cultura. Essa relação produz símbolos e sentimentos de pertencimento a um local específico.

O território é usado. O lugar é experienciado. O espaço é percebido pela experiência direta, através da visão. O lugar é resultado de experienciação direta pelos sentidos: tato, olfato, paladar e audição. Os sentidos conduzem o ser ao contado direto com uma porção delimitada de espaço e proporciona familiaridade e afetividade (TUAN, 1983).

Lugar é uma pausa no movimento, “segurança”, “vivido”. É uma porção espacial (lar, rua, vila, cidade), pessoas e emoções, delimitadas a partir da experienciação via sentidos, que está armazenada na memória, a ser evocada a noção de lugar, os espaços, emoções e as pessoas (os códigos/palavras) assumem novas conotações simbólicas que contrapõem o seu sentido denotativo. Os novos significados foram construídos a partir da relação íntima, direta e afetiva de pessoa com o lugar [...] (TUAN, 1983, p.153).

O lugar é carregado de afetividade e significa o amor que os sujeitos constroem com o espaço vivido. O lugar é sinônimo de amor, paixão e desejo de estar perto. A possibilidade de rompimento da relação do sujeito com o lugar insufla desesperança. Ser arrancado do lugar pelos grandes projetos hidrelétricos é descaracterizante e invisibilizante em razão de suas relações com/no espaço vivido.

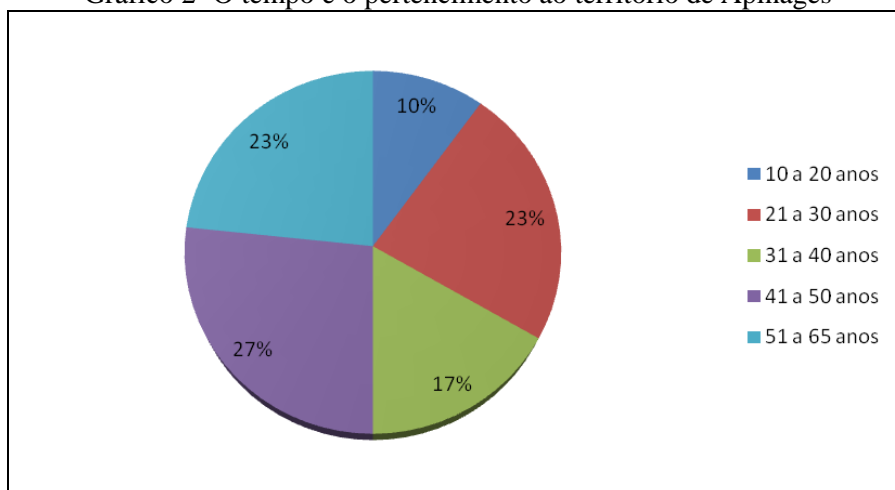
Os apinagesenses têm o espaço ribeirinho e o rio como “lugar”, lugar esse como centro de sua afetividade. Assim, o lugar é íntimo e espaço de construções afetivas, é local onde as necessidades são relevantes e ouvidas (TUAN, 1983). Os apinagesenses são atingidos pela comunicação da UHEM que caminha para a construção, ápice do processo de desreterritorialização. Etapa que os palmatubenses já foram submetidos com a comunicação, construção e operação da UHE Estreito.

Pode-se afirmar que a comunidade de Palmatuba era composta de pessoas auspiciosas. Com a informação do despejo futuro parte da população entrou em nostalgia, desde o ano de 2004 e, gradativamente foi perdendo o brilho do olhar. Por conseguinte, a comunidade entrou em processo de desterritorialização imaterial, deslocados do seu lugar naquele ano, mesmo que efetivamente continuassem a residir em Palmatuba. Este fato representou um ponto de ruptura para a comunidade. Quando muitas destas pessoas já estavam em estado peremptório, só esperando a senilidade, surge uma nova realidade que os faz entrar em estado de “banzo”. (SIEBEN, 2012, p. 121).

O sentimento de pertencimento e apego dos palmatubenses ao “lugar” é notório. Com a mesma intensidade os apinagesenses, nascidos e migrados há tempos na comunidade revelam seu amor ao lugar. O gráfico 2 expressa o tempo que os apinagesenses entrevistados residem no local. Os habitantes nascidos e os residentes há mais de 30 anos (17%), 40 anos (23%) e 50 anos (27%) em Apinagés expressaram benquerança ao lugar e demonstram

profunda tristeza na possibilidade de serem desreterritorializados nas cidades vizinhas ou nas adjacências do lago. Tuan (1983, p.3) torna evidente o valor dos lugares para os sujeitos ao declarar: “Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação”.

Gráfico 2- O tempo e o pertencimento ao território de Apinagés



Autor: Araújo, 18/05/2017

Fonte: Dados de Campo

Na pesquisa de campo mediante as interlocuções com os apinagesenses verificou-se laços profundos com o território, fato atestado pelas suas respostas. Os apinagesenses foram unânimes em afirmar que “amam Apinagés”. A palavra amor foi recorrente a todos a respostas. Durante os diálogos observou que se emocionavam ao falar de seus sentimentos em relação há Apinagés. Os seus olhos brilhavam, a voz tremia bastante ao expressar os seus sentimentos ao lugar. Se comparássemos os sentimentos dos apinagesenses ao lugar, seria conveniente assemelhar a um apaixonado ao declarar seu amor. Amor este com tanta intensidade que a possibilidade de estarem distante ocasionaria tristeza, melancolia e depressão. Os palmatubenses vivenciaram o rompimento de seu modo de vida pela construção da UHE Estreito no município de Babaçulândia na margem esquerda do rio Tocantins.

Vir para a cidade é deixar pra trás a cultura, pois se defrontam com um espaço que não ajudou a criar. Os migrantes trazem muitas lembranças que lhes são inúteis na luta cotidiana e a nova residência obriga-os a novas experiências, a reformulações. Assim há uma luta entre o tempo da ação e o tempo da memória. Novas territorialidades se constituem, tratando-se de uma relação dialética com o novo meio. (SIEBEN, 2012, p. 120).

Assim, como os palmatubenses os apinagesenses tem sua topofilia atingida pelas primeiras etapas do projeto da UHEM. O sentimento que expressam ao lugar é de amor! Na pergunta que sentimento tem com o lugar? Um dos entrevistados disse: “Amo de mais este lugar...esse Apinagé!”(Entrevista 1, M. G. G.; 06/04/2017, 36 anos). A expressão ao declarar

seu amor a Apinagés é de um homem apaixonado. Paixão construída no relacionamento com o território via territorialidade. Outro entrevistado atesta seu amor ao lugar pela sua história: “Amo porque mora aqui nesse Apinagé! E tem minha família toda aqui, filhos, netos e bisnetos...”(Entrevista 7, R. N. B.; 07/04/2017, 79 anos). Os entrevistados relevam afetividade ao lugar nas relações sociais e territoriais mediadas pela cultura vivida cotidianamente.

A topofilia é a palavra que expressa a afetividade do sujeito ao espaço vivido. O entrevistado 6 ao declarar o seu amor a Apinagés descreve bem o que representa afetivamente para sua vida: é objeto de amor e intensa paixão, é relação amorosa, em fim é visto como mãe, assim é símbolo de sentimento materno. Segundo a entrevista 6: “Sentimento que tenho hoje por Apinagé, quando eu olho Apinagé, a vontade é de abraçar Apinagé todo tempo, sentimento forte, uma ligação amorosa, sentimento de grandeza, sinceramente...sentimento de mãe...!” (J. B. S.; 07/04/2017, 61 anos).

O lugar é o espaço vivenciado cotidianamente nas práticas, nas territorialidades subjetivas, na relação com o rio no território de Apinagés. Os apinagesenses questionados se o lugar é bom para se viver? Todos responderam sim. Suas respostas faziam referência à tranquilidade, o sossego, ao peixe, o rio, a pesca, sobrevivência, abundância de alimentos ao conhecer as pessoas da vila e aos laços familiares e de amizade.

O lugar tem uma relação muito próxima com o ambiente. É no lugar que a vida se constitui, que ela ganha significados, que ela marca a vida das pessoas. No lugar há conflitos, mas estes, nas lembranças do passado fazem parte da história de vida de qualquer indivíduo. Talvez, a dimensão de lugar só ganhe sentido e se torne clara quando, infortunadamente ocorra a perda ao local de pertencimento, de significado e de identidade (SIEBEN, 2012, p. 118).

O lugar é o espaço conhecido, é fruto de uma relação direta com os recursos naturais e com as pessoas, as territorialidades impostas são conhecidas e afetivas. O lugar de acordo com as respostas representa primeiro a tranquilidade, é formada pelos tempos lentos, oposta ao ritmo da cidade, pode ser vivida afetivamente ao contrário das grandes cidades que as relações sociais não permitem a transformação desse espaço em lugar. Os desreterritorializados permanecem estranhos inicialmente, somente com o tempo constroem laços afetivos com o território, para este torna-se lugar.

Um tipo de afeição profunda, embora subconsciente, pode se formar simplesmente com a familiaridade e tranquilidade, com certeza de alimentação e segurança, com as recordações de sons e perfumes, de atividades comunais e prazeres simples acumulado através do tempo (TUAN, 1983, p.176).

A afetividade ao espaço foi construída mediante a sua relação com o rio e o peixe, sendo a fonte de renda e sobrevivência. Essa relação construiu a identidade apinagesense

marcada pela dependência ao rio. Por outro lado à afetividade ao lugar são as relações de amizade entre os apinagesenses, todos se conhecem (parentes e amigos). Assim, o lugar Apinagés é “família” e os laços afetivos entre eles e o Rio Tocantins, mediados pela territorialidade e o processo de identificação. Esse liame é afetivo e funcional ao lugar. O sentimento evidente na fala do entrevistado vinte e oito: “O Apinagé é pequeno e conheço todo o mundo! Vivo do rio e do peixe, tenho liberdade e tranquilidade!” (L. C.; 13/04/2017, 29 anos).

O processo de construção afetiva com espaço é mediado na relação com o rio. Esse se torna símbolo da representação identitária, ligação e dependência amorosa ao território (lugar). Um dos entrevistados relata esse referencial simbólico: “O rio é minha labuta, lá eu pesco, lá que garimpei diamante nesse rio Tocantins... é no rio que também trabalhei carregando gente de Imperatriz a Marabá, o rio é tudo, é minha fonte de renda” (Entrevistado 11, M. M.; 10/04/2017, 75 anos).

O rio é agente edificador de significados funcionais e afetivos. O entrevistado doze acrescenta: “Rio é mãe do povo, o rio é o peixe é a água, se tirar o peixe e o rio...acabou Apinagé!” (A. C. M.; 10/04/2017, 66 anos). A fotografia 7 elucida a sujeição do apinagesense ao rio porque exhibe a territorialidade marcada pela submissão ao rio Tocantins. A fotografia 7 mostra o pescador retornando de mais um dia de pesca com a “rabeta”, remo, tarrafa e cambos de peixes. Esses elementos da vida apinagesense são símbolos constitutivos dos sentimentos topofílicos ao lugar Apinagés.

Fotografia 7- Equipamentos de pesca e peixes: símbolos em Apinagés



Fonte: Araújo, 20/05/2017

O rio é um agente indispensável na construção da afetividade dos Apinagesenses ao lugar. A territorialidade apinagesense é a vida no rio, todos os dias. O entrevistado dezoito declara: “Se acabar com esse rio fico triste, a vida é sofredora, mas já acostumei e ficar sem o rio é perder um parente” (M. F. S.; 11/04/2017, 45 anos). O rio é fonte de renda e alimento! O rio é tão importante que a sua perda é comparada a morte de um familiar, assim o relacionamento dos apinagesenses com o rio, seria comparado à convivência humana. O que reforça esse pensamento é a ideia de outro entrevistado: “o rio é uma mãe!”. Destarte o rio fornece o que precisam e por isso se referem a ele com carinho, na qualidade de progenitora.

Há muito! Isso no meu ponto de vista é sem explicação essa grandiosidade. Na minha visão na relação a essa questão do rio... porque tem muita gente que vive da pesca né. Tu ver que tem muitas pessoas hoje que tem bisneto que foram todos criados com recursos do rio. O rio representa muita coisa...a vida aqui! Quando teve as reuniões sobre a hidrelétrica, o que mais foi questionado é que povo de Apinagé só sabe pescar! E vão viver de quer? (Entrevistado 3, R. R. S.; 06/04/2017, 31 anos).

Segundo informações obtidas mediante o roteiro de entrevista o rio é objeto de amor e fonte de alimento para os apinagesenses, a expectativa de ficarem afastados do “Rio Tocantins” é objeto de tristeza porque sua relação é íntima a tal ponto de declararem que sabem tão somente pescar da forma como o rio se mostra. Os apinagesenses questionados a respeito do significado do lugar, o rio e o peixe. Eles responderam, o lugar representa amor, o rio é tudo - fornecedor de alimento e o peixe é sinônimo de sobrevivência.

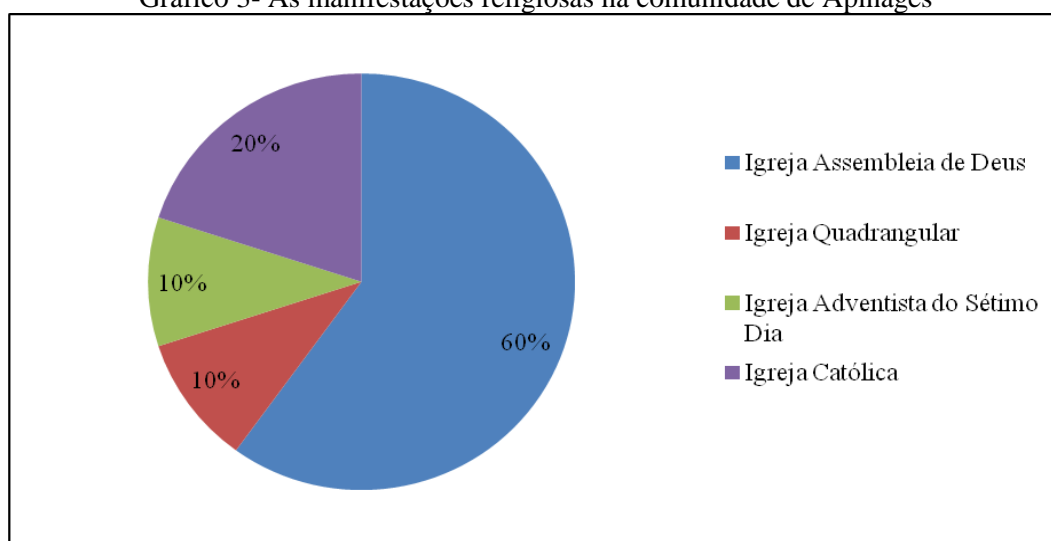
As informações ouvidas durante as interlocuções apontam o relacionamento com espaço entreposto pelas relações no/com o rio. Essa ligação é vital a sobrevivência dos apinagesenses. A futura construção da UHE Marabá extinguirá familiaridade ao território e em consequência o lugar - objeto de amor não existirá por meio das práticas cotidianas e se restringirá ao imaginário e memória dos apinagesenses.

A noção de lugar é construída nas relações culturais no espaço. A territorialidade é vivida cotidianamente e a religião Cristã é um desses meios, pois manifesta em Apinagés através do catolicismo, protestantismo tradicional e pentecostal, um modo de vida específico, ou seja, a partir do que Santos (2009) chama “rugosidades” que são forjadas ali mediante os processos de experiência do território. As relações religiosas vividas pelos fieis da Igreja Assembleia de Deus e Igreja Quadrangular é exercida pela fé através dos cultos semanais e grandes Congressos e Encontros, onde concentram um número expressivo de pessoas de todo município. Assim a fé cristã é uma expressão cultural que corrobora para o amor ao lugar (Gráfico 3).

Em Apinagés há um processo de desterritorialização religiosa. Mesmo assim é notório em Apinagés que os remanescentes da fé Católica vivem suas territorialidades mediante as missas dominicais e festas, entre elas: do Divino do Espírito Santo, Nossa Senhora de Fátima (Padroeiro da Vila) e Ciro de Nazaré. Estes movimentos arrebatam muitas pessoas do município e região de Marabá.

A Igreja Adventista conta com um número pequeno em detrimento ao outras denominações cristãs, mas marca o lugar Apinagés com sua territorialidade. Esses movimentos religiosos são promotores do apego ao lugar porque o viver a cultura no local promove afetividade.

Gráfico 3- As manifestações religiosas na comunidade de Apinagés



Autor: Araújo, 18/05/2017

Fonte: Dados de Campo

Além das manifestações festivas religiosas há festas populares dos Pais e Mães. Essas festas elegem todos os anos o Pai e a Mãe do Ano em virtude disso há uma grande rivalidade entre os concorrentes e provoca expectativa para quem será o vitorioso. Na escolha, a vila pára e as pessoas se deslocam para os clubes de Mães e Pais. As festas enraízam os apinagesense ao lugar.

Há três anos a comunidade comemora o aniversário de fundação de Apinagés. Após longas conversas entre associados da AMA e um ancião apaixonado pela história local, relatou que a data das primeiras migrações para Apinagés foi em 29 de Abril do ano de 1950. Assim, a mesa diretora da AMA determinou essa data como marco de fundação da vila que completou 67 anos neste ano. No dia festivo é feita uma cavalgada com saída da sede do município até comunidade e à noite são realizadas festas dançantes. Contudo, neste dia festivo falta valorização da história de ocupação e fundação, pois a valorização da historia é um dos aspectos fundamentais da identidade e da afetividade ao lugar.

Na comunidade também era realizada a festa do peixe no mês de julho na praia de Apinagés com a realização de corridas de rabetas e de barcos, campeonato de pesca, e a venda de artesanato e de peixe frito. A festa do peixe para os interlocutores era a mais importante comemoração apinagesense porque materializa e revela a identidade e afetividade pelo rio responsável pela sobrevivência desse povo.

O lugar é oposto ao espaço. Segundo Tuan (1983, p. 03): “O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar com o lar. O que é lar? E a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria”. O lugar é uma porção do espaço delimitado nas relações funcionais e afetivas. Segundo TUAN (1983, p.6): “Espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”.

[...] Se bem que leva tempo para sentir afeição por um lugar, a qualidade e a intensidade da experiência é mais importante do que simples duração. [...] Estar arraigado em um lugar é uma experiência diferente da de ter e cultivar um “sentido de lugar” [...]. O esforço para evocar um sentimento pelo lugar e pelo passado frequentemente é deliberado e consciente [...] (TUAN, 1983, p.220).

A noção de lugar é construída historicamente no espaço mediante a territorialidade imposta. Segundo Tuan (2012, p.19) a ligação amorosa a um determinado local é: “Topofilia³¹ é o elo efetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. A topofilia é termo que expressa ligação afetiva dos sujeitos ao lugar. O contado cotidianamente ao longo de muitos anos no território o transforma em lugar porque as pessoas se apegam a essa porção do espaço físico, “vivido” todos os dias através das relações sociais entre as pessoas e as territorialidades impostas no território. Esse apego ao lugar é evidente a todos os sujeitos.

O apego à terra do pequeno agricultor camponês é profundo, conhecem a natureza porque ganham a vida com ela. Os trabalhadores franceses, quando seus corpos doem de cansaço, dizem que “seus ofícios formam parte deles”. Para o trabalhador rural, natureza forma parte deles- e a beleza, com substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica. Esse sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada dessa intimidade física, de dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança (TUAN, 2012, p. 141).

Assim como os trabalhadores rurais franceses, os apinagesenses vivem relações cotidianas que estabelecem laços afetivos ao lugar - pescam diariamente, esse trabalho traz fadiga e cansaço, mas essa relação também traz apego ao lugar. O trabalho no rio traz marcas nas mãos e cicatrizes no corpo. As marcas são sinais de uma relação de amor e ódio,

³¹ “A palavra “topofilia” é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material” (TUAN, 2012, p.136).

sobrevivência e desgaste físico, mas é agente responsável pela construção afetiva ao local. A topofilia está na relação do pescador e o rio e a ruptura dessa relação causa profunda tristeza.

[...] uma pessoa no transcurso do tempo investe parte de sua vida emocional em seu lar e, além dele, ser despejado pela casa e do bairro é ser despida de um invólucro, que devido a sua familiaridade protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. Assim [...] algumas pessoas- especialmente idosos - relutam em abandonar seu velho bairro por outro com casas novas (TUAN, 2012, p. 144).

É notória a saída forçada de seu lugar, pode ser um bairro, vila, rua, lar, um espaço vivido é uma ruptura no seu modo de vida. No caso dos apinagesenses que vivem como atingidos pela notícia de implantação da UHE Marabá. A topofilia apinagesense foi construída nas relações sociais estabelecidas entre eles no lugar. O cotidiano apinagesense é ato de tecer as redes, tarrafas, a fabricação de canos, e remos e enfim o rio e a pescaria, tudo isso acontece no espaço vivido. “Em qualquer lugar onde haja seres humanos, haverá o *lar* de alguém – com todo o significado afetivo da palavra” (TUAN, 2012, p. 162).

[...] a topofilia soa falsa quando é manifestada em um grande território. Parece que a topofilia necessita um tamanho compacto reduzido às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos. Além disso, uma pessoa se identifica mais facilmente com uma área se ela parece ser uma unidade natural (TUAN, 2012, p.147).

A topofilia é a afetividade a uma porção do espaço vivido e não em grande área, pois o lugar nasce mediante a experiencição dos sujeitos no território conhecido e amado. Nem sempre essa relação é de amor, é também de cansaço, fadiga e até de ódio. Segundo Tuan (2012, p. 165): “[...] e se elas suportam esse modo de viver, não é tanto pela recompensa econômica, senão pelas satisfações obtidas desse estilo de vida ancestral e tradicional”.

O estilo de vida de um povo é a soma de suas atividades econômicas, sociais e ultraterrenas. Tais atividades geram padrões espaciais, requerem formas arquitetônicas e ambientais materiais que, por sua vez, depois de terminados, influenciam o padrão das atividades. [...] As forças econômicas e sociais contribuem de forma extraordinária na definição de estilos de vida, mas, ao contrario dos impulsos idealísticos, carecem de autoconsciência (TUAN, 2012, p.241).

O estilo de vida é a meio como os sujeitos vivem mediante as peculiaridades dos trabalhos exercidos de acordo com os trabalhos empregados e o meio ambiente. “[...] territorialidade depende de quem está influenciando e controlando quem, e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo” (Haesbaert, 2004, p. 86). Segundo Raffestin (1993, p.162): “A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder”.

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com os outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

O lugar é um espaço afetivo construído na relação com o meio e a territorialidade que é ação sobre o espaço geográfico e território. Segundo SACK (1986, *apud* HAESBAERT, 2007, p. 22) : “A territorialidade, como um componente do poder [...] é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado”.

[...] a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* [...] a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p. 2).

A territorialidade é responsável pela construção do sentimento de topofilia. O lugar é o espaço vivido mediante as territorialidades impostas pelos sujeitos. Os apinagesenses imprimiram uma territorialidade única nesse território ao ponto deste surgir no campo afetivo como lugar.

Segundo Sieben (2012, p. 119): “[...] ocorre uma ruptura entre a concepção de território e lugar. De forma gradativa que se avança sobre a intimidade do território, estabelecendo territorialidades e cotidianos a noção de lugar começa a se manifestar”. O lugar que chamam de “Apinagé” é o seu lar, ou nas palavras de Little (2002) é sua *Homeland*. O lugar, a territorialidade, a identidade, todo esse patrimônio cultural e afetivo encontra-se “sitiado”, pois não sabem o momento da desterritorialização. A sua topofilia não tem valor diante do modelo capitalista que impera em nosso país, pois não respeita as rugosidades tradicionais impostas pelo modo de vida apinagesense.

3.4 A comunidade de Apinagés: a relação com o ambiente e os bens naturais

Os povos da Amazônia possuem uma relação historicamente construída com os recursos naturais. Essa relação construiu uma identidade arraigada com os bens naturais³². Os povos da Amazônia viram seus territórios ameaçados no período dos governos militares pela

³² O conceito de bens naturais comuns compreende os elementos do meio físico que são necessários para sustentar a vida, que são a terra, a água, o ar e as espécies da fauna e da flora, cuja variedade denomina-se biodiversidade. (BRASIL, 2015, p. 1).

política de desenvolvimento econômico pautada na exploração dos recursos naturais e minerais pelas empresas nacionais e internacionais. A exploração capitalista da Amazônia foi responsável para fragilização de cultura tradicional historicamente construída (OLIVEIRA, 1988). “[...] os planos governamentais dos governos militares foram construídos na lógica da internacionalização dos recursos minerais da Amazônia [...]” (OLIVEIRA, 1988, p. 96).

Segundo Porto-Gonçalves (2005) a exploração dos recursos naturais mediante internacionalização da Amazônia criou uma “geografia da violência” principalmente nas áreas onde novo modelo de desenvolvimento foi implantado pelas construções de grandes estradas, hidrelétricas e empresas de exploração mineral. O estado do Pará foi impactado pela construção da Rodovia Transamazônica, Estrada de Ferro Carajás, Companhia Vale do Rio Doce e a Hidrelétrica de Tucuruí. Esses projetos governamentais foram responsáveis pela desterritorialização de inúmeros povos tradicionais e esse fenômeno evidencia o projeto capitalista do Estado que não respeita os territórios, identidade e o lugar afetivamente construído pelos povos tradicionais.

O Estado brasileiro construiu uma política econômica impactante para as culturas tradicionais existentes no interior do país. Os grandes projetos idealizados para Amazônia são vistos pelas comunidades tradicionais como desterritorializante. No caso das grandes hidrelétricas, o Estado criou uma ideia que o potencial hidro-energético existente nas regiões sul, sudeste, nordeste estão esgotados e por isso é preciso voltar-se os olhos para região amazônica, a “última fronteira”. Essa lógica foi construída pelas empresas de construção civil que desde o governo JK encontram-se atreladas ao governo fazendo coincidir os seus interesses ao do Estado para construção de grandes obras (PORTO-GONÇALVES, 2005).

[...] Como o primeiro grande aproveitamento energético em uma área que deverá ser a maior fonte de produção para o país, Tucuruí abriria uma nova era na Amazônia, possibilitando transferir expressivos excedentes para a região mais desenvolvidas e onde o abastecimento, por força do alto consumo, é hoje difícil (PINTO, 1982, p. 18).

A UHET foi a materialização no território amazônico de políticas estatais que não estavam preocupadas com modo de vida tradicional amazônico e sim com acumulação econômica. As comunidades tradicionais diante desse processo de desterritorialização passaram a defender seus modos de vida. Mas diante de muitas lutas os povos tradicionais conseguiram reconhecimento de seu modo de vida. O reconhecimento veio mediante aprovação da lei nº 6.040, que institui a PNPCT. O decreto é uma arma de luta pela preservação de seu modo de vida e seus territórios.

Segundo Diegues (2002) as comunidades tradicionais possuem relações específicas e particulares com o território, pois a territorialidade é intimamente relacionada com o manejo dos recursos naturais e não se volta diretamente para a geração de lucro e sim a reprodução cultural e social. As comunidades tradicionais têm aspectos culturais característicos que os diferenciam da cultura das classes dominantes.

Os povos tradicionais, em alguns casos residem em territórios distantes, criam alternativas de sobrevivência, desenvolvendo conhecimentos, construídos historicamente sobre o meio em que estão inseridos para sobreviver.

Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra (DIEQUES, 2002, p.4).

É visível nas comunidades tradicionais um modo de vida peculiar, pois estão adaptadas ao território e vivem territorialidade endêmica ao lugar, pois suas práticas cotidianas estão intimamente ligadas à relação particular homem/natureza no tempo/espaço que proporcionam há estes povos uma cultura, identidade e lugar para chamarem de “lar”. A identidade territorial dos povos tradicionais é uma afronta ao modelo capitalista imposto pelo Estado na Amazônia. Mas viver a identidade é resistir!

As comunidades tradicionais formam territórios simbólico/culturais e depois políticos definido pelo Estado. A lei nº 6.040 reconhece as comunidades com tal, no uso de seu poder delimita (área) politicamente à cultura, identidade, a territorialidade e o lugar há espaços que não corresponde o seu território vivido historicamente.

A relação com o território é fundamental para sobrevivência, pois suas atividades diárias são realizadas na interação com recursos naturais. Onde todos os dias a população exercem os trabalhos artesanais manifestando a cultura, fruto desse relacionamento. Os apinagesenses pescam, caçam, praticam agricultura e coletam o que precisam da natureza. Estas atividades são a principal fonte de alimento e renda das comunidades. Segundo Arruda (1999, p. 79) a labuta seria: “[...] uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar”.

As comunidades tradicionais possuem culturas forjadas nas relações sociais e com recursos naturais. Os povos tradicionais através de conhecimento herdado de seus antepassados a respeito do meio ambiente em consonância sua própria experiência, como o conhecimento que os pescadores possuem de locais no rio de cada espécie de peixe, fato este

que se materializam na prática, na observação das faces da lua e as estações do Ano. Segundo Diegues (1994, p.14) as comunidades tradicionais possuem: “[...] uma grande dependência dos ciclos naturais, um conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias [...]”.

A relação de dependência do homem em função a natureza não é um tipo de determinismo, mas caracteriza bem os povos tradicionais da Amazônia. A relação é base de sua identidade peculiar diferente da identidade nacional, pois a identidade destas comunidades é forjada na relação com território vivido e o meio ambiente circundante, criando uma cultura edêmica e territorial. Conforme Claval (1999, p.16): “Vê-se, então, porque (...) território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades”.

Segundo Little (2002) o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis. O conceito envolve distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, assim gerando forma de cogestão do território explorado. Para Almeida (2008, p. 38) são: “[...] sujeitos sociais construídos em consonância com suas condições específicas de existência coletiva e afirmação identitária, a saber: [...] ribeirinhos”.

O caboclo ribeirinho é, sem dúvida, o mais característico personagem amazônico. Em suas práticas estão presentes as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras. Habitando as várzeas desenvolveu todo um saber na convivência com os rios e com a floresta. A pesca é uma das atividades de seu complexo cultural [...] (PORTO GONÇALVES, 2005, p.154).

Os habitantes de Apinagés são mestiços da miscigenação de negros, brancos e índios oriundos de inúmeros estados, com culturas distintas e produziram relações peculiares no território ribeirinho. O território de Apinagés foi marcado por muitas atividades e todas elas são intimamente ligadas aos recursos naturais e minerais. Inicialmente nas décadas de 1940-50 os locais voltaram se para exploração de diamante e posteriormente de cristal (VELHO, 2009). Em seguida dedicaram-se a extrativismo da castanha do Pará, agricultura em terra firme e vazante e nas décadas de 1955 a pesca se apresentou como o único meio de sobrevivência.

A pesca é o meio que os apinagesenses vivem sua relação com o rio. Em Apinagés todos pescam, homens, mulheres e crianças. Todos são pescadores! Pescadores por lazer e

profissionais. Os pescadores profissionais tem a pesca como profissão e são formados pelos associados e não associados à Colônia de Pescadores de São João do Araguaia localizada na vila. Segundo o coordenador da colônia de pescadores a maioria da população apinagesense vive do peixe, mas nem todos os pescadores são associados como pescadores artesanais e por isso não recebem o seguro-defeso.

A identidade apinagesense é constituída na relação com o rio, essa relação é funcional e afetiva, e responsável pela formação do lugar. Segundos alguns interlocutores no período de férias escolares no mês de julho, estes pescadores levam a família para a pescaria, passam de semanas acampados em praias ou em ilhas, levam o rancho e voltam somente com as caixas repletas de peixes, isso é recorrente o mês inteiro. Nos meses de agosto a setembro levam as famílias somente nos finais de semana.

No período de estiagem aproveitam a baixa das águas do Tocantins e Araguaia para praticarem agricultura de vazante. Plantam arroz, feijão, milho, mandioca e etc. No período da colheita transportam os alimentos dessas localidades para Apinagés, e consomem e comercializam nos mercados de São Domingos do Araguaia. Os apinagesenses são pescadores-agricultores, essas alternativas servem ao propósito de sobreviverem.

As populações ribeirinhas de pescadores-agricultores-extrativistas manipulam, há vários anos, ecossistemas extremamente delicados, sem que nenhum esforço sistemático de políticas públicas tenha existido em seu apoio. Toda uma rica tradição de construção de barcos e habitações adaptadas às condições regionais vem sendo ameaçada em virtude da prioridade ao transporte rodoviária, numa região que possui a maior bacia hidrográfica do mundo [...] (PORTO GONÇALVES, 2005, p. 156).

Essas relações no espaço formam uma paisagem peculiar e materializa no território a noção de pertencimento, que fazem desta uma comunidade formada por pessoas de *habitus* tradicionais: pescadores artesanais, agricultores de vazantes e ribeirinhos. A pesca exercida pela comunidade é uma cosmografia importante na construção da territorialidade. Segundo Diegues (2000), o território fornece às populações tradicionais os meios para subsistência, os meios de trabalho e produção, bem como os meios de produzir os aspectos materiais das reações sociais, principalmente os que compõem a estrutura determinada, expressa nas relações de parentesco, de uma sociedade.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de *território* que pode ser definido como uma porção da natureza e o espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direito estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (DIEGUES, 2000, p. 49, grifo do autor).

O seu modo de vida tradicional é ameaçado pela notícia dos estudos do Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá que barrará as águas do rio Tocantins. Essa notícia levou os apinagesenses a sentirem-se atingidos por esse empreendimento. UHE Marabá provocou incertezas pelo fato de saberem que a vila será submergida pelas águas do reservatório e impossibilitando de viverem suas territorialidades.

Segundo Vainer (2003) os atingidos por barragens têm seus direitos sociais, culturais e econômicos “barrados” e necessitam de compensações financeiras que restitua os prejuízos financeiros, pois os emocionais e culturais não há indenização que compense a perda. Para terem seus direitos reconhecidos é preciso uma longa trajetória de lutas, confrontos e conflitos entre os atingidos e o consórcio responsável pelo empreendimento da UHE Marabá e do grupo Camargo & Correa e Eletronorte.

3.5 A Produção econômica e renda na comunidade de Apinagés

A produção econômica das comunidades tradicionais é ligada aos recursos naturais. Esse modelo econômico dos “povos da floresta” é o oposto ao idealizado pelo Estado para Amazônia. Segundo Oliveira (1988) e Porto-Gonçalves (2005) o modelo de desenvolvimento do governo brasileiro no período militar fez alusão ao desenvolvimento econômico e não respeitou as territorialidades amazônicas, pois este modelo de crescimento destruiu e continua a destruir o modo de vida das comunidades tradicionais pelas grandes obras que devastam, alagam as florestas e alteram os regimes hídricos a qual esses povos estão familiarizados.

Conforme Little (2002) o modelo econômico capitalista do Estado brasileiro imposto ao território confronta ao invés de aceitar as territorialidades tradicionais, suas cosmografias, oriundas da relação historicamente vivenciada no meio. Assim, não permite a coexistência dessas práticas, sua implantação e operação erradica o modo de vida tradicional.

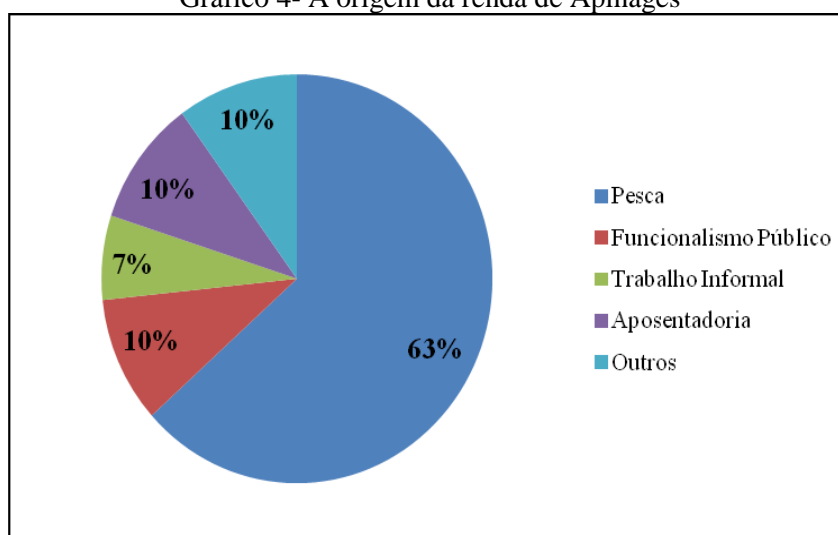
Segundo Pinto (2002) os projetos hidrelétricos são desfavoráveis ao modo de vida amazônico, porque constrói uma ideologia alicerçada na “monocultura das águas” que barra literalmente o modo de vida tradicional de pescadores e ribeirinhos. A UHE Marabá será construída na microrregião de Marabá e objetiva a geração de energia, mas impactará mais de 40 mil pessoas, entre elas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, indígenas, trabalhadores rurais e seus modos de vida (ALMEIDA *et al.*, 2010).

De acordo com Sieben (2012) o impacto da construção de hidrelétricas no modo de vida tradicional porque interrompe as territorialidades em consequência fragiliza as identidades e destrói o “lugar”. Segundo Vainer (2003) as hidrelétricas expõem os sujeitos

“atingidos” ao estado de vulnerabilidade em virtude do deslocamento compulsório. O seu modo de vida, cultura, suas relações sociais e ambientais são mutiladas e por fim indenizadas por meios de terras, casas e dinheiro. Mas as compensações financeiras não mitigam as perdas imateriais estabelecidas no lugar.

A economia apinagesense é baseada na pesca artesanal, funcionalismo público e trabalho informal: comércio, agricultura de vazante, turismo no verão. A pesquisa de campo revelou que todos são pescadores. Atualmente, os apinagesense exercem outros trabalhos em virtude da escassez do pescado. Os sujeitos da pesquisa (63%) que pescam para viver justificaram que não deixam a pesca, porque são apaixonados pelo ofício e segundo que sabem somente pescar, profissão herdada do pai (Gráfico 4).

Gráfico 4- A origem da renda de Apinagés



Autor: Araújo, 18/05/2017

Fonte: Dados de Campo

O gráfico 4 evidencia que 63% dos apinagesense tem sua renda principal oriunda do rio e o 37% dos interlocutores exercem outras profissões em função da escassez de peixe em Apinagés. O peixe vem da pescaria com redes, tarrafas e anzol. O peixe é a principal fonte de alimento da família apinagesense, o excedente da pesca é comercializado. Segundos os interlocutores até o ano 2000 existia muito peixe na região por que a pesca predatória era pequena (Arrastão). Atualmente, mesmo no período de abril a maio, quando os cardumes estão retornando das regiões de reprodução a quantidade de peixe é pequena pela existência de muitos arrastões na região.

Segundos os entrevistados até o final do século XX a pesca era suficiente para sustento da família. Neste período o peixe de Apinagés era comercializado em São Domingos, Marabá, Belém, Araguatins e Araguaína. O caminhão da Colônia era responsável pelas

entregas. Nos anos seguintes o pescado foi diminuindo e os pescadores se dedicaram a outras atividades para o sustento da família.

O pescado em Apinagés é encomendado ou vendido no momento que chegam à margem do rio, pois já existem apinagesenses e caixeiros esperando o peixe. O peixe é vendido por “cambo”, essa medida equivale aproximadamente uns 2 kg. Os apinagesenses se deslocam sempre à tarde para a compra do pescado na beira do rio. O cambo de peixe é comercializado a R\$ 10,00 e R\$ 15,00, somente o cambo do Tucunaré que custa R\$ 50,00 reais. Mas os apinagesenses que não pescam, pois trabalham em outros ofícios encontram dificuldade para alimentar-se de peixe e quelônios, símbolo da cultura local.

As plantações nas vazantes são colhidas nos meses de janeiro a abril. Nesses meses do ano é difícil a pesca porque o peixe migra para os locais de reprodução. Então colhem o arroz, o feijão, milho e abóbora que são utilizados para o sustento da família e o excedente é comercializado na feira de São Domingos do Araguaia localizada a 18 km de Apinagés. Esse fato revela que o mercado consumidor são-dominguense é atrativo para comercialização dos produtos agrícolas e o peixe, pois possui uma população urbana de 15.254 enquanto São João Araguaia, a população urbana de 2.586 (SILVA, 2015).

A população de Apinagés em função da escassez de peixe vive condições financeiras severas porque o pescado não gera uma receita elevada e conseguinte a renda é baixa. Como foi exposto no gráfico 4, 63% da população apinagesense tem o peixe como renda principal e atualmente a escassez do pescado, a pesca não proporciona um salário digno as famílias.

O entrevistado seis relatou que, foi pescador por 22 anos e hoje é funcionário público municipal, fiscal ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), sua tarefa é proteger o meio ambiente e conscientizar os pescadores do município da necessidade de pescar com racionalidade. Mas a pesca predatória é recorrente, principalmente por pescadores de outros municípios, ano após ano os pescadores artesanais reclamam que o peixe não chega a Apinagés. Ele foi enfático: “A dizer que 90% da pesca hoje é predatória: é rede e tarrafas com malhas pequenas (menor que 5) e arrastão” (J. B. S.; 06/04/2017, 61 anos).

É recorrente nas falas dos apinagesense atribuírem a diminuição do pescado a pesca predatória e principalmente a Hidrelétrica de Tucuruí, pois a barragem impediu o peixe de subir o rio e por isso o pescado não veio mais, somente o que estava à montante da barragem. É evidente que a hidrelétrica afetou drasticamente o ictiofauna do rio Tocantins e modo de vida do pescador ribeirinho.

[...] no “Catálogo dos Peixes Comerciais do Baixo Tocantins” que a ictiofauna dos rios Araguaia-Tocantins, antes da barragem, era representada por cerca de 300 espécies, 126 gêneros e 34 famílias, com predominância dos Characiformes,

Siluriformes e Ciclídeos [...]. Passados 20 anos, um novo inventário realizado no período 1999-2003, com identificação de 217 espécies, 13 ordens e 42 famílias (CINTRA et.al., 2013, p. 6).

O interlocutor nove compreende a realidade alarmante que é a diminuição do pescado pela pesca predatória e o lago da UHET que impossibilita o sustento das famílias. “Sou triste porque o rio não dá mais conta de manter a família...a família é grande...são 6 pessoas...trabalhando em Marabá para sustentar eles. Ganho um salário mínimo. Mas o meu desejo é de pescar.....amo pescar (F. P. R.; 09/04/2017, 39 anos). O entrevistado dez disse: “Vou no rio pescar com companheiro um mês inteiro, não pega peixe nem um....chega no final do mês né dá uns R\$ 400,00 e tem que dividir com o companheiro né, será se dá pra viver desse jeito...!” (A. R. B.; 09/04/2017, 47 anos).

Os peixes foram impossibilitados de viverem, somente algumas espécies de peixes adaptaram a nova realidade a qual o rio se apresentava, principalmente as espécies carnívoras. Assim o pescador teve acesso ao número reduzido de espécies de peixes em função da UHET.

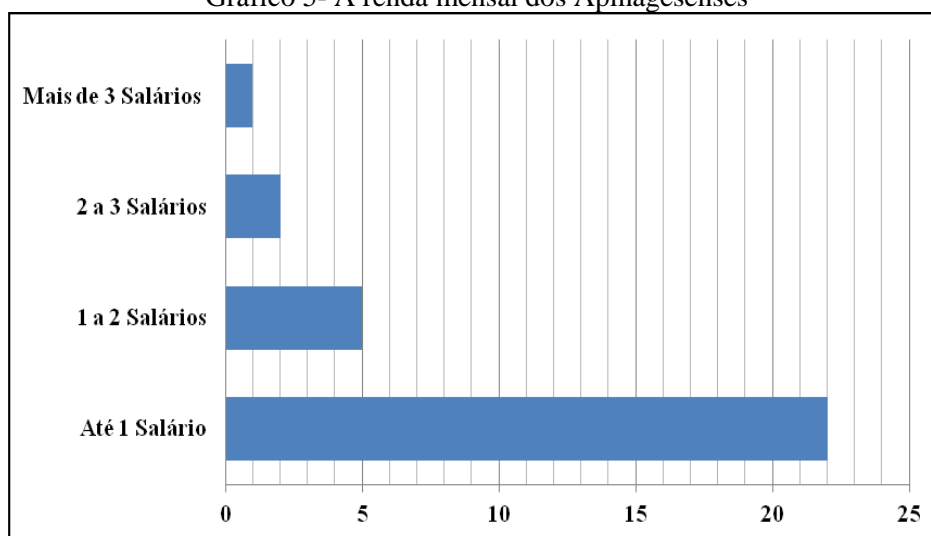
No reservatório, as principais modificações nas comunidades estiveram relacionadas ao aumento na população de peixes carnívoros (pescada-branca, peixe-cachorro, tucunaré e piranha), devido à maior oferta de alimentos (camarão e peixes menores), aumento da população de peixes planctófagos (mapará) e estabelecimento de peixes iliófagos (curimatã e jaraqui) no trecho superior a represa [...](CINTRA et. al., 2013, p. 6).

Em função da hidrelétrica e a pesca predatória, o pescador apinagesense não tem a mesma abundância de peixe. Alguns pescadores apinagesense usam técnicas predatórias de pescaria ocasionando a diminuição do peixe. Essa realidade compromete o sustento das famílias de pescadores. O entrevistado doze relatou: “As mulheres da vila até tentaram quebrar coco para tirar o azeite...mas o fazendeiro não deixou, ele cortou...matou o babaçu...! A quebra do coco ia aumentar a renda né...” (A. C. M.; 10/04/2017, 66 anos).

O gráfico 5 evidencia as dificuldades enfrentadas pelos apinagesense para sustento da família. Esse gráfico demonstra que vinte e dois interlocutores (73%) possui renda até um salário mínimo. Essa situação é consequência da escassez de pescado nas proximidades da confluência do rio Araguaia com Tocantins. Esse fato leva os pescadores apinagesenses a exercerem outras atividades para manutenção das necessidades da família e em alguns casos até abandonarem o ofício de pescador.

O gráfico 5 mostra que oito (27%) dos trinta entrevistados possuem salários que oscilam de um a mais de três. Esses interlocutores a apresentaram rendas superiores a 1 salário mínimo porque exercem outras atividades, como funcionalismo público e a prestação de serviços: comercio. Mas pesca é a principal fonte de renda da família apinagesense.

Gráfico 5- A renda mensal dos Apinagesenses



Autor: Araújo, 18/05/2017

Fonte: Dados de Campo

Os interlocutores foram unânimes ao se expressarem sobre a grandeza do ofício da pesca, mas a tristeza era recorrente pelo fato que o rio não conseguia sustentá-los em virtude da pesca predatória e barragem de Tucuruí. Diante das dificuldades enfrentadas a maioria não deseja “deixar a pescaria”. Para os apinagesense a barragem de Marabá será responsável pelo alagamento de sua vila, casas e pela impossibilidade de continuarem pescando, pois serão expulsos compulsoriamente para adjacências do lago ou para outras cidades não permitindo exercerem a pesca para sustentarem suas famílias.

Portanto a Hidrelétrica de Marabá é mais um entrave imposto aos povos da Amazônia e vem com a roupagem desenvolvimentista. Na realidade é um projeto que não respeita o modo de vida tradicional ligado aos recursos naturais, no caso de Apinagés o “rio”, sua principal fonte de renda. Hoje encontram-se “cercado”, a jusante são barrados pela UHET (há 318,7 Km) e a montante pela UHEE (há 231,6 km). Desta forma a UHEM finalizará o que esses outros projetos iniciaram, o fim de um modo de vida tradicional, a relação com o rio da forma como ele se apresenta a eles, pois este tem uma cosmografia para esta realidade.

3.6 Plano de Remanejamento e perspectivas dos atingidos pela UHEM

A construção de hidrelétrica é sinônimo de impactos socioambientais e por isso é preciso planejamento para a formulação de medidas mitigadoras, que repare, indenize e compense os atingidos. Assim é preciso um plano de remanejamento aos atingidos. No caso de Apinagés a notícia do projeto de construção da UHE Marabá produziu no pensamento a

noção de atingido e gerou a incerteza do futuro, primeiro pela indecisão da data de construção da hidrelétrica, segundo pela sua relação com o rio que compõem a sua identidade apinagesense.

A implantação da Usina Hidrelétrica³³ de Marabá foi “barrada” na segunda etapa, nos estudos de viabilidade, em especial os estudos etnoecológicos das populações indígenas, a área da Reserva Indígena Mãe Maria dos grupos indígenas Akrãtikatêjê, Parkatêjê e Kyikatêjê do povo Gavião da Montanha (SILVA, 2014).

O povo Gavião não permitiu os estudos no seu território, amparados pela Constituição Federal e PNPCT (decreto 6.040) garante acesso aos recursos naturais tradicionalmente experienciado. A postura política dos Gaviões provocou a não conclusão do EIA/RIMA, inviabilizando a continuidade, temporariamente, e por isso o IBAMA não concedeu a licença Previa (LP) e a ANEEL não aprovou a execução, impossibilitando os leilões de empresas interessadas na construção e operação o UHE Marabá. Essas informações foram divulgadas no ano de 2013 aos vereadores de Marabá pela Eletronorte.

Segundo informação divulgada por representantes da Eletronorte em Marabá (2014), as obras da Usina Hidrelétrica de Marabá deveriam ser iniciadas em 2014 ou até 2015, para cumprir o cronograma EPE que estimava o funcionamento até ano de 2021 (JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2016).

Conforme o Diário do Pará online em julho de 2015, as obras da UHE Marabá deveria ter iniciada em 2015. Essa informação veio ao público, quando o prefeito de Marabá foi a Brasília (DF) para confirmar se a hidrelétrica iniciaria suas obras naquele ano (2015), pois a prefeitura e empresários marabaense fizeram altos investimentos financeiros. O prefeito retornou a Marabá com a resposta do diretor de Planejamento da estatal, que garantiu o início da construção em 2015 (DIÁRIO DO PARÁ ONLINE, 2016) e (MAB, 2016).

Em virtude da notícia da UHEM não seria construída, foram a Brasília, o ministro da pesca, Helder Barbalho, e o deputado federal do Pará, João Chamon Neto (PMDB), e o presidente da Eletronorte garantiu que a construção da hidrelétrica de Marabá, “ainda é

³³ A construção de uma hidrelétrica perpassa por 6 etapas até sua operação. A primeira etapa é o inventário, onde são feitos os estudos da bacia hidrográfica tais como: potencial hidrelétrico e quanta energia pode ser gerada pelo movimento da água dos rios. A segunda etapa são estudos de viabilidade que são formados pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e os Estudos Etnoecológicos (estudos da população indígena) e os estudos de engenharia, se estiver certo, o IBAMA libera a Licença Previa (L.V.). A terceira etapa são os leilões, onde se candidatam as empresas interessadas em compor o consórcio construtor e operador da Hidrelétrica. A quarta etapa é o projeto, onde o consórcio vencedor detalha os programas ambientais e projeto básico de engenharia que deverá ser aprovado pela ANEEL, se estiver certo, recebe a Licença de Instalação (L.I). A quinta etapa é construção, onde de fato inicia a construção da hidrelétrica e por fim a sexta etapa a operação, onde o IBAMA libera a Licença de Operação (L.O) do empreendimento. Todas as etapas estão sujeitas aprovação da ANEEL e IBAMA (DIÁLOGO, 2010).

prioridade do governo federal”. “Segundo o Ministério de Minas e Energia, a construção da hidrelétrica de Marabá está prevista para iniciar neste ano e será concluída até 2023” (Folha do Bico, 2016), (MARABÁ, 2016). Políticos paraenses estão envolvidos na aprovação da hidrelétrica, como Ministro da Pesca, Deputados federais e Estaduais, Senadores da república, prefeitos e vereadores, pensando estes, nos benefícios financeiros, contudo esquecem que esse empreendimento traz consigo grandes impactos socioambientais.

A construção da Hidrelétrica de Marabá é prioridade ao Estado, a sua materialização atrai investimentos financeiros e implantação de grandes siderúrgicas em território amazônico. O Estado em parceria com Capital privado se utilizam de medidas obscuras para conseguirem seus objetivos. O projeto da UHEM foi barrado pela não conclusão do EIA/RIMA, pois os Gaviões da Montanha não permitiram a entrada dos técnicos seu território. No ano de 2015 a Vale suspendeu o repasse dos royalties dos impactos ambientais da Estrada de ferro Carajás na TI dos Gaviões e maquiavelicamente a Eletronorte utilizou o momento para atacar os indígenas, pressionando as lideranças a autorizarem a entrada no seu território para concluírem EIA, com a justificativa dos benefícios financeiros, os royalties da usina (CARTA CAPITAL, 2016).

Representante dos Gaviões da Montanha foi chamado a uma reunião em Belém, estavam presentes, funcionários da Eletronorte, deputados, vereadores e prefeitos. Os representantes da Eletronorte explanaram as vantagens do empreendimento a região e os políticos declararam-se a favor da construção da hidrelétrica, somente o indígena se colocou contrário a UHEM (CARTA CAPITAL, 2016). Tendo o legado político como exemplo, pode se pensar que os políticos são favoráveis a UHE porque desejam benefícios financeiros, mas não pensam nos malefícios a natureza e os povos tradicionais.

O representante da Eletronorte foi claro e afirmou que o projeto está parado pelos Gaviões da Montanha não concordarem com a hidrelétrica. Para os indígenas foi um momento de externarem o seu desejo que a hidrelétrica não seja construída pelos impactos socioambientais no seu território ancestral. Segundo o indígena, ele foi pressionado pela Eletronorte, que autorizassem os estudos em até 30 dias, ou seria feito assim mesmo. O funcionário da Eletronorte coagiu o indígena a aceitar a proposta em virtude das indenizações, “[...] recursos para o resto da vida, dinheiro perpétuo” (CARTA CAPITAL, 2016).

Os Gaviões não acreditam nas informações do EIA/RIMA elaborado pelos técnicos da Eletronorte em função que estes revelam a dimensão dos impactos na biodiversidade e marginalizam os aspectos sociais (CARTA CAPITAL, 2016). O povo Gavião já foram desterritorializados de parte de seu território ancestral pela UHE Tucuruí na década de 1980,

pois os EIA/RIMA afirmou que não seriam prejudicados, mas isso não ocorreu como foi previsto e por esse motivo não confiam nesses relatórios. Portanto projeto de construção da UHEM foi barrada pelo povo Gavião da Montanha que não permitiu a conclusão do EIA/RIMA.

A Eletronorte e a construtora Camargo & Correia não conseguiram finalizar a segunda etapa, a conclusão do EIA/RIMA, mas continuam divulgando o projeto de construção da hidrelétrica, através do Grupo Diálogo, responsável pela comunicação do empreendimento. Eles divulgavam que os atingidos serão indenizados, compensados e reparados de alguma forma. A informação tranquiliza as comunidades, mas o MAB rebate essas informações, pois os impactos socioambientais não podem ser reparados. O Grupo Diálogo mediante a cartilha intitulada “Perguntas e Respostas Sobre os Estudos da Barragem Marabá”, objetiva obscurecer o pensamento, levando eles a ideia de indenizações justas.

Segundo Diálogo (2010) com a construção Hidrelétrica de Marabá, os pescadores atingidos serão amparados por programas ambientais específicos de prevenção da continuidade da pesca, salvo a possibilidade da diminuição da ictiofauna pelo represamento. Nesse caso não será permitida a pesca, então os pescadores serão compensados com o seguro-desemprego. No lago será permitida a pesca, mas essa atividade deverá respeitar a legislação que proíbe a pesca predatória, provavelmente a diversidade de peixe diminuirá e algumas espécies tenderão a se adaptarem e outras serão extintas nesse trecho do rio. O grupo Diálogo apresenta reparações eficazes, mas outras hidrelétricas, tais como a UHEL e UHET foram responsáveis pela diminuição da ictiofauna e os pescadores não foram compensados dignamente (CASTRO; BARROS, 2015) e (BENTES et. al., 2014).

Segundo Cintra *et al* (2013) as principais modificações oriundas do reservatório de Tucuruí foram a redução da diversidades de espécies de peixe e o aumento da população de algumas espécies: pescada-branca, Peixe cachorro, Tucunaré, Piranha, Mapará, Curimatã e Jaraqui, em função do aumento da oferta de alimentos como: camarão e peixes menores no trecho superior a represa. Desse modo houve a interrupção da rota migratória e desaparecimento de algumas espécies de peixe pelo barramento de Tucuruí. Essa realidade afetou diretamente os pescadores. A UHE Marabá provocará algo similar à região de Apinagés.

Segundo o Diálogo (2010) os camponeses a serem deslocados compulsoriamente da terra e os remanescentes com terras improdutivas pelas águas da Barragem serão compensados mediante três alternativas: primeira – indenização financeira pela terra e

benfeitorias, segunda - carta de crédito para compra de uma propriedade e a terceira - reassentamento em local que ofereça condições de vida similar a anterior.

O discurso é o mesmo, de que os atingidos serão recompensados pelos danos. A história atesta que as indenizações, cartas de créditos e os reassentamentos não são capazes de reparar financeiramente e nem os danos emocionais desses empreendimentos ao psicológico dos atingidos, principalmente os idosos (SOARES; FROËHLICH; MARQUES, 2007) e (BORGES; SILVA, 2011).

A hidrelétrica de Marabá não foi construída, mas no campo das ideias, já se faz presente mediante o projeto de Aproveitamento hidrelétrico de Marabá idealizado pelo Estado e a Camargo & Correa. No imaginário da população apinagesense a hidrelétrica é real, pois se sentem atingidos pela notícia. Os apinagesense questionados em relação a notícia da construção da UHEM, vinte e nove entrevistados (97%) responderam cientes e preocupados com as possibilidades de serem obrigados a saírem de Apinagés, um entrevistado (3%) declarou: “não ouvir nada dessa barragem” (Entrevistado 12, A. C. M.; 10/04/2017, 66 anos).

Os apinagesenses obtiveram conhecimento sobre a construção da hidrelétrica e o processo de deslocamento compulsório desde o ano 2000, os anos recorrentes nas elucidações foram à ordem de 2009, 2010, 2012 e 2014. As datas mencionadas correspondem respectivamente, a reunião com o Grupo Diálogo (2009), reunião com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2010) e reuniões com Movimento de Atingidos por Barragens (2012 e 2014).

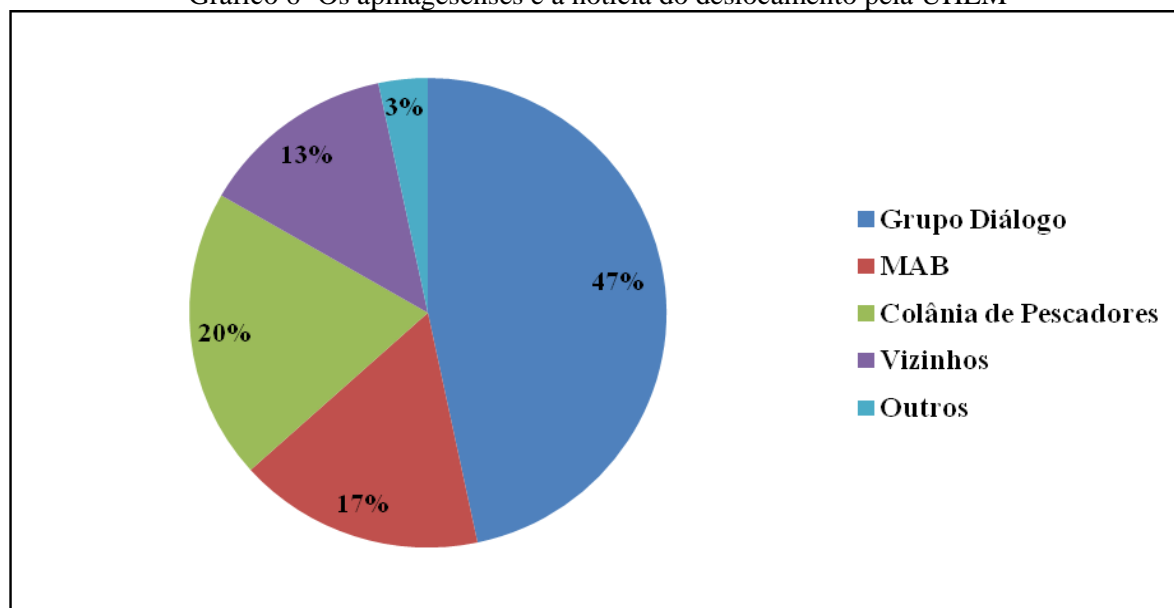
Tão somente os entrevistados cinco, seis e vinte e sete ouviram sobre UHE Marabá e o deslocamento compulsório antes do ano 2000. O entrevistado cinco disse: “Fiquei sabendo da barragem de Marabá em 1988 e fiquei sabendo também que nos vamos sair de Apinagé por causa da barragem” (J. P. S.; 06/04/2017, 88 anos). O entrevistado seis disse: “Vejo falar dela há muito tempo, o projeto dessa barragem é da época do governo militar, tem quase uns 40 anos...e esquentou do ano 2000 para cá e a saída foi o que mais rolou...foi o MAB que falou que Apinagé seria inundado” (J. B. S.; 07/04/2017, 61 anos).

Faz tempo, faz bem 30 anos atrás, em 1987. Já fizeram reunião por ai, mas nunca participei e nem gosto de falar sobre isso. Digo, aconteça o que acontecer é a vontade de Deus, se acontecer, que aconteça, mas eu não quero sair daqui. Essa barragem não vai trazer progresso pra nós, só pra eles lá mesmo, porque agente vai ter que sair daqui, outra coisa quando fizeram Tucuruí prometeram mil coisas, que iam indenizar muito bem as pessoas com muitos recursos e novas casas, mas meu filho! Tem gente que ainda hoje não recebeu nada. Tem gente que deu depressão e morreu por causa disso. E nós também vai passar por isso (Entrevistada 27, M. J. G. A.; 13/04/2017, 74 anos).

Almeida *et al* (2010), Silva (2014) e Marin e Trindade (2009) corroborando com os interlocutores explicam a UHE Marabá foi inventariada em 1981 e tomou força a partir do ano 2000. Neste momento o Estado por intermédio do setor elétrico manifestou interesse na execução da obra. A comunidade de Apinagés sentiu-se apreensiva, a interlocutora vinte sete realça a tristeza na possibilidade de construção da UHEM, tento com base a UHET e seus impactos socioambientais, a eventualidade de não serem indenizados, ficarem depressivo e falecerem.

O gráfico 6 comunica que os apinagesenses foram informados do Aproveitamento hidrelétrico de Marabá pelo Grupo Diálogo (47%), MAB (17%), Colônia de Pescadores Z-45 (20%), vizinhos (13%) e outros (3%). Os apinagesenses por meio desses organismos experienciaram a aflitiva notícia da construção da UHEM e em decorrência submergiria seu território cessando a sua territorialidade e identidade. A divulgação foi responsável pela desorganização do modo de vida apinagesense, pois não conseguem pescar “sossegados” sem pensarem nessa “barragem” e suas consequências no rio.

Gráfico 6- Os apinagesenses e a notícia do deslocamento pela UHEM



Autor: Araújo, 18/05/2017

Fonte: Dados de Campo

O gráfico 6 revela que os Apinagesenses receberam a notícia do deslocamento compulsório, máxime pelo Grupo Diálogo, empresa responsável pela comunicação da UHE Marabá na região afetada pelo empreendimento. “O Projeto diálogo foi criado para facilitar a troca de informações sobre os Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrica (AHE) Marabá [...]” (DIÁLOGO, 2010).

O grupo Diálogo foi contratada pela Eletromorte e a Camargo & Córrea para a comunicação social, mas o seu real motivo é tornar a hidrelétrica um empreendimento

aceitável e não um voraz destruidora de territorialidades e identidades como é caracterizada pelas organizações sociais, principalmente o MAB. Os apinagesenses apontaram as reuniões que houve na comunidade, o grupo Diálogo e o MAB abordaram a temática sobre o processo de negociações das indenizações, compensações e reposições de perspectivas diferentes.

É evidente para o Grupo Diálogo “atingido” pela barragem de fato é quem possui título de propriedade. O entrevistado cinco evidencia esse pensamento: “Os técnicos orientaram que é preciso ter documento para receber as indenizações, principalmente os ribeirinhos, fazendeiros, donos de lotes urbanos” (Entrevistado 5, J. P. S.; 06/04/2017, 88 anos). Observe que a noção de atingido do Grupo Diálogo é a que Vainer (2003) define como territorial-patrimonialista que reconhece como atingido somente os proprietários de terras.

Mas o MAB defende a noção de atingido a que ultrapassa aspectos fundiários e assume uma visão social, cultural e ambiental. Noção esta, defendida pela International Financial Corporation (IFC), Comissão Mundial de Barragens (CMB). Atingido é o indivíduo impactado pela comunicação, execução das obras e após a conclusão do empreendimento, no seu modo de vida, na perda de acesso aos recursos produtivos, os deslocados compulsório, os remanescentes, em fim todos os sujeitos que tem sua vida alterada, até mesmo as cidades a receberem partes destes deslocados (VAINER, 2003) e (CCDPH, 2009).

O nível de informação é médio sobre as negociações indenizatória, pois (47%) dos apinagesenses nunca ouviram falar das compensações financeiras e 53% dos entrevistados ouviram informações do processo de negociação das compensações referentes aos impactos sociais, culturais proveniente da UHE Marabá. As interlocuções revelaram que o Grupo Diálogo atestou que os atingidos serão indenizados, mas é impredicível o título de propriedade para as compensações meritórias. Essa informação aumentou o número de pedido de títulos urbana e rurais na Secretaria de Terras de São João do Araguaia (STSJA) com objetivo de maximizar os haveres indenizatórios.

O entrevistado dezoito esteve presente nas reuniões, com o Grupo Diálogo e com MAB e disse: “O Diálogo falou que é preciso ter documento para receber a indenização. O MAB esteve aqui com a gente na colônia de pescadores e disse que é bom a gente fazer uma associação para lutar pelos nossos direitos de atingido” (G. B. S.; 11/04/2017, 56 anos). Observe a contradição nas elocuições do grupo de Diálogo e o MAB. O MAB incentivou os apinagesenses a se organizarem em associação para lutarem pelos seus direitos, pois a implantação de hidrelétricas no Brasil instituiu uma população de atingidos que não foram indenizados e outrem que receberam compensações financeiras que não correspondiam aos

valores reais de seus imóveis, os seus sentimentos ao “lugar” e suas territorialidades (SIEBEN, 2012) e (SOARES; FROËHLICH; MARQUES, 2007).

Os apinagesenses questionados se UHE Marabá traria benefícios para a comunidade, 94% dos entrevistados responderam que esse empreendimento é maléfico e 6% responderam é auspicioso. Os vinte e oito entrevistados acreditam que a Hidrelétrica provoca impactos socioambientais e não tem vantagens. O entrevistado seis narrou: “ Eu acredito que traz problema, impacto ambiental e social que é o maior” (J. B. S.; 07/04/2017, 61 nos). O interlocutor dois acrescentou: “Para nós que mora aqui não, mas para os empresários porque essa energia esta toda vendida” (J. P. S.; 06/04/2017, 52 anos). Perceba que os apinagesenses são conscientes que a Hidrelétrica de Marabá trará danos ambientais e sociais, pois alterará o curso do rio Tocantins, o território e o seu modo de vida.

A maioria do pessoal só sabe fazer aquilo que Apinagé colocou todo a vida na mente deles, a questão da pescaria né! Aquela vida ali, no meu ponto de vista, acima da media, vai esculhambar com Apinagé, essa é a palavra; vai mais prejudicar do que vai trazer progresso (Entrevistado 3, R. R. S.; 06/04/2017, 31 anos).

Esse novo empreendimento hidrelétrico será responsável pela mudança do modo de vida apinagesense, o entrevistado treze expressou: “Vai trazer destruição, acabar com o ponto turístico, as praias e os peixes” (Entrevistado 13, G. C. M.; 10/04/2017, 39 anos). Os dois interlocutores que apontaram benefícios com a construção da hidrelétrica, relaciona ao falso progresso econômico em função do aumento de vagas de emprego: “A história das construções de barragens atesta que há muito benefícios para o povo” (entrevistado 17, C. P. S.; 10/04/2017, 41 anos) e o seguinte falou: “Vai ter muito emprego para os moradores” (Entrevistado 28, L. C.; 13/04/2017, 29 anos). Veja, em virtude da falta de emprego, escassez dos recursos pesqueiros no rio Tocantins é que veem na construção da Hidrelétrica de Marabá a solução para a falta de emprego na região.

Segundo Bentes *et al.*(2014), Castro; Barros (2015) e Sieben (2012) respectivamente aludem que UHE Tucuruí, UHE de Lajeado e UHE Estreito promoveram impactos ambientais, culturais e sociais no rio Tocantins, e na região de influencia dos reservatórios e a populações tradicionais. A construção da Hidrelétrica de Marabá não será exceção, será responsável por impactos socioambientais em Apinagés e região.

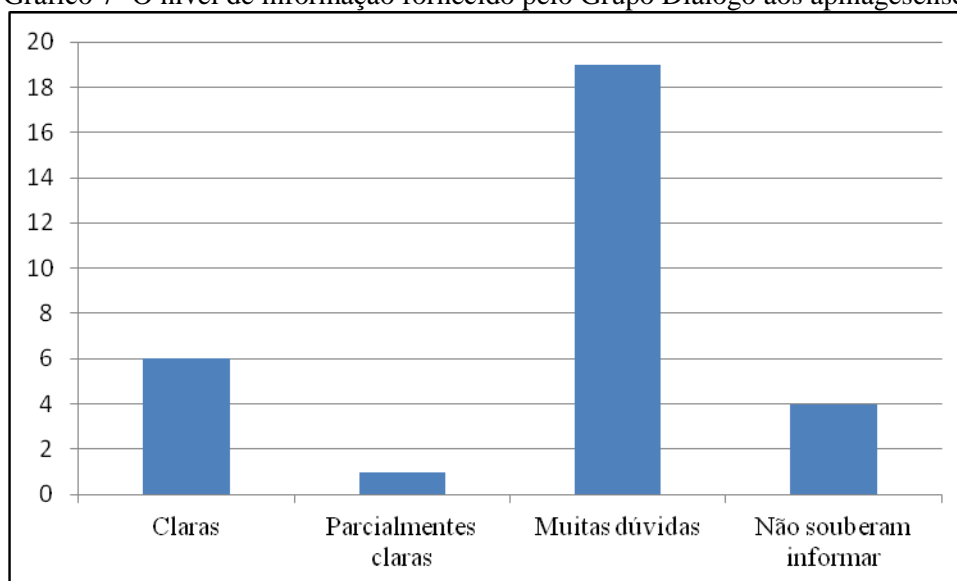
Os apinagesenses vivem no contexto da desterritorialização, por isso foram interrogados se queriam ser reassentados nas proximidades de Apinagés, 90% dos interlocutores concordaram e 10% rejeitam a possibilidade. Vinte e sete interrogados externaram o desejo de serem reassentados nas proximidades da vila, nas margens do rio ou

do reservatório em função de permanecerem pescando. O entrevistado dois expressa o seu desejo de permanecer na região: “Agente que ir para km 48...sair mesmo ninguém quer não, quando o governo quer uma coisa ele consegue!” (Entrevistado 2, J. P. S.; 06/04/2017, 52 anos). Os apinagesenses vivem do rio por isso a disposição a serem reassentados no km 48 da BR 230 a 13 km de distância de Apinagés. Esse local será próximo da margem do lago.

O rio é tudo na vida dos apinagesense, fato justificado na fala de um entrevistado: “Sou pescador e devo ficar perto do rio” (Entrevistado 10, A. R. B.; 09/04/2017, 47 anos). A palavra resistência revela o ímpeto de continuar próximo do Rio, pela dependência afetiva e funcional frente à incerteza do deslocamento compulsório para reassentamentos ou cidades. O deslocamento constrói uma realidade social incapaz de ser reparada pelas compensações, a saída de seu lugar, e estabelecer novos laços de amizade em reassentamentos e cidades, é difícil, principalmente para os mais velhos (SOARES; FROËHLICH; MARQUES, 2007).

Os apinagesenses inquiridos sobre o nível de informação fornecido pelo Grupo Diálogo sobre a construção da UHE Marabá e seus impactos ambientais, sociais e culturais na comunidade de Apinagés, seis responderam que as informações foram claras, um respondeu que era parcialmente claras, dezenove responderam que tinham muitas dúvidas e quatro não souberam informar (gráfico 7). Os interlocutores apontaram a relevância de informações sobre as indenizações. Este fato deixa claro o objetivo do grupo Diálogo, ocultar os fatos, como o empreendimento irá afetá-los, assim o fere o direito do atingido de: “[...] informação ampla, abrangente, completa e pública, em forma adequada e compreensiva a todos os interessados, como condição da participação informada e esclarecida” (CCDPH, 2009, p.27).

Gráfico 7- O nível de informação fornecido pelo Grupo Diálogo aos apinagesenses



Autor: Araújo, 18/05/2017

Fonte: Dados de Campo

Os dezenove entrevistados (64%) apontaram que possuem muitas dúvidas nas informações transmitidas pelo Grupo Diálogo. As interrogações recorrentes estão relacionadas sobre as negociações das indenizações, reassentamentos, se haverá impactos sociais e ambientais pela implantação da UHE Marabá. O interlocutor dois externa essa preocupação : “Para onde nos vai? Como será as indenizações para os proprietários de terra, casas, ribeirinhos e donos de ilhas? Essas pergunta não foi respondida!” (J. P. S.; 06/04/2017, 52 anos) e o entrevistado nove acrescenta :” Eles deixaram de falar da realidade: o que vai ganhar com isso, só fala das indenizações, deixar de falar dos impactos sociais e ambientais” (F. P. R.; 09/04/2017, 39 anos). É evidente a possibilidade de desterritorialização e pânico aos sujeitos atingidos pela noticia de construção da UHE Marabá.

Os apinagesenses revelaram cientes dos motivos que impulsiona a construção desse empreendimento, a necessidade que o capital tem de explorar os recursos naturais amazônicos: “Eles não podem falar o real motivo, que a energia foi vendida para o grande capital, nós tem que pagar a nossa energia muito cara!” (entrevistado 5, J. P. S.; 06/04/2017, 88 anos).

Já o entrevistado trinta se mostrou ingênuo diante desse fato, ao declarar: “Fiquei sem entender nas reuniões porque vão construir essa barragem aqui...e porque nós tem que sair daqui e quanto nos vai receber pra sair daqui de nossas casas” (D. Q.; 13/04/2017, 59 anos). Essa realidade é reflexo das informações incompletas transmitidas pelo grupo Diálogo, querem barrar os atingidos no processo de organização mediante as associações para lutarem pelos seus direitos (CCDPH, 2009).

Os apinagesenses têm ciência que serão compulsoriamente realocados em função da construção da UHE Marabá e questionados sobre o que seria uma compensação justa pela desterritorialização, vinte e dois entrevistados (74%) compreendem como indenização justa, as compensações financeiras e territoriais pelas perdas patrimoniais e sentimentais: propriedades rurais, casas, trabalho, recursos naturais, as relações afetivas com as pessoas e o lugar Apinagés.

Entre os vinte e dois entrevistados, houve respostas diferentes, mas todas apontaram para compensações financeiras. O entrevistado 1 disse “Que fosse avaliado o que o ribeirinho e pescador produz, a propriedade, e nos desse um salário no período que não pode pescar no lago” (M. G. G.; 06/04/2017, 36 anos). Observe a interpretação de uma indenização justa, o ressarcimento em dinheiro das propriedades alagadas, e da produção e o pagamento de um “seguro-desemprego”.

O entrevistado nove apontou como compensação financeira pela fragilização da identidade, lugar e territorialidades: “Avaliar o tempo de moradia, convivência, trabalho e o sentimento pelo lugar, por que vai custar esquecer” (F. P. R.; 09/04/2017, 39 anos). O desejo de permanecerem no território é pujante, o entrevistado 24 almeja os reassentamentos: “Em uma vila próxima do rio igual à Apinagé...!” (J. F. G. M.; 12/04/2017, 33 anos). É evidente que o medo assombra os apinagesenses em virtude de serem desterritorializados e não serem indenizados, como ocorreu com alguns atingidos pela UHET.

Mas, oito interlocutores (26%) responderam não existe indenização que compense a saída de seu território, fato justificado na fala do entrevistado trinta: “Acho que não existe indenização justa” (D. Q.; 13/04/2017, 59 anos). O entrevistado vinte e sete acrescenta: “Não compensa as indenizações porque não paga o que a gente realmente tem...o amor pela vila” (M. J. G. A.; 13/04/2017, 74 anos). Esses dois entrevistados ao se expressarem demonstraram um profundo relacionamento afetivo ao lugar em detrimento as suas territorialidades impostas ao longo de muitos anos ao território.

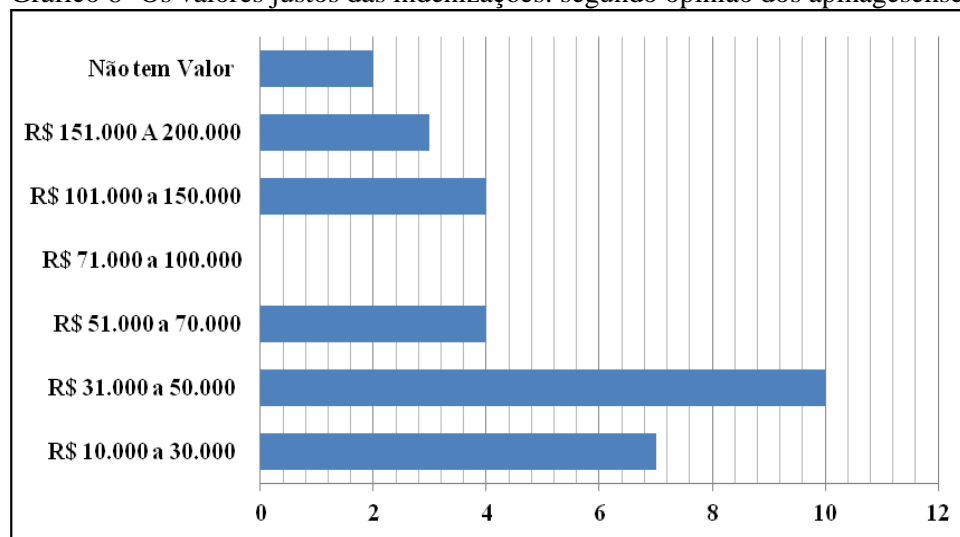
Não existe indenização justa...não existe...nunca vai ser, por que eu vou te dizer, nasci e me criei em Apinagé, dentro da vila, meus filhos foram criando aqui, isso não tem preço, podem pagar a parte física ...mais o emocional, não podem pagar!
(Entrevistado 6, J. B. S.; 07/04/2017, 61 anos).

O interlocutor seis expressa a sua opinião em relação a incapacidade reparatória que as compensações financeiras tem em detrimento aos sentimentos construídos no território. Veja, este expõe sua territorialidade, e seu pertencimento a Apinagés, ou seja, sua identidade ao lugar, a notícia da hidrelétrica de Marabá põe em “xeque” o modo de vida apinagesense, pois compensação financeira alguma poderá pagar a fragilização dos sentimentos topofílicos. O passado é posto em evidência, e a recordação dos momentos importantes, a infância, a constituição da família e a criação dos filhos em “Apinagés” e a extinção do lugar provoca tristeza, pois sua aniquilação destroça parte de sua “existência”.

Os interlocutores indagados se tivessem que mensurar os seus bens, que valor seria. O gráfico 8 descreve os valores apontados pelos apinagesenses, somente dois entrevistados não conseguiram definir valores, por que isso era impossível, os seus sentimentos não permitia. Sete entrevistados definiram a quantia de R\$ 10.000 a 30.000, dez entrevistados a quantia de R\$ 31.000 a 50.000, quatro entrevistado a quantia de R\$ 51.000 a 70.000, quatro entrevistado a quantia de R\$ 101.000 a 150.000 e três entrevistados a quantia de R\$ 151.000 a 200.000 ser suficiente para pagar os seus bens. Vinte oito interlocutores conseguiram por

valores aos seus bens materiais e sentimentais em função da máxima que a Usina Hidrelétrica de Marabá virá e serão desterritorializados.

Gráfico 8- Os valores justos das indenizações: segundo opinião dos apinagesenses



Autor: Araújo, 18/05/2017

Fonte: Dados de campo

Os interlocutores cinco e seis não conseguiram estipular valores aos seus bens materiais e imateriais. O entrevistado cinco disse: “O dinheiro não pode pagar a estabilidade e nem o sentimento que tenho com esse lugar, minha família toda morar aqui, tenho filhos e netos enterrados aqui, não quero sair daqui” (J. P. S.; 06/04/2017, 88 anos). O entrevistado seis reforça: “Não tem preço, é incalculável, o emocional não tem preço, o físico também não pode ser pago. Não coloco preço em sentimentos porque não tem preço” (J. B. S.; 07/04/2017, 61 anos). Esses interlocutores vivem em Apinagés a mais de 60 anos, possui uma história com o território, a possibilidade de extinção do “lugar”, seria um “topocídio”, a ausência de lugar, pois sua vida inteira foi em Apinagés, como não ama-lo!

O sentimento de perda é recorrente na fala dos apinagesenses. Questionados que sentimento simbolizava a saída do “lugar” Apinagés pela construção da UHE Marabá, as palavras recorrentes nas falas eram tristeza, medo, angústia e incertezas. As expressões faciais revelaram o impacto no emocional, a notícia da construção desse empreendimento, a materialização será um momento inesquecível a esses sujeitos. A entrevistada vinte e seis inquirida na possibilidade de saída de Apinagés respondeu: “É uma tristeza muito grande... a paixão pelo Apinagé é grande!” (N. B. S.; 12/04/2017, 86 anos). Os interlocutores anciões revelaram mais topofílicos que os jovens, as suas falas atestam um sentimento de pertencimento ao lugar. Os jovens manifestam paixão a Apinagés, mas demonstram a capacidade de adaptarem-se à nova realidade que se configura no sudeste paraense.

Sentimento de tristeza e angústia, quando penso e deixar minha vila para trás, fico cheio de incertezas sem saber se vou me adaptar lá. Já estou me preparando, voltei a estudar, terminei o ensino fundamental e médio e agora iniciei um curso superior, tudo isso para me adaptar a cidade (Entrevistado 24, J. F. G. M.; 12/04/2017, 33 anos).

O interlocutor vinte e quatro é um adulto de 33 anos, casado, pai de dois filhos, sustenta a família com a pesca e a comercialização de peixe na cidade de São Domingos do Araguaia. Mesmo revelando profunda tristeza, angústia e incertezas na possibilidade de deslocamento compulsório, expressa um resposta adaptativa ao empreendimento, pois retornou a escola e concluiu a educação básica e hoje cursa uma graduação em Pedagogia em instituição privada de ensino, preparando-se para o mercado de trabalho diante das incertezas futuras.

Essa atitude diante da realidade que se desenha no sudeste paraense não é de todos, pois a maioria dos entrevistados apontou que sabem somente pescar para viver e a notícia da construção da hidrelétrica de Marabá, os coloca em situação de vulnerabilidade. Por esse motivo, vinte e oito entrevistados (93%) se declaram atingidos pela notícia de construção da hidrelétrica. A esperança dos apinagesenses é todos os dias, pescarem de canoa, remando, sentindo a brisa no rosto e o perfume das águas. “A hidrelétrica aniquilou a certeza, resta somente morrer de tristeza e esperar as águas da barragem” (Entrevistado 6, J. B. S.; 07/04/2017, 61 anos).

Os apinagesenses atingidos pela notícia da Usina Hidreletrica de Marabá concluíram que a comunicação alterou seu modo de vida pela incerteza de quando esse empreendimento será construído. As informações apontavam inicialmente o ano de 2014, adiada para 2015, 2016 e atualmante para 2017 . A notícia afetou os apinagesenses, alguns não conseguem viver normalmente, pescar, plantar e realizar os sonhos. Os apinagesenses pensam na titulação de seus imóveis urbanas e rurais, ampliação das suas residências e nas benfeitorias em suas propriedades na esperança indenizações justas pelo consórcio construtor.

O Entrevistado seis, questionado sobre a sensação de Atingido, disse: “A partir que saiu o projeto da barragem e dizer que é real, tu já esta atingido, porque não deseja mais continuar a vida” (J. B. S.; 07/04/2017, 61 anos). O interlocutor resume bem a noção de atingido, pois no momento do diálogo da construção de uma hidrelétrica já se tem a preocupação de deslocamento compulsório e as alterações na dinâmica das relações sociais das populações.

O interlocutor seis, se constitui a atingido pela comunicação da UHE Marabá por que gerou incerteza e isso impede a materialização de seus sonhos no território: “Não vou

construir pra quer se a barragem vem ai...não posso investir aqui! Pois a barragem vem ai, o investimento que a vila tem parou...!” (Entrevistado 2, J. P. S.; 06/04/2017, 52 anos). Mas o entrevistado vinte e nove sente-se atingido, mas não “barrou” sua vida pela notícia do empreendimento: “Mexeu como o meu psicológico, isso mexe com muita gente, mas é preciso continuar vivendo a nossa vida, não pode parar de viver por causa dessa barragem” (J. A. R.; 13/04/2017, 55 anos).

O entrevistado oito demonstra a importância de Apinagés ao sentir-se atingido e a possibilidade de deslocamento causa: “Tristeza e lembrança, só saio daqui para de baixo do pé de Macaúba”(P. R .B.; 09/04/2017, 48 anos). Essa expressão faz referência ao cemitério, logo este sairá de Apinagés somente morto! A expressão simboliza a dimensão dos impactos de uma barragem aos sentimentos de afetividade vividos pela territorialidade no lugar constitutivos da identidade e a saída forçada é a morte física e emocional.

Finalizando esta seção, os entrevistados se referem à Apinagés como lugar. Este conceito foi naturalmente experienciado pelos apinagesenses é ameaçado pela construção da Usina Hidrelétrica de Marabá. Nas falas dos interlocutores é recorrente a topofilia a Apinagés e a tristeza na possibilidade de deixarem o seu território contra a sua vontade. As hidrelétricas alteram o modo de vida de comunidades tradicionais há anos no Brasil e os 67 anos de história construídos no território, a identidade e lugar Apinagés estão ameaçados a se restringirem somente a memória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O legado das hidrelétricas no Brasil foi a materialização de grandes barramentos, desterritorializações, impactos socioambientais e topocídios a comunidades tradicionais e suas cosmografias. As hidrelétricas formaram uma população de atingidos, despejados de seus territórios, amputados de suas territorialidades e privados do objeto de seu amor, o “lugar”. A história ressoa, o governo continua optando pela geração de energia hidráulica que mutila as territorialidades tradicionais em nome do desenvolvimento econômico.

As hidrelétricas construídas no rio Tocantins, UHE Tucuruí, UHE Lajeado, UHE Estreito e outras foram responsáveis pela desreterritorialização de inúmeros povos tradicionais e alterações irreparáveis ao meio ambiente. As pesquisas científicas desenvolvidas se detêm a investigação no período após a reterritorialização na fase de operação das hidrelétricas, mas poucos estudos analisam o momento de informação dos projetos hidrelétricos, responsáveis pela construção do estado de atingidos.

O Estado e capital no Pará planejam construir oito novas UHEs, sete no rio Tapajós conhecida como “Complexo do Tapajós” e uma no rio Tocantins, UHE Marabá. Estas hidrelétricas serão responsáveis pela monocultura das águas que alterará o modo de vida das comunidades tradicionais. As hidrelétricas construídas e as projetadas servem para subsidiar a indústria, e principalmente as siderúrgicas. A UHE Marabá nascerá com esse objetivo, de atender a demanda por energia das siderúrgicas localizadas no Pará e Maranhão.

Diante dessa realidade que se desenha no estado do Pará, a construção de novas hidrelétricas, discutiu-se a compreensão da percepção da comunidade de Apinagés, localizada no município de São João do Araguaia no estado do Pará. Esta comunidade se encontra na perspectiva da desterritorialização e desconstrução da identidade pela comunicação da Hidrelétrica de Marabá no período de 2010 a 2017.

A UHE Marabá atingirá mais de 40 mil pessoas nos onze municípios em três estados (TO, PA e MA), incluindo povos tradicionais, rurais e bairros urbanos. O reservatório inundará mais de 110 mil hectares de terra férteis, impossibilitando a agricultura. O consórcio responsável pela construção da hidrelétrica, até o momento, é composto pela construtora Camargo & Correa e a fornecedora de energia, Eletronorte.

A previsão do início das obras para a construção da hidrelétrica foi o ano de 2014. Ressalta-se que as obras não iniciaram pela falta do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e o envolvimento da construtora Camargo & Correia em escândalos de corrupção. Quanto ao EIA/RIMA, falta o componente etnoecológico, diante

dos impactos da hidrelétrica em territórios indígenas dos Gaviões da Montanha, que lutam por seus direitos. Conforme as lideranças políticas regionais, as obras serão iniciadas no ano de 2019.

O objetivo da pesquisa foi investigação da relação conflituosa entre o consórcio construtor formado pela Eletronorte e a Camargo & Corrêa para construção da UHEM e os atingidos de Apinagés. A metodologia alicerçou-se na fenomenologia e dialética. Para alcançar os objetivos, aplicaram-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação e o roteiro de entrevista no processo de aproximação aos sujeitos da pesquisa, bem como fotografias, análise dos dados e informações.

O roteiro de entrevista com 35 perguntas foi aplicado a trinta sujeitos que correspondiam a 13% do universo amostral de 231 domicílios da população de 856 habitantes no mês de abril de 2017. Determinou-se a amostra a *priori*, porque a pesquisa é de ordem quali-quantitativa e exigência do Comitê de Ética da Pesquisa com Seres Humanos (CEP).

O estudo desenvolvido na comunidade de Apinagés foi a investigação de um momento singular na vida dos apinagesenses, o período de diálogo da UHEM, pois neste intervalo de tempo, já experienciam a estupefação de serem atingidos pela expectativa do deslocamento compulsório. A pesquisa revelou a percepção dos apinagesense diante da futura materialização dos impactos socioambientais da hidrelétrica de Marabá em seu território.

Na interpretação desse momento da vida desses sujeitos diante da informação da construção da UHEM, utilizou-se da categoria território, territorialidade, lugar e identidade. Esses conceitos explicaram as relações funcionais e afetivas dos apinagesenses no espaço. O conceito de território oportunizou interpretação da territorialidade exercida no espaço responsável pelo nascimento do território apinagesense. Entendeu-se que a territorialidade apinagesense é resultante da necessidade de sobrevivência, na coleta da castanha do Brasil, na pesca e agricultura de vazante, estas são práticas constitutivas do território.

A territorialidade vivida nos 67 anos de existência de Apinagés construiu uma dependência funcional e afetiva ao território. Viver o território é se relacionar com o rio, o ser “apinagesense” é sinônimo de ser “pescador” ou “piranheiro”. Assim, o apinagesense se reconhece como parte do rio. A UHE Marabá apresenta ruptura no modo de vida da comunidade tradicional de Apinagés.

A pesquisa expôs que a territorialidade apinagesense é o viver o que o rio oferece. A identidade apinagesense se revela na territorialidade. Dos entrevistados, 43% não são naturais de Apinagés, mas todos se reconhecem apinagesenses. A palavra “Apinagesense” é uma expressão que define a identidade ligada ao rio. A expressão é falada e vivida com alegria,

porque revela “o seu eu”. O processo de construção afetiva ao local é mediado na relação com o rio e o peixe. Esses se tornam símbolos da representação identitária, ligação e dependência amorosa ao lugar.

Os apinagesenses são pescadores e sua economia é baseada na pesca artesanal. Dos sujeitos da pesquisa, 63% vivem da pesca, profissão herdada dos pais e 37% exercem diferentes atividades pela escassez do pescado. O peixe é a principal fonte de alimento da família apinagesense. A falta de peixe levou 73% dos interlocutores a viverem com a renda mensal inferior a um salário mínimo e 27% instituíram a pesca como fonte de renda secundária. Os apinagesenses foram unânimes ao expressar a grandeza de ser pescador e a tristeza porque o rio não consegue sustentá-los em virtude das hidrelétricas e a pesca predatória. Mesmo diante das dificuldades não querem afastar-se do rio.

Neste momento de comunicação do projeto de construção da UHEM, apenas 47% dos entrevistados obtiveram informações sobre o deslocamento compulsório pelo Grupo Diálogo. A equipe de comunicação, Diálogo, prestadora de serviço para o empreendedor foi e continua sendo responsável pela divulgação sobre os benefícios e o progresso supostos com a construção da hidrelétrica.

As informações desconhecidas, incertezas e receios sobre o empreendimento desestabilizaram o modo de vida apinagesense, pois não conseguem pescar sem pensar na “barragem” e seus efeitos. Analisando o nível de informação fornecido pelo Grupo Diálogo sobre a hidrelétrica e seus impactos socioambientais em Apinagés, notou-se que 64% dos apinagesenses possuem dúvidas sobre as indenizações, reparações, reassentamentos e o deslocamento compulsório.

O medo de não serem indenizados pelo consórcio da UHE Marabá, levou 94% dos entrevistados a definirem valores aos seus bens materiais e sentimentais, pois algumas comunidades que viviam do rio Tocantins em Tucuruí jamais foram ressarcidas em função da construção da UHEM. Dos interlocutores, 94% definiram valores variando entre R\$ 30.000,00 a R\$ 200.000,00 como justos nas indenizações de seus bens materiais e 6% não conseguiram mensurar, por considerar imoral a perda da sua territorialidade, afirmando que a identidade não tem preço! Os entrevistados vivem em Apinagés a mais de 60 anos, possuem uma história com o território, a possibilidade de extinção é um topocídio.

As interlocuções dos entrevistados na pesquisa de campo em Apinagés reforça a noção de atingido por barragem defendida pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Mundial de Barragens (CMB) e Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Estes afirmam que no período de comunicação da construção das

hidrelétricas, os povos a serem impactados já constroem em seu psicológico a noção de atingido na possibilidade de serem desterritorializados. Os apinagesenses já vivenciam a sensação de insegurança que o termo atingido carrega pela informação da construção da barragem de Marabá.

Os apinagesenses a partir do ano de 2009 souberam da construção da UHEM e sentiram a preocupação dos impactos socioambientais em sua comunidade. A tristeza desde então tomou o coração dos apinagesenses, gerando medo, melancolia, incertezas e inércia. Em alguns casos, a tal ponto de deixarem de viver, por isso não constroem, não plantam e pensam logo no deslocamento compulsório. Outros apinagesenses constroem e plantam árvores frutíferas pensando nas indenizações. É unânime na comunidade a fobia pela possibilidade de serem “barrados” do direito ao rio e a pesca.

O período de informação da construção das hidrelétricas gerou inúmeros impactos no psicológico apinagesense. A construção e a operação da UHEM causarão efeitos maiores na população desalojada, pois há exemplos dos desterritorializados pelas UHET, UHEL e UHEE que sentem tristeza por não viverem sua territorialidade e saudade do “lugar”.

As informações obtidas pela pesquisa de campo mostrou a singularidade da cultura apinagesense, construída nas relações sociais e ambientais no sudeste paraense, ameaçada pela UHE Marabá. A situação de atingidos dos apinagesenses possibilita a discussão acerca dos impactos socioambientais iniciados no período de informação de UHEM e propicia o questionamento das políticas energéticas voltadas para a construção de hidrelétricas.

O momento que os apinagesense vivem é vital para organização, pois já se reconhecem como atingidos pelo projeto de construção da UHE Marabá. Os apinagesenses possuem a alternativa de se associarem, pois é uma ferramenta de luta e representação nas reivindicações de atingidos por barragens.

Na fase de construção do empreendimento, a associação possui a força necessária para opor-se aos mecanismos sórdidos utilizados pelos empreendedores para desestruturar os atingidos, aceitando indenizações irrisórias. A associação permitirá o recebimento de compensações que viabilizem a vida mais segura no pós – reterritorialização, porque o foco do consórcio é desorganizar para depreciar as indenizações.

Em virtude da boa relação construída com a comunidade de Apinagés durante a pesquisa de campo é possível a aproximá-los do Movimento de Atingidos por Barragens, pois a primeira estratégia do consórcio é desacreditá-lo, em função de sua experiência, informação sobre as hidrelétricas, compensações financeiras e sobre a categoria social de atingido. Os

atingidos nesta fase de informação precisam solicitar palestras, oficinas e seminários informativos do MAB.

Os apinagesenses necessitam se articular com outros atingidos pelo empreendimento, obtendo informações sobre as etapas de construção da hidrelétrica. É importante participarem ativamente das reuniões, audiências públicas, se reconhecendo, se representando como atingidos, detentores de direitos e a terem compensações justas.

É conveniente que o desejo dos apinagesenses seja cumprido, caso a hidrelétrica de Marabá seja construída, o reassentamento nas proximidades do lago, capacitações aos pescadores para piscicultura e a continuidade de seu modo de vida ligado ao rio. A história das hidrelétricas no Brasil atesta uma população de reterritorializados sem condições adequadas para continuarem vivendo dignamente em novo local.

A pesquisa é uma ferramenta de luta, pois fortalece o pertencimento ao “lugar” e reconhece as territorialidades tradicionais dos povos amazônicos, expõem os agentes (Estado e capital) responsáveis pelas políticas energéticas e a materialização de empreendimentos energéticos nos territórios tradicionais.

A divulgação dos resultados da pesquisa em palestras, seminários, em grupos de debates e a socialização mediante a distribuição de exemplares à população de Apinages, das vilas e da cidade de São João do Araguaia possibilitará o fortalecimento de uma população esclarecida a respeito das etapas de implantação de uma hidrelétrica, dos impactos socioambientais e dos seus direitos enquanto atingidos por barragens.

Um Estado democrático de fato precisa optar por alternativas energéticas que não necessitem deslocar compulsoriamente milhares de pessoas, alterando o modo de vida dos remanescentes com a implantação de hidrelétricas que mutilam a cultura, as territorialidades e identidades historicamente vividas. O Estado desrespeita o modo de vida tradicional dos povos amazônicos com a implantação de hidrelétricas em seus territórios.

O Estado brasileiro precisa adotar políticas energéticas destinadas à ampliação das matrizes energéticas, eólica e a solar que reduz os impactos socioambientais, não desreterritorializa as comunidades tradicionais e sem despesas financeiras com indenizações. Por isso defende-se aqui, a permanência dos povos tradicionais nos seus territórios ancestrais e alternativas menos impactantes ao meio ambiente e as comunidades tradicionais.

Para finalizar, este assunto não esgotou nesta pesquisa, pois diferentes olhares e possibilidades são necessários nos estudos em outros momentos e até mesmo por demais pesquisadores, discutindo o atual modelo energético brasileiro e seus efeitos.

REFERÊNCIAS

- A batalha do Tapajós continua. **Grandes Construções**, Pará, 25 de março de 2016. Disponível em: <<http://www.grandesconstrucoes.com.br>. > Acesso em: 25 de mar. 2017.
- ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, A. W. B. et al. Boletim Informativo: **O Direito de dizer “não” à construção da Hidrelétrica de Marabá**. Ano 3, n.4 (Nov.2010) / Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus:UEA Edições / PPGAS-UFAM, 2010. Disponível em: <<http://novacartografiaoscial.com> > Acesso em: 07 jun. 2016.
- ALMEIDA, A. W. B. et al. Boletim informativo nº 3. Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: **Organização e resistência das comunidades rurais do lago e do entorno da hidrelétrica de Curuá-Una**. Ano 3, n.4 (Jul.2014) / Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus:UEA Edições / PPGAS-UFAM, 2014. Disponível em: <<http://novacartografiaoscial.com> > Acesso em: 15 ago. 2016.
- ARAÚJO, J. L. R. H; OLIVEIRA, A. **Política energética brasileira: Mudança de Rumo**. Colóquio Internacional, 5-7 de Novembro de 2013. México, 2003. p. 627-657.
- ARRUDA, R. **“Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação**. In: Ambiente & Sociedade, ano II, n 5, 1999.
- BALLOU, R. H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- BECKER, B. K. **Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 3, p. 783-790, set.-dez. 2012.
- BERGER, M. C. B. **O desenvolvimento capitalista e a política energética brasileira na Amazônia legal**. VII Jornada Internacional de políticas públicas. Cidade Universitária da UFMA. São Luis – Maranhão/Brasil. 25 a 28 de agosto de 2015.
- BENTES et al. A pesca artesanal a jusante da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 167-187, dez. 2014. Disponível: <<http://www.periodicos.ufpa.br>. > Acesso em: 29 ma. 2017.
- BICUDO, M. A. V. (Org.) **Pesquisa qualitativa segundo uma visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BORGES, R. S; SILVA, V. P. **USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL: a relação de afetividades dos atingidos com os lugares inundados pelos reservatórios**. CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista on line -ISSN 1678-634 do Instituto de Geografia UFU- Programa de Pós-graduação em Geografia Caminhos de Geografia Uberlândia v. 12, n. 40 dez/2011 p. 222 – 231. Disponível em: < <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

BRASIL. **Agência Nacional de Águas**. Aproveitamento do potencial hidráulico para geração de energia. Brasília: MME: ANA, 2005. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br>> Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. **Secretaria de Recursos Hídricos**. Caderno da Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia. Brasília: MMA, 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. **Eletronorte**. Aproveitamento Hidrelétrico Marabá: Apresentação do EIA RIMA. – UHE. S. d. 2007a.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040**, DE 7 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2007b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. **Empresa de Pesquisa Energética**. Plano Nacional de Energia 2030. Brasília: MME: EPE, 2007c. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br>> Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. **Empresa de Pesquisa Energética**. Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos na Bacia do Rio Tocantins- Relatório Final. Brasília: MME/EPE, 2007d. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br>> Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. **Ministério de Meio Ambiente/ Cidades Sustentáveis**. Bens Naturais Comuns. Brasília: MMA/CS, 2015. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br> > Acesso em: 2 Set. 2017.

BRASIL. **Empresa de Pesquisa Energética**. Projeto Hidrelétrico Belo Monte: Fatos e dados. Brasília: MME: EPE, 2011. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br>> Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL. **Empresa de Pesquisa Energética**. Plano Decenal de Expansão de Energia 2023. Brasília: MME/EPE, 2014a. Disponível em: <<http://www.epe.gov.br>> Acesso em: 29 jul. 2016.

BRASIL. **Ministério de Minas e Energia**. Gestão do Potencial Hidráulico e o Transporte Hidroviário no âmbito da ANEEL. 2014b. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>. > Acesso em: 25 mar. 2017.

CARVALHO, C. **De 23 novas hidrelétricas planejadas na Amazônia, sete serão construídas em áreas intocadas**. O Jornal o globo on line. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br> > Acesso em: 13 ago. 2016.

CASTRO, V. B.; BARROS, F. B. “**DEPOIS DA BARRAGEM TUDO MUDOU**”: o drama da pesca e dos pescadores artesanais do médio Rio Tocantins. Revista GeoAmazônia – ISSN: 2358-1778 (on line) 1980-7759 (impresso), Belém, v. 03, n. 05, p. 117 - 140, jan./jun. 2015. Disponível em: < www.geoamazonia.net/index.php/revista. > Acesso em: 15 abr. 2017.

CINTRA, I. H. A. A pesca no reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, região, Amazônia, Brasil: aspectos biológicos, sociais, econômicos e ambientais. **Acta Fish. Aquat. Res.** 1. Pg. 57-78. Novembro. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br>. > Acesso em 1 ma. 2017.

CONSTRUÇÃO de usina em Marabá vai afetar 11 municípios no Tocantins, Pará e Maranhão. **O Progresso Net**, Maranhão, 27 de maio de 2017. Disponível em: < <http://www.oprogresonet.com> > Acesso em: 27 mar. 2017.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. In: **Revista Geographia**. Ano 1 – n°2, 1999.

CRUZ, T. M.; MARTINS; J. P. A. **Os impactos do Projeto da UH de Marabá o P. A. Castanhal Araras**. II Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens. Belém (PA), UFPA, 2010.

CRUZ, V. C. Territórios, Identidades e Lutas Sociais na Amazônia. In: ARAUJO, F. G. B; HAESBAERT, R. (Org.) **Identidade E Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

DIÁLOGO. **AHE Marabá comunicação e informação**. Perguntas e Respostas Sobre os Estudos da Barragem Marabá. Marabá-PA, 2012.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

DIEGUES, A. C. S. et al. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2000.

DIEGUES, A. C. S. et al. **Povos e Águas: inventário de áreas úmidas**. 2 ed.. São Paulo: NUPAUB/USP, 2002.

DULLEY, R. D. **Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais**. A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, seção DF. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004. Disponível em: < <http://www.abes-df.org.br>. > Acesso em: 12 Set. 2017.

ELETRONORTE afirma que obras iniciam este ano. **Diário do Pará Online**, Pará, 1 de Agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br>> Acesso em: 1 agos. 2016.

ELETRONORTE diz que Usina de Marabá será construída. Araguatins, Esperantina e Ananás serão impactados. **Folha do Bico**, 1 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.folhadobico.com.br>>. Acesso em: 1 agos. 2016.

Eletronorte confirma para 2015 início das obras da hidrelétrica de Marabá. **Hiroshi Bogéa**, Pará, 1 de agosto de 2016. Disponível em: < <http://www.hiroshibogea.com.br> > Acesso em: 1 agos. 2016.

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2 ed. Revisada e ampliada- Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FEARNSIDE, P. M. **Impactos Sociais da Hidrelétrica de Tucuruí**. Manaus: Editora do INPA, 2002. Disponível em: < <http://philip.inpa.gov.br> > Acesso em: 15 agos. 2016.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras.** Manaus: Editora do INPA, 2015. Disponível em: <<http://philip.inpa.gov.br>> Acesso em: 20 agos. 2016.

FERREIRA, V. B. **As usinas hidrelétricas no Brasil: síntese histórica, impactos ambientais e aspectos econômicos e sociais.** 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos) - Instituto Mauá de Tecnologia/ São Caetano do Sul, SP. 2006.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1987.

GIL, A. C. **Pesquisa Social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, M. S; STEINBERGER, M; BARBOSA, R. P. O potencial político da categoria 'território usado'. In: STEINBERGER, M. (Org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais.** Brasília: Ler Editora, 2013. p. 65-87.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade.** Porto Alegre. 2004.

HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização á Multiterritorialidade** In: ENCONTRO DE GÓGRAFOS DA AMERICA LATINA, 2005, São Paulo, Anais. São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17, 2007b.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

HIDRELÉTRICA de Marabá: matéria especial desvela impactos. **Justiça nos Trilhos**, Pará, de 1 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.justicanostrilhos.org>> Acesso em: 1 agos. 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades.** Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 24 de nov. 2015.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> Acesso em 01 abr. 2016.

ISA (Instituto Socioambiental). **Povos Indígenas no Brasil: O povo Apinajé.** Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org>.> Acesso em: 20 nov. 2015.

ISA (Instituto Socioambiental). **Povos Indígenas no Brasil: O Aikewara.** Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org>.> Acesso em 10 abr. 2017.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LASAT (Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins). **Projeção da Área Atingida pela UHE-Marabá**. Marabá. 2009.

LITTLE, P. **“Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”**. *Série Antropologia* n°. 322. Brasília: Departamento de Antropologia. 2002.

KONDER, L. **O que é dialética**. 25ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.

MAB (Movimento de Atingidos por Barragens). **Água e energia não são mercadorias**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>> Acesso em: 07 out. 2016.

MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **Usina de Marabá: perigo que se aproxima**. Marabá, 2016. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>> Acesso em 1 agos. 2016.

MARIN, R. E. A; TRINDADE, J. S. B. Wakymãhã Mekto Kônbito - Nxàkaka: Projeto da Hidrelétrica de Marabá – Pará. In: ALMEIDA, A. W. B. (org.) **Conflitos Sociais no "Complexo Madeira"**. UEA Edições Manaus, 2009.p. 292. p. 270-292.

MALHEIRO, B. C. **Tocantins**. 11 de fevereiro de 2010.

MARABÁ (Câmara Municipal de Marabá). **Miguelito avisa que Hidrelétrica de Marabá só sai a partir de setembro de 2016**. Disponível em: <<http://www.maraba.pa.leg.br>> Acesso em: 1 agos. 2016.

MELLO, N. A. A Ação Territorial Pública e as frentes Pioneiras. In:____. **Políticas Territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 21-57.

MOURA, L. S. M. **Caracterização físico-química e reológica de farinhas mistas instantâneas de arroz, milho e feijão por extrusão termoplástica**. Seropédica-RJ, 2012. Dissertação (mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para ~~de~~ entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papyrus, 1988.

PANORAMIO. **Imagem do Encontro das águas do Rio Tocantins e Araguaia**. Disponível em: <<http://static.panoramio.com/photos>> Acesso em: 28 nov. 2016.

PARÁ. Secretária de Estado de Integração Regional. **Atlas de Integração Regional do Pará**. Belém, PA. 2014. p. 47.

PARÁ. Secretária de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal: São João do Araguaia**. Belém, PA: SEIR, 2010. p. 347.

PESSÔA, L. S; RAMIRES, J. C. L. Amostragem em pesquisa qualitativa: subsídios para a pesquisa geográfica. In: MARFON, G. J. et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. P. 118-134.

PEREIRA, J. N. **São João do Araguaia, sua história sua gente**. Marabá: Gráfica, 2004.

PINTO, G. J. **Do sonho à realidade: Córrego Fundo – MG, fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte**. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia). IG-UFU, Uberlândia, 2003.

PINTO, L. F. **Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo?** Belém: Edição Jornal Pessoa, 2002. 124 p.

PIB (Povos indígenas no Brasil). **Apinajé: Histórico do Contado**. Disponível em: <<http://www.pid.socioambiental.org>. > Acesso em: 24 nov. 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RAFFESTIN, C. O território e o poder. In:_____. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-222.

SAHLINS, M. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SADALA, M. L. A. **A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida: uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau-Ponty**. In: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2., 2004, Bauru. Anais... Bauru: Universidade do Sagrado Coração de Jesus e Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativa, 2004. 1 cd-rom. Disponível em: <<http://www.sepq.org.br>> Acesso em: 24 nov. 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4º Ed.: Edusp. São Paulo, 2009. Pg. 89-110.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, T. et al. **Belo Monte: Impactos Sociais, Ambientais, Econômicos e Políticos. Tendências** Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas. Universidad de Nariño Vol. XIII. No. 2 - 2do. Semestre 2012, Julio – Diciembre – ps. 214-227. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja>> Acesso em: 15 agos. 2016

SJA (SÃO JOÃO DO ARAGUAIA). Secretaria Municipal de Saúde. Departamento de endemias. **Reconhecimento Geográfico de Localidades - 2015**. São João do Araguaia/PA, 2016.p.01.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 4º Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SIEBEN, A; CLEPS JUNIOR, J. Entrevista: instrumento de pesquisa no estudo da comunidade de Palmatuba (Babaçulândia/TO). In: MARAFON, G. J. [et AL.] (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: edUERF, 2013.

SIEBEN, A. **Estado e política energética: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. Programa de pós-graduação em Geografia, 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

SILVA, C. B. **A Comunicação da Usina Hidrelétrica de Marabá traduzindo uma situação social de conflito: reflexões a partir de um território ribeirinho do sudeste paraense**, 2014. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá: UNIFESSPA, 2014.

SILVA, L. O. **Atores na construção de um território: uma análise dos perfis dos assentados do projeto de assentamento (PA) Paulo Fonteles (Cuxiú) em São Domingos do Araguaia-Pará**, 2014. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá: UNIFESSPA, 2015.

SOARES, J. J. **Orientações para elaboração do projeto de pesquisa**. Disponível em: <<http://www.jjsoares.com>> Acesso em: 3 nov. 2010.

SOARES, N. B; FROËHLICH, J. M; MARQUES, M. M. S. **A identidade água abaixo - os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF) – RS**. In. XLV CONGRESSO DA SOBER "Conhecimentos para Agricultura do Futuro" da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.Sober.org.br>> Acesso em: 17 jun. 2017.

SOUZA, M. J. L. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Iná E. ; GOMES, Paulo C. C; CORRÊA R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p. 77-116.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. UFP. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, n°3, jan./jun. de 2008. p. 59-83.

TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. In: _____. **Tratado da metodologia da pesquisa clínica-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.p. 351-368.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel,1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**, (Tradução de Livia de Oliveira) Londrina: Eduel, 2012.

USINAS do Tapajós. **Grupo de Estudo Tapajós**, Pará, 15 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://www.grupodeestudostapajos.com.br>> Acesso em: 15 agos. 2016.

VAINER, C. B. **Conceito de “atingidos”:** uma revisão do debate e diretrizes. Observatório Socioambiental de Barragens. Rio de Janeiro: no prelo. 2003.

Disponível em: <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br>> Acesso em: 16 out. 2015.



VALE suspende recursos a indígenas e causa reviravolta em comunidades. **Carta Capital**, São Paulo, 1 de Agosto. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br> > Acesso em: 1 agos. 2016.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 87-138. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000. P.07-72.

ZITZKE, V. A. **A rede sociotécnica da Usina Hidrelétrica do Lajeado (TO) e os reassentamentos rurais das famílias atingidas.** 2007. 316 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio ambiente) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC/ Florianópolis, 2007.

ANEXO 1- Aprovação do projeto de pesquisa no CEP

	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, ECONÔMICAS E DA SAÚDE DE ARAGUAÍNA /	
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ; e a percepção da comunidade de Apinagés (São João do Araguaia/PA) diante desterritorialização		
Pesquisador: AMARILDO SILVA ARAUJO		
Área Temática:		
Versão: 2		
CAAE: 61278516.8.0000.0014		
Instituição Proponente: Faculdades de Ciências Humanas Econômicas e da Saúde de Araguaína		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 2.000.960		
Apresentação do Projeto:		
<p>A pesquisa pretende descrever e compreender a percepção da comunidade de Apinagés, ante a eminente desterritorialização e desconstrução da identidade e o posicionamento do Estado/empresa responsável em relação aos povos que serão atingidos pela barragem.</p>		
Objetivo da Pesquisa:		
<p>Caracterizar e desenvolver uma trajetória teórico-metodológica que possa subsidiar a pesquisa na compreensão de Apinagés que será impactada pela UHEM;</p>		
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e investigar a atuação do Estado através da política energética e sua materialização no território pelos grandes projetos hidrelétricos em especial UHEM; • Descrever e/ ou compreender a percepção feita pelos agentes sociais ante ao processo de comunicação da UHEM e a eminente desterritorialização e desconstrução da identidade. 		
Avaliação dos Riscos e Benefícios:		
<p>É demonstrado no projeto os riscos decorrentes de sua participação, que na pesquisa podem acontecer no momento da gravação do áudio em que o entrevistado poderá se sentir inibido com a gravação; poderá também ficar emocionado ao pensar que não poderá se relacionar com rio em virtude da construção da UHE Marabá; e em momentos futuros que precisará migrar de sua:</p>		
<p>Endereço: Av. Filadélfia, nº 568, Setor Oeste. Bairro: Araguaína CEP: 77.816-540 UF: TO Município: ARAGUAÍNA Telefone: (83)3411-8500 E-mail: cep@itpac.br</p>		
Página 01 de 03		



FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS, ECONÔMICAS E
DA SAÚDE DE ARAGUAÍNA /



Continuação do Parecer: 2.000.950

moradia, terreno ou ilha em função do lago da Hidrelétrica de Marabá. Em qualquer momento, se o entrevistado sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa terá direito a indenização.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante para a temática proposta.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados conforme identificado e cobrado pelo relator anterior, sendo atendido no que refere-se ao: "TCLE necessita-se que os benefícios e os riscos sejam incluídos e como estes serão minimizados".

Recomendações:

Atendeu as considerações feitas anteriormente pelo relator.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto atende as especificações solicitadas por este relator.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado vota com o relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_800584.pdf	08/01/2017 23:35:56		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.doc	08/01/2017 23:34:13	AMARILDO SILVA ARAUJO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	08/01/2017 23:16:10	AMARILDO SILVA ARAUJO	Aceito
Outros	Declaracao_sobre_os_resultados_da_pesquisa.jpeg	20/10/2016 20:50:32	AMARILDO SILVA ARAUJO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	11/10/2016 20:13:39	AMARILDO SILVA ARAUJO	Aceito
Outros	Declaracao_sobre_uso_e_destinacao_do_material_coletados.jpeg	27/09/2016 17:33:45	AMARILDO SILVA ARAUJO	Aceito
Outros	Anuencia_da_instituicao.jpeg	27/09/2016 17:14:32	AMARILDO SILVA ARAUJO	Aceito
Outros	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO.jpeg	27/09/2016	AMARILDO SILVA	Aceito

Endereço: Av. Filadélfia, nº 568, Setor Oeste.

Bairro: Araguaína

UF: TO

Telefone: (83)3411-8500

Município: ARAGUAÍNA

CEP: 77.616-540

E-mail: cep@fpec.br



FACULDADE DE CIÊNCIAS
HUMANAS, ECONÔMICAS E
DA SAÚDE DE ARAGUAÍNA /



Continuação do Parecer: 2.000.960

Outros	CARTA_DE_ENCAMINHAMENTO.jpeg	17:07:51	ARAUJO	Aceito
Outros	Roteiro_da_Entrevista.docx	27/09/2016 17:03:40	AMARILDO SILVA ARAUJO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARAGUAÍNA, 05 de Abril de 2017.

Cristina Zanettini Ribeiro

Assinado por:
Cristina Zanettini Ribeiro
(Coordenador)

Endereço: Av. Filadélfia, nº 568, Setor Oeste.

Bairro: Araguaína

UF: TO Município: ARAGUAÍNA

Telefone: (63)3411-8500

CEP: 77.816-540

E-mail: cep@rpac.br

APÊNDICE 1– Roteiro de entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO-
 PPGCULT-UFT
 ÁREA: INTERDISCIPLINAR

**ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AOS MORADORES DA VILA DE
 APINAGÉS EM SÃO JOÃO DO ARAGUAIA (PA)**

Iniciais do Entrevistado: _____

LOCAL/End: _____ Data: ___/___/2017

I- IDENTIFICAÇÃO E HISTORIA DOS MORADORES (Percepção do território/lugar)

- 1- Nasceu na vila de Apinagés, ou em outra cidade/estado? _____
- 2- Vocês se reconhecem Apinagesense? Sim () Não () Porque ?
- 3- Comente sobre a sua origem étnica. _____
- 4- Quanto tempo mora em Apinagés? _____
- 5- Quando chegou a Apinagés? _____
- 6- Idade? _____
- 7- Qual a religião?
 Católica Protestantes Protestantes Pentecostais
 Protestantes Neo-pentecostais Religiões Afro-brasileira Outra.
 Qual? _____
- 8- Que festas têm na comunidade? Costuma participar? _____
- 9- Qual é sentimento que tem com o território de Apinagés? _____
- 10- Conhece a história da fundação da Vila de Apinagés? _____
- 11- A vila de Apinagés é lugar bom para si viver? Por quê? _____
- 12- Pertence a alguma associação? Qual? _____
- 13- Que sentimento nutre com o lugar Apinagés? _____
- 14- Qual a importância afetiva do rio para sua vida? _____

II- PRODUÇÃO E RENDIMENTO

- 15- Qual o significado do lugar, do rio e do pescado para vocês? _____
- 16- Que atividade exerce no período da piracema? _____
- 17- Recebe auxílio financeiro do governo federal no período da piracema? _____
- 18- Quais os produtos que você compra? _____
- 19- O que é produzido em Apinagés é comercializado?
 sim não
- 20- A renda mensal é suficiente ? Sim () Não () quanto?
 até 1 salário mínimo 1 salário até 2 salários 2 salário até 3 salários mais de 3 salários
- 21- A renda principal e oriunda de:
 funcionalismo público trabalho informal pesca criação de gado agricultura de terra firma/vazante outro qual? _____
- 22- Como é feita a pescaria? _____
- 23- Onde é comercializado o pescado?
 Vila de Apinagés São João do Araguaia Marabá

III- IMPACTOS DO EMPREENDIMENTO, SAÍDA DO TERRITÓRIO E PERSPECTIVAS DOS MORADORES.

- 24- Quando souberam sobre a construção da UHE-Marabá? E haverá deslocamento compulsório?

- 25- Como ficou sabendo da construção da UHE-Marabá e o deslocamento compulsório?
 Empresa construtora Governo Colônia de Pescadores
 Igreja Vizinho Meios de Informação
- 26- Já houve alguma orientação no processo de negociação das futuras indenizações?
 sim não
 Se sim por parte de quem ou o quê? _____
- 27- Em sua opinião: em algum momento pensou se a UHE-Marabá trará progresso para comunidade e região?
 sim não Se sim, Por quê? _____
- 28- Há algum interesse por parte dos moradores da comunidade em serem realocados em uma nova vila construída pela construtora próxima de Apinagés e do rio?
 sim não
 Se sim, Por quê? _____
- 29- Nível de informações fornecidas pela empresa sobre a construção da UHE-Marabá e seus impactos ambientais, sociais e culturais na comunidade de Apinagés?
 claros parcialmente clara muitas dúvidas
 Qual (is) informação (ões) sobre a construção UHE-Marabá foram omitidas? (em caso de parcial ou total) _____
- 30- Em sua opinião: O que seria uma indenização justa? _____
- 31- Em sua opinião: qual seria o valor dessas indenizações?
 R\$ 10.000 a R\$ 30.000 R\$ 31.000 a R\$ 50.000 R\$ 51.000 a R\$ 70.000
 R\$ 71.000 a R\$ 100.000 R\$ 101.000 a R\$ 150.000 R\$ 151.000 a R\$ 200.000
- 32- Qual foi o momento em que o senhor (a) se deu conta que terá que deixar a Vila de Apinagés? _____
- 33- Qual o sentimento que você tem ao pensar em deixar para traz o seu território/lugar?

- 34- Qual seria outra atividade econômica que você poderia exercer ao ser realocado longe do rio? _____
 Por quê? _____
- 35- Você se considera um atingido pela comunicação da UHEM? Sim () Não ()
 Porquê? _____

Entrevistador _____

APÊNDICE 2- Cronograma de aplicação do Roteiro de Entrevista

Nº	CASA	ENDEREÇO	DATA	ENTREVISTADO
01	101	Rua O. Mutran	06/04/2017	M. G. G.; 36 ANOS
02	54	Rua N. Mutran	06/04/2017	J. P. S.;52 ANOS
03	12	Rua N. Mutran	06/04/2017	R. R. S.;31 ANOS
04	06	Rua E. Seixas	06/04/2017	J. R. N.; 36 ANOS
05	33	Rua E. Seixas	06/04/2017	J. P. S.; 88 ANOS
06	203	Rua N. Mutran	07/04/2017	J. B. S.; 61 ANOS
07	188	Rua O. Mutran	07/04/2017	R. N. B.; 79 ANOS
08	109	Rua O. Mutran	09/04/2017	P. R. B.;48 ANOS
09	29	Rua O. Mutran	09/04/2017	F. P. R.; 39 ANOS
10	56	Rua O. Mutran	09/04/2017	A. R. B.; 47 ANOS
11	231	Rua E. Seixas	10/04/2017	M. M.; 75 ANOS
12	225	Rua E. Seixas	10/04/2017	A. C. M.; 66ANOS
13	81	Rua E. Seixas	10/04/2017	G. C. M.; 39 ANOS
14	22	Rua O. Mutran	10/04/2017	F. C. S.;33ANOS
15	10	Rua O. Mutran	10/04/2017	A. N. F. C.; 51 ANOS
16	190	Rua E. Seixas	10/04/2017	M. D. F.;40 ANOS
17	133	Travessa das Mangueiras	10/04/2017	B. P. S.; 41 ANOS
18	222	Rua da Ladeira	11/04/2017	G. B. S.; 56 ANOS
19	21	Rua da Ladeira	11/04/2017	M. F. S.; 45 ANOS
20	01	Rua da Ladeira	11/04/2017	J. S.; 48 ANOS
21	55	Rua N. Mutran	11/04/2017	R. C. A.; 72 ANOS
22	144	Travessa A. Martins	12/04/2017	J. B. S.; 36 ANOS
23	161	Rua O. Mutran	12/04/2017	G. G. T.; 48 ANOS
24	209	Rua O. Mutran	12/04/2017	J. F. G. M.; 33 ANOS
25	17	Rua E. Seixas	12/04/2017	C. S. M.; 37 ANOS
26	38	Rua N. Mutran	12/04/2017	N. B. S.; 86 ANOS
27	99	Rua N. Mutran	13/04/2017	M. J. G. A.; 74 ANOS
28	177	Rua N. Mutran	13/04/2017	L. C.;29 ANOS
29	143	Rua O. Mutran	13/04/2017	J. A. R.; 55ANOS
30	214	Travessa Brasil.	13/04/2017	D. Q.; 59 ANOS



APÊNDICE 3– Termo Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE
FAHESA - Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína
ITPAC - INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS LTDA.
 Av. Filadélfia, 568 – Setor Oeste – Araguaína – TO – CEP 77.816-540
 Fone: 63' 3411-8500 – www.itpac.br
 CNPJ – 02.941.990/0001-98 Inscrição Municipal – 8452

CEP- FAHESA/ITPAC
 Comitê de Ética em Pesquisa.
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, **Amarildo Silva Araújo**, Curso: Programa de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Território– PPGCULT/UFT, convida o Sr (a) _____ para participar da pesquisa intitulada “**USINA HIDRELÉTRICA DE MARABÁ**: e a percepção da comunidade de Apinagés (São João do Araguaia/PA) diante desterritorialização”. O objetivo deste estudo é compreender a relação conflituosa entre o consórcio construtor da UHEM e os futuros atingidos pela barragem em especial a comunidade de Apinagés em São João do Araguaia (PA). Informo que o Sr (a) tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEPFAHESA/ITPAC), Av. Filadélfia n. 568 - Setor Oeste, em Araguaína – TO, fone: (63) 34118500 ramal 8588, email cep@itpac.br. Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outras pessoas, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes. O Sr (a) tem o direito de ser mantido informado sobre os resultados parciais da pesquisa e caso seja solicitado, darei todas as informações que solicitar. Se o Sr aceitar participar, estará contribuindo para a divulgação de informações sobre a situação vivenciada pelos futuros atingidos pela barragem de Marabá, desde o início das primeiras reuniões públicas acerca da possibilidade de construção dessa barragem na região até a fase atual de elaboração dos relatórios socioambientais. Dessa forma estará beneficiando estudos e diálogos sobre a temática em várias regiões do país, principalmente nos aspectos que se referem a comunidades tradicionais que são atingidas por barragens. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem acontecer no momento da gravação do áudio, em que o senhor poderá se sentir inibido com a gravação; poderá também ficar emocionado ao pensar que não poderá se relacionar com rio em virtude da construção da UHE Marabá e nos momentos futuros que precisará migrar da moradia, terreno ou ilha em função do lago da Hidrelétrica de Marabá. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização. Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados por meio de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a sua identificação. Serão feitos registros fotográficos e bem como aplicado roteiro de entrevista. O Senhor (a) pode ter acesso às cópias das entrevistas e fotos, bem como ao trabalho concluído. Para informação diretamente com o pesquisador, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o (a) pesquisador pelo endereço eletrônico geonalta@hotmail.com, ou pelos telefones (94) 3379-1128 e (94) 981695179.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado sobre procedimentos da pesquisa e porque é importante a minha colaboração. Por isso, FAHESA - Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína ITPAC - INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS LTDA. Av. Filadélfia, 568 – Setor Oeste – Araguaína – TO – CEP 77.816-540 Fone: 63' 3411-8500 – www.itpac.br CNPJ – 02.941.990/0001-98 Inscrição Municipal – 8452 eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Receberei uma cópia deste documento.

Data ____/____/____.

 Colaborador

Impressão dactiloscópica, quando necessário.

 Assinatura do pesquisador

